

PORTUGUESE STUDIES REVIEW

Volume 25 • Number 2
Winter 2017

ISSN 1057-1515

Interdisciplinary

PSR

VOLUME 25 • NUMBER 2

PORTUGUESE STUDIES REVIEW

WINTER 2017

VOLUME 25 • NUMBER 2 • 2017

PORTUGUESE STUDIES REVIEW

Chief Editor: IVANA ELBL

Associate Editors: TIMOTHY COATES
ANTÓNIO COSTA PINTO
JOSÉ C. CURTO
MARIA JOÃO DODMAN
MARTIN M. ELBL

EDITOR EMERITUS: DOUGLAS L. WHEELER

International Editorial Board

JULIET ANTUNES SABLOSKY
Georgetown University

FRANCIS DUTRA
UCAL, Santa Barbara

WILSON ALVES DE PAIVA
Pontifícia Universidade
Católica de Goiás

CARLOS BALSAS
Arizona State University

SUSANNAH HUMBLE FERREIRA
University of Guelph

RENÉ PÉLISSIER
Orgeval, France

MARCELO BORGES
Dickinson College

HAROLD JOHNSON
University of Virginia

MARIA FERNANDA ROLLO
Universidade Nova de Lisboa

CAROLINE BRETTELL
SMU, Dallas (TX)

ROBERT A. KENNEDY
York University (Toronto)

STANLEY PAYNE
U. of Wisconsin, Madison

MICHEL CAHEN
CNRS / Sciences Po,
Bordeaux

STEWART LLOYD-JONES
ISCTE, Lisbon

FERNANDO NUNES
Mount St. Vincent University

AN IMPRINT OF BAYWOLF PRESS ✻ ÉDITIONS BAYWOLF (2012 –)
Peterborough, Ontario, K9H 1H6
<http://www.trentu.ca/psr> (mirror); <http://www.maproom44.com/psr>

FORMERLY PUBLISHED BY THE PORTUGUESE STUDIES REVIEW (2002-2011)

Printed and bound in Peterborough, Ontario, Canada.
Design, digital setting, general production: Baywolf Press ✻ Éditions Baywolf

Pro Forma Academic Institutional Host, 2002-2018: Lady Eaton College (Trent University)



© 2017-2018 *Baywolf Press ✻ Éditions Baywolf and Portuguese Studies Review. All rights reserved.*

This publication is protected by copyright. Subject to statutory exceptions and to the provisions governing relevant collective licensing agreements or open access distribution nodes in which the publisher participates, no commercial reproduction or transmission of any part, by any means, digital or mechanical, including photocopy, recording, or inclusion in data storage and retrieval systems, may take place without the prior written consent of *Baywolf Press ✻ Éditions Baywolf*.

National Library of Canada Cataloguing Data

Portuguese Studies Review

ISSN 1057-1515

Semiannual

v. : ill. : 23 cm

1. Portugal—Civilization—Periodicals. 2. Africa, Portuguese-speaking—Civilization—Periodicals.
3. Brazil—Civilization—Periodicals. 4. Portugal—Civilisation—Périodiques. 5. Afrique lusophone—
Civilisation—Périodiques. 6. Brésil—Civilisation—Périodiques.

DP532 909/.0917/5691005 21

Library of Congress Cataloguing Data

Portuguese Studies Review

ISSN 1057-1515

Semiannual

v. : ill. : 23 cm

1. Portugal—Civilization—Periodicals. 2. Africa, Portuguese-speaking—Civilization—Periodicals.
3. Brazil—Civilization—Periodicals.

DP532 .P67 909/.091/5691 20 92-659516

PORTUGUESE STUDIES REVIEW
VOLUME 25, No. 2 2017

CONTENTS

A Lenda de Santa Auta na Biblioteca de Estudos Humanísticos de José V. de Pina Martins. História(s) de um manuscrito inédito	<i>Cristina Costa Gomes</i>	1
“Havendo escravos se restaurará tudo”: trajetórias e políticas ibero-atlânticas no fim do século XVI	<i>Rodrigo Faustinoni Bonciani</i>	17
Goa-Lisboa-Madrid-Lisboa-Goa. O Conselho da Índia como elo de ligação entre a corte de Madrid e o império asiático no combate aos holandeses (1604-1614)	<i>Ana Teresa Hilário</i>	55
A Igreja e a escravidão no mundo atlântico: notas historiográficas sobre a doutrina católica no mundo moderno e contemporâneo	<i>Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron and Camila Loureiro Dias</i>	85
Cotidiano e magia na ordem escravocrata (Brasil, século XIX)	<i>Alzira Lobo de Arruda Campos and Álvaro Cardoso Gomes and Eliane de Alcântara Teixeira</i>	107
Who Were the Ancestors of the Portuguese? Portuguese Debate on their National Origins	<i>Patrícia Ferraz de Matos</i>	127
A Medicina Portuguesa nos Hospitais Britânicos durante a Grande Guerra	<i>Helena da Silva</i>	155
La ligne brisée du désir colonial. Sexualité et domesticité dans la littérature coloniale des années 1920 : le cas du Mozambique	<i>João-Manuel Neves</i>	171
A FNAT/INATEL e as bandas civis em Portugal: meio século de cooperação	<i>Bruno César Pinto Madureira</i>	209
A trajetoria político-institucional da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro: da crítica velada à repulsa ao Salazarismo (1930-1939)	<i>Marcello Felisberto Morais de Assunção</i>	233
Combattants Africains de l’Armée Portugaise pendant les Guerres Coloniales (1961-1974): représentations et discours coloniaux	<i>Fátima da Cruz Rodrigues</i>	275

CONTRIBUTORS

ELIANE DE ALCÂNTARA TEIXEIRA, Mestrado e Doutorado em Literatura Portuguesa pela Universidade de São Paulo. É Professora do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UNISA (SP). Tem experiência em Literatura Portuguesa da pós-modernidade e nas relações entre a Literatura e a História. É líder do grupo de pesquisa “Educação inclusiva e Políticas públicas” na Universidade Santo Amaro. Publicou: *Almeida Faria e a revisão do Mito Sebástico, O Insólito e a desumanização em Ensaio sobre a Cegueira*, de José Saramago, *A Literatura e o imaginário: diálogos transversais*.

ALZIRA LOBO DE ARRUDA CAMPOS, Mestrado e Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo, Livre-Docência em Metodologia da História pela Unesp. É Professora do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UNISA (SP). Tem experiência na área de História e Metodologia, com ênfase em História das Mentalidades e Metodologia Interdisciplinar e na área de Educação. Publicou: *Casamento e Família em São Paulo Colonial, Tempos de Viver: dissidentes comunistas em São Paulo (1931-1926)*.

ÁLVARO CARDOSO GOMES, Professor Doutor e Livre-Docente pela Universidade de São Paulo, Coordenador e Professor do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UNISA (SP), especializado na literatura do final do século e nas relações entre a Literatura e a História. Crítico literário e romancista, autor dos seguintes livros: *O Simbolismo: uma revolução poética, A Poesia Como a Pintura: a ekphrasis em Albano Martins, Convenções do Insólito, A Literatura e o Imaginário: diálogos transversais*.

CRISTINA COSTA GOMES é Doutorada em História Moderna pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2008). É Investigadora do Centro de Estudos Clássicos (CEC) da Universidade de Lisboa. É ainda Paleógrafa e Docente na Escola Superior de Artes Decorativas da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva. Tem trabalhado nas áreas de Renascimento e Humanismo em Portugal (séc. XVI) e das relações interculturais entre a Europa e a China (sécs. XVI a XVIII) e publicado diversos artigos e livros, em autoria individual e colectiva, entre os quais destaca: *Diogo de Sá, De Navigatione (1549). Sobre a Navegação*, Edição crítica do texto latino, tradução e notas de Arnaldo do Espírito Santo e Introdução de Cristina Costa Gomes (Lisboa, Academia de Marinha e CEC, 2017); *Diogo de Sá no Renascimento Português*, 2 vols. (Lisboa, CEC, 2012) e Tomás Pereira, *Obras*, 2 vols. (Lisboa, Centro Científico e Cultural de Macau, 2011).

FÁTIMA DA CRUZ RODRIGUES é investigadora no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra no âmbito do projeto internacional “Memoirs, Filhos de Império e Pós-memórias Europeias”, financiado pelo Conselho Europeu para a Investigação (ERC) no quadro do Horizonte 2020, programa para a investigação e inovação da União Europeia (contrato n° 648624). É doutorada em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em 2013, com o apoio de uma bolsa de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (Referência SFRH/BD/29932/2006). A tese que desenvolveu, intitulada “Antigos combatentes Africanos das Forças Armadas Portuguesas: a guerra colonial como território de (re)conciliação”, venceu o Prémio Fernão Mendes Pinto 2014. É docente da Universidade Lusíada do Porto e da Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Os seus principais interesses de pesquisa giram em torno de diversas problemáticas relacionadas com as guerras coloniais/guerras de libertação, memória e pós-memória, colonizações/descolonizações e pós-colonialismos.

RODRIGO FAUSTINONI BONCIANI is Assistant Professor at the Federal University of Latin American Integration (UNILA). Postdoctoral studies in the Department of History of the Federal University of São Paulo (UNIFESP), 2017-2018. PhD in Social History from the University of São Paulo (USP), 2010. Post-graduation *lato sensu* by the Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), Spain, 2007. Visiting researcher at the Universidade Nova de Lisboa (UNL), Portugal, 2006. Principal research topics: modern states; overseas empires; modern political thought; international law; slavery; forced labour; indigenous legislation. Recent publications include: “Slavery, Human Trafficking and Forced Labor: Customs and Rights in History,” published in *Counter-Conducts* (São Paulo: Escola da Cidade, 2017); “War, Dominion and Sovereignty: South Atlantic Colonial Experiences and Empire in the 1570s,” in *Revista de Índias*; and “Republics of Instability: The Dominion over Indians and Africans and the Royal Sovereignty in the Americas (1542-1549)”, in *História Unisinos*, both published in 2016.

PATRÍCIA FERRAZ DE MATOS is a Postdoctoral Research Fellow at the Institute of Social Sciences (ICS) of the University of Lisbon (UL) where she collaborates in the PhD Course of Anthropology. She obtained her University Degree in Anthropology (1997) at the University of Coimbra. Her Master’s Degree dissertation – “As ‘Côres’ do Império” – about racialized representations was awarded the Victor de Sá Prize of Contemporary History 2005, and was published by Imprensa de Ciências Sociais (Lisbon, 2006, [1st edition], 2012 [2nd edition]), and was also published by Berghahn Books (Oxford & New York, 2013). She obtained her PhD in Social and Cultural Anthropology (2012) at the ICS–UL with a thesis about Mendes Correia and the Porto School of Anthropology. She received the ERICS (ICS/ CGD) Prize in the ‘Scientific Article’ category (2014).

ANA TERESA HILÁRIO, Investigadora Integrada no CHAM - Centro de Humanidades, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Mestre em História, vertente História Moderna e dos Descobrimentos, com a dissertação “O Conselho da Índia e o seu papel no provimento das principais fortalezas do Índico (1604-1614)”. Membro da equipa da Cátedra UNESCO “O Património Cultural dos Oceanos”. Organizadora do *VI Encontro de Jovens Investigadores de História Moderna*, a realizar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Doutoranda em História, com uma dissertação em curso sobre o Convento de Santa Mónica de Goa, focada em questões de género.

CAMILA LOUREIRO DIAS is a Professor at the History Department of the Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). She studied at the École normale supérieure de Paris (ENS) and obtained her doctorate at the École des Hautes Études en Sciences Sociales in 2014. She is a Researcher at the Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (Cecult/Unicamp) and Centro de Estudos Ameríndios (CEstA/USP), and has published articles and book chapters on Indian history, indigenous labour and slavery, as well as the cartography and colonial history of Brazil and the Amazon. She currently conducts research on Indigenous rights in recent Brazilian history, especially during the period that reaches from re-democratization to the present.

MARCELLO FELISBERTO MORAIS DE ASSUNÇÃO, Doctor in history by the UFG (2017). “Pos-doutorando” in the FFLCH-USP. Editor-in-Chief of the *Journal of Theory of History* (UFG). Member of the group “Portugal and Brazil in the Contemporary world: Identity and Memory” (CNPQ). Member of the research group “Thinking Goa: A Peculiar Library in Portuguese Language” (FAPESP).

CARLOS ALBERTO DE MOURA RIBEIRO ZERON is Full Professor at the Universidade de São Paulo, Director of the Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin and member of the Accademia Ambrosiana, Classe di Studi Borromaiici (Milan, Italy). He was a visiting Professor at the École des Hautes Études en Sciences Sociales and at the Universidad Internacional de Andalucía; he also was a guest Researcher at the Musée du Quai Branly. He obtained his doctorate at the École des Hautes Études en Sciences Sociales in 1998. He has been a Researcher of the Conselho Nacional de Pesquisa since 2003. He conducts research on Amerindian and African slavery, on colonial legislation and on modern juridical thought. He published *Ligne de foi. La Compagnie de Jésus et l'esclavage dans le processus de formation de la société coloniale en Amérique portugaise (XVIe-XVIIe siècles)* (Paris: Honoré Champion & Classiques Garnier Numérique, 2009; trad. port. São Paulo: Edusp, 2011).

JOÃO-MANUEL NEVES, Researcher at the Center for Comparative Studies, University of Lisbon. Associated researcher at the CREPAL, University Sorbonne Nouvelle - Paris 3. Visiting Scholar at the Center for Portuguese Studies, UC Berkeley. PhD in Études du Monde Lusophone, University Sorbonne Nouvelle - Paris 3. Dissertation on colonial literature related to Mozambique. MA at the University Paris-Sorbonne - Paris 4. Master's thesis on the literary work of Luís Bernardo Honwana. Research interests: Portuguese colonial literature and culture; Portuguese literature from the 20th and 21st centuries related to Empire; Portuguese Africanist discourse; Portuguese race-thinking; Literature, history and culture from the former Portuguese African colonies; Brazilian studies related to Africa. Publications: *Encontro com Dori e Pancho Guedes* (Porto, 2013); *O si-mesmo como um sujeito imperial* (Porto, 2018, in press). Chapters on Portuguese colonial literature in two books (Lisboa, 2017; São Paulo, 2018). Articles in: *Interventions: International Journal of Postcolonial Studies*, *Africana Studia* (Porto), *Les Cahiers du CREPAL* (Paris), *Avanços em Literatura* (Associação Internacional de Lusitanistas), *Mulemba* (Luanda).

BRUNO CÉSAR PINTO MADUREIRA holds a degree in Musical Sciences and a Master's degree in Musical Education – School of Social Sciences and Humanities – Universidade Nova de Lisboa. He is a researcher at the Institute of Contemporary History (Lisbon), a PhD student in Artistic Studies – University of Coimbra, a member of the Portuguese Air Force Band and Music History teacher at the Loures Conservatory of Arts. Member of the research project: “A Nossa Música, o Nosso Mundo: Associações Musicais, bandas filarmónicas e comunidades locais (1880-2018)” (PTDC/CDC-MMU/5720/2014). Madureira's main research interest is the history of wind instrument bands. Most relevant publications: “The Calouste Gulbenkian Foundation: The Role of its Music Service within the Context of the Support to Wind Bands (1955-1995),” *European Review of Artistic Studies* (2014); “Academic Investigation into Wind Bands in Portugal: A Panorama of the Present Situation,” *Convergences – Journal of Research and Teaching Arts* (2017); “Wind Bands in Portugal in the Last Quarter of the 20th Century: A Case Study,” *Revista Ciências y Humanidades* (2018).

HELENA DA SILVA is currently responsible for the research project “Medical and Healthcare Services in the First World War: The Case of the Portuguese Soldiers during and after the Great War (1914-1960)” (IF/00631/2014/CP1221/CT0004), which is being developed at the Institute of Contemporary History of the Universidade Nova de Lisboa and financed by the Portuguese Foundation for Science and Technology. She holds a PhD in History (2010) by the École des Hautes Études en Sciences Sociales (France) and by the Universidade do Minho

(Portugal) with a thesis on nursing history (“Soigner à l’hôpital : histoire de la profession infirmière au Portugal (1886-1955),” available at <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/11627>). She has published several articles on nursing history, gender, and on the history of hospitals and healthcare, focusing on Portuguese contexts.

ABSTRACTS

A Lenda de Santa Auta na Biblioteca de Estudos Humanísticos de José V. de Pina Martins. *História(s) de um manuscrito inédito (Cristina Costa Gomes)*

The Biblioteca de Estudos Humanísticos of José V. de Pina Martins contains, among the items collected by the renowned bibliophile, an unpublished manuscript of the Legend of St Auta dating to the first half of the eighteenth century. The present article analyzes the manuscript's contents and the sources that inspired it. The article's Appendix presents the first ever palaeographic edition of this source. The manuscript corroborates the broad dissemination of the Legend in Portugal through the vehicle of printed works and of documents such as the present one, and also speaks to the deep appeal that the saint's relics held for worshippers. Deep ties associated the veneration of St Auta with the figure of Queen D. Leonor, widow of D. João II. The article seeks to problematize the logic behind José V. de Pina Martins' decision to "select" this manuscript for inclusion in his Biblioteca de Estudos Humanísticos. One must not forget that for Pina Martins documents as well as books fulfilled a dual function: they offered aesthetic pleasure and affective linkage, and they satisfied his passion for discovery and knowledge.

"Havendo escravos se restaurará tudo": trajetórias e políticas ibero-atlânticas no fim do século XVI (*Rodrigo Faustinoni Bonciani*)

The purpose of this article is to examine the Atlantic expansion as a key element in the process of Portugal's incorporation into the Spanish monarchy, and to study the expansion's contribution to a reshuffling of vested social interests throughout the affected areas, starting with the reign of Philip II. The analysis focuses on slave trade in West Central Africa and its correlation with indigenous policies in Brazil and in the 'Indies of Castile,' which became a defining articulation of the tensions and political agendas that textured Atlantic history. The study maps out components of political action within various intersecting domains of power: the Crown, the councils and *juntas*, the high ranks of the Catholic church and the Society of Jesus, royal officials, missionaries, settlers and tradesmen, and native political players.

Goa-Lisboa-Madrid-Lisboa-Goa: O Conselho da Índia como elo de ligação entre a corte de Madrid e o império asiático no combate aos holandeses (1604-1614) (*Ana Teresa Hilário*)

Even though no specific document has yet been found where the motivations that led to the creation of the Council of India in 1604 are clearly explained, it is quite possible that the move reflected a need for a political body that could speed up communications between the empire and the Court at a time when the intensity of the Dutch attacks on Portuguese possessions in India grew to such an extent that in some areas Portuguese presence as such was called into question. It is not surprising that government authorities sought to promote better communication between centre and periphery within the Portuguese empire, and sought policies furthering effective defence. The study highlights the role of the Council of India as a body that was key to ensuring good governance within the Indian Ocean portion of the empire, in the face of increasing Dutch competition. In this context, it was indispensable to maintain effective linkages between the two relevant focal points of power during the period of the Dynastic Union:

Goa, as the fulcrum of political action in the Portuguese Asian empire, and the royal court in Madrid.

A Igreja e a escravidão no mundo atlântico: notas historiográficas sobre a doutrina católica no mundo moderno e contemporâneo (1945-1949) (*Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron and Camila Loureiro Dias*)

Despite the fact that the Church and slavery happen to share a long common history, historiography still predominantly presents the Church as an institution in principle opposed to slavery. Various publications, however, suggest quite the contrary. The main objective of this article is to guide the reader through a panoply of works offering tools for a reasoned approach to the relationship between the Church and the institution of slavery in the modern and contemporary world. Starting from the historical formation of a Christian doctrine regarding compulsory labour, the discussion proceeds to a more detailed contemplation of the modern era, with particular attention to criticisms of slavery's legitimacy, within and outside of the Church.

Cotidiano e magia na ordem escravocrata (Brasil, século XIX) (*Alzira Lobo de Arruda Campos and Álvaro Cardoso Gomes and Eliane de Alcântara Teixeira*)

The study is devoted to the role of witchcraft practised by Africans as strategy of resistance against the Brazilian slave-holding social order. It seeks to contribute to the sustained stream of analyses that have been reformulating the history of slavery in Brazil, in theoretical, methodological, and empirical respects. Some of these studies, including the present one, seek to understand African resistance seeking to preserve identity in a context that was radically hostile. Individual cases of witchcraft practices, drawn from criminal justice sources, shed light on the status of slaves or freedmen — sometimes a resistance leadership status — in a society where belief in witchcraft entwined with the violence and terror that power-holders inflicted on subordinates.

Who Were the Ancestors of the Portuguese? Portuguese Debate on their National Origins (*Patrícia Ferraz de Matos*)

This article analyses the debate on the origins of the Portuguese, based on a heterogeneous set of authors dating to the late nineteenth century and early twentieth century. The explanations they proposed were inspired by the fields of geology, archaeology, physical anthropology, and ethnology. Some authors sought explanations in the ethnic features of different groups, such as the Celts, Lusitanians, Arabs, or other incoming collectivities. Others considered that the nation, having no individualized ethnic base, may have resulted from political will and institutions and not from “race” as a national type. The study argues that these theories were generated in a context in which Portugal felt threatened by other European nations and in which both biological and environmental factors, or ethnic psychology, were used to claim antiquity and autochthony for the Portuguese. These theories reflected other such notions circulating in Europe at the time, and were a reaction to the historical context within which they emerged.

A Medicina Portuguesa nos Hospitais Britânicos durante a Grande Guerra (*Helena da Silva*)

In early 1917 the first Portuguese troops headed to Flanders, including medical teams. In the rear, however, the Portuguese army experienced an absence of hospitals to treat its wounded

and sick, resulting in their admission to different British hospitals in Flanders. This Portuguese-British cooperation in the medical domain brought a group of Portuguese physicians to the British hospitals, where they could care for their compatriots. These physicians were thus not only able to practice in hospitals equipped with all the necessary material and human resources, but also to practice alongside colleagues whose training and experience were different. Analyzing a set of sources from the Portuguese Historical Military Archive — reports, correspondence, and statistics — the study seeks to shed light on Portuguese medical practice in British hospitals within the European war theatre, and to take stock of the resulting experiences, whether positive or negative.

La ligne brisée du désir colonial. Sexualité et domesticité dans la littérature coloniale des années 1920 : le cas du Mozambique (*João-Manuel Neves*)

Colonial desire is textured within both the political framework of racial dictatorship and the discursive representations of the sub-humanity of the colonized, implying social relations that oscillate between terror and commodification. Yet, desire also allows for the introduction of a broken connector line, with a different orientation, which fractures the totalitarian segmentarity of colonial daily life through the emergence of social or cultural forms of hybridity, at times associated with concubinage and interbreeding. The colonial narratives subsequently began to echo, with constantly increasing emphasis from the mid-1920s, the political program of colonial domesticity that promoted a definitive appropriation of territory by “Portuguese families.” The constitution and dissemination of “nuclei of white people” were deemed to finally make it possible to attain a “nation-race” within the Empire.

A FNAT/INATEL e as bandas civis em Portugal: meio século de cooperação (*Bruno César Pinto Madureira*)

The purpose of this paper is to analyze, interpret and explain the activities of the Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho / Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres (FNAT / INATEL) in support of wind bands in Portugal. The chronological framework stretches from the genesis of the FNAT in 1935 to the year 1987, when Manuel da Silva Dionísio departed from the INATEL Music Sector. Methodologically, the study relies on a review of the literature, press articles, and research in collections and archives. The analysis shows a clear commitment by FNAT / INATEL to support wind bands — by allocating financial and material support, and through organizing initiatives, events, and activities. This effort became more significant in the 1970s and 1980s, a phase of revival for such musical groups. Given the absence of relevant studies — historiography has focused on the institutions, but very little or not at all on the wind bands as such — the present article fills a clear research gap, at least until the 1980s.

A trajetória político-institucional da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro: da crítica velada à repulsa ao Salazarismo (1930-1939) (*Marcello Felisberto Morais de Assunção*)

The study discusses the political-institutional trajectory of the Portuguese-African Society of Rio de Janeiro, through the vehicle of its bulletins (1931-1939) and other publications (books, consular documents and letters). This was the only Society dedicated exclusively to

the diffusion of colonial propaganda, and was managed by Republicans who emigrated or were exiled to Brazil. The Society enjoyed the support of corresponding members drawn from all the Portuguese colonies. The study focuses first on the Society's emergence, statutes and members. Then it proceeds to an analysis of the organization's two existential phases: from veiled criticism and the construction of a "Panlusitan" unity project (1930-1934) to the subsequent institutional crisis and persecution during its last years (1935-1939).

Combattants Africains de l'Armée Portugaise pendant les Guerres Coloniales (1961-1974): représentations et discours coloniaux (*Fátima da Cruz Rodrigues*)

To face the long and costly war that erupted in Angola in 1961 and rapidly expanded to Guinea (1963) and to Mozambique (1964) the Portuguese colonial authorities implemented a gradual Africanization of the Armed Forces. This article seeks to examine how the African fighters of the Portuguese Armed Forces were represented in the metropolitan press, and to reflect on the ways in which these portrayals served the political discourse supporting the maintenance of Portuguese colonial power in Africa.

A Lenda de Santa Auta na Biblioteca de Estudos Humanísticos de José V. de Pina Martins. História(s) de um manuscrito inédito¹

Cristina Costa Gomes²
Universidade de Lisboa

O livro impresso respeita, nos seus primórdios, até mesmo na sua estrutura gráfica, a tradição manuscrita. Pequenas « histórias » relacionadas com manuscritos podem também constituir um contributo não despidendo para a História do Livro...

*Pina Martins*³

“Valerá a pena fazer o elogio do livro antigo perfeito?” Esta foi a questão formulada por José V. de Pina Martins no seu artigo “Do amor pelos livros antigos imperfeitos. Elogio das ruínas bibliográficas”, dedicado a Charles Boxer,

¹Este estudo teve como ponto de partida uma comunicação apresentada na Jornada-Debate “Os Dois Olhares de Jano: Revisitar o Humanismo português pela mão de José V. de Pina Martins” realizada no Palácio Fronteira, em 2015, por ocasião da Exposição “José V. de Pina Martins: uma biblioteca humanística. Os objectos procuram aqueles que os amam” exibida na Galeria de Exposições Temporárias da Fundação Calouste Gulbenkian, entre 27 de Fevereiro e 26 de Maio de 2015. No âmbito desta exposição, em que o manuscrito em estudo foi patente ao público, a autora foi, ainda, responsável por uma das visitas temáticas intitulada “Da letra de pena à letra de forma: uma viagem pelos manuscritos da Biblioteca de Estudos Humanísticos” (16 de Maio de 2015). Veja-se o catálogo da referida exposição: Vanda Anastácio, coord., *José V. de Pina Martins: uma biblioteca humanística. Os objectos procuram aqueles que os amam* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2015). Uma palavra prévia de agradecimento à Comissária da Exposição, Vanda Anastácio, por me ter desafiado a iniciar o estudo dos manuscritos da Biblioteca de J. V. de Pina Martins e a dedicar-me, em especial, ao que é objecto do presente artigo e ao Centro de História do Novo Banco, particularmente à Dra. Miriam Santos, pela disponibilização da cópia digital do manuscrito em análise.

²Investigadora Integrada do Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

³José Vitorino de Pina Martins, *Histórias de livros para a história do livro* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Serviço de Educação e Bolsas, 2007), 217.



considerado pelo próprio como “Mestre de Bibliófilos”.⁴ Pina Martins conseguiu encontrar o mesmo encanto num livro antigo imperfeito, ferido no papel, com manchas, desprovido de um fólio ou de um caderno, do que nas ruínas dos templos gregos e romanos. Não se tratava apenas de uma mera apreciação estética, entre objectos de arte de natureza distinta, mas principalmente do reconhecimento da informação que estes encerravam e da pesquisa, para além da superfície, que exigiam de quem os estudava. O tempo, segundo as suas palavras, “(...) deixa nos objectos, como nos homens, o seu sinal desgastante.”⁵ Não se esquecia de sublinhar que a “(...) maravilha de um templo perfeito nas suas linhas essenciais leva-nos a aceitá-lo como obra perfeita que satisfaz a curiosidade estética e intelectual.” Mas, “(...) o arco-boiço intacto de uma obra-prima, respeitada pelo curso dos séculos na sua estrutura acabada, é apenas a ponta do iceberg que esse mesmo curso dos séculos escondeu nos mistérios subterrâneos.”⁶ O mesmo reconhecia para um livro ou um documento truncado, que suscitam, no investigador, a “descoberta” do que o tempo arrastou na sua voragem. Face ao desgaste material de um livro ou de um manuscrito, no dizer de Pina Martins, abriam-se novos horizontes ou espaços de pesquisa, novas interrogações, na busca de laços, ou de “encadeamentos lógicos” para os elementos em falta.

Na constituição da sua Biblioteca de Estudos Humanísticos (BEH)⁷ e no estudo dos seus exemplares, não foram, porém, apenas os laços lógicos que Pina Martins procurou, mas também e, principalmente, os laços afectivos. Foi o contacto directo com objectos únicos, que “escaparam” à normalização da imprensa, desgastados pelo tempo e autógrafos em alguns casos, pertencentes a figuras históricas da sua especial predilecção, que ditaram a sua escolha do número limitado de trinta e três manuscritos (quando comparado com o número de edições ou mesmo com o de gravuras, em ambos os casos de grandeza muito superior) que integram a sua colecção.⁸ Como o próprio confessou:

⁴José Vitorino de Pina Martins, “Do amor pelos livros antigos imperfeitos. Elogio das ruínas bibliográficas”, *Revista Portuguesa de História do Livro e da Edição* 2 (4) (1998): 117-148.

⁵Pina Martins, “Do amor pelos livros antigos”, 118.

⁶Pina Martins, “Do amor pelos livros antigos”, 118.

⁷Após alguns anos integrada no Centro de História do Novo Banco, actualmente encontra-se à guarda da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Desejei sempre ter no meu espólio manuscritos relativos a grandes figuras históricas da minha especial simpatia: por exemplo referentes a D. Manuel I e a Dona Leonor, sua irmã, viúva, a partir de 1495, de D. João II.⁹

Neste sentido, a “eleição” do manuscrito, entendido como objecto de arte, tomada por Pina Martins, foi, como destacou Aires do Nascimento, a opção por uma obra de arte em que o engenho e a devoção entraram lado a lado.¹⁰

Destes trinta e três manuscritos, de uns quantos Pina Martins deixou-nos alguns dados sobre a sua aquisição e os critérios que presidiram à mesma, nas diferentes situações. De outros, contudo, precisamos de partir em busca do porquê e das lógicas da sua compra e integração na colecção. Note-se que, para este bibliófilo, pequenas «histórias» relacionadas com manuscritos podiam “constituir um contributo não despidiendo para a História do Livro...”¹¹

Foi, pois, em busca de uma «história» que partimos para o estudo de um dos seus manuscritos, sobre o qual José V. de Pina Martins não nos forneceu dados directos na sua obra *Histórias de Livros para a História do Livro*. Intitulado “COMEÇA-SE || A LENDA || da muy bem aventurada Santa Auta || virgem E martyr do numero das || onze mil de Deos escolhidas”¹², trata-se de um manuscrito sobre papel, composto por onze fólhos, dos quais seis se encontram escritos (vide *Anexo Documental*).

Não se conhece o seu autor, nem a data em que o mesmo terá sido adquirido por Pina Martins. O próprio documento não se encontra datado, mas a

⁸Informação fornecida por Aires do Nascimento, “Introdução. *Intus et foris scriptus*: a arte de escolher o livro”, em Pina Martins, *Histórias de livros*, xxii. O autor apresentou os seguintes números para a Biblioteca de Estudos Humanísticos de José V. de Pina Martins: 606 edições do séc. XVI, 170 do séc. XVII, 288 do séc. XVIII e 5.000 volumes dos sécs. XIX e XX. A estes exemplares acrescentam-se 9 incunábulo e 300 gravuras soltas ou encaixilhadas. Cf. *Biblioteca de Estudos Humanísticos. Catálogo | Catalogue*, Partes 1-3 (Lisboa: Novo Banco, s. d. [texto policopiado]).

⁹Pina Martins, *Histórias de livros*, 217.

¹⁰Cf. Nascimento, “Introdução,” ix.

¹¹Pina Martins, *Histórias de livros*, 217.

¹²BEH 5394. Dimensões: 195 × 125 mm. Este manuscrito integrou a Exposição “José V. de Pina Martins: uma biblioteca humanística. Os objectos procuram aqueles que os amam” exibida na Galeria de Exposições Temporárias da Fundação Calouste Gulbenkian, entre 27 de Fevereiro e 26 de Maio de 2015. Veja-se o catálogo da mesma: Anastácio, *José V. de Pina Martins: uma biblioteca humanística*.

sua encadernação em pele, em termos de tipologia decorativa e heráldica, remete-nos para o reinado de D. João V. De facto, as armas coincidem com as

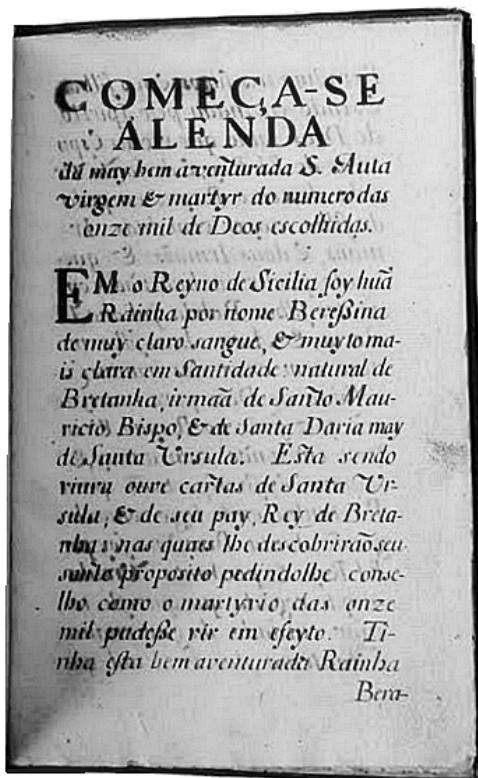


Fig. 1 Lenda de Santa Auta, fol. 2 (BEH 5394)

que eram usadas no reinado deste monarca, assim como o tipo de decoração e de uso do *super-libros*. Tal situação, conjugada com a análise da letra e do papel, permite-nos datar o manuscrito como sendo da primeira metade do século XVIII.

A “Lenda de Santa Úrsula e das Onze Mil Virgens”¹³, da qual deriva a história de Santa Auta, em que se centra este manuscrito, foi incluída e profu-

¹³Sobre esta lenda atente-se ao estudo de Carole M. Cusack, “Hagiography and History: The Legend of Saint Ursula,” em Carole M. Cusack e Peter Oldmeadow, eds., *This Immense Panorama. Studies in Honour of Eric J. Sharpe*, Sydney Studies in Religion 2 (Sydney: University of Sydney, 1999), 89-104, e à obra de Jane Cartwright, *The Cult of Saint Ursula and the 11,000 Virgins* (Cardiff: University of Wales Press, 2016).



Fig. 2 Encadernação – Lenda de Santa Auta, fol. 2
(BEH 5394)

samente propagada pela “*Legenda Aurea Sanctorum*”, escrita pelo frade dominicano Jacopo da Varazze (1228-1298), ou Tiago de Voragine, pregador e arcebispo de Génova. Este legendário foi escrito e revisto entre os anos 60 e os inícios dos anos 90 do século XIII, tendo-se transformado num verdadeiro best-seller, já que rapidamente se tornou a obra mais lida a seguir aos textos bíblicos.¹⁴

¹⁴Veja-se a este propósito o estudo de Ana Maria Machado, “O imaginário da salvação na tradução portuguesa da *Legenda Aurea* de Tiago de Voragine,” em Rita Marnoto, coord., *Imaginação e literatura* (Coimbra: Instituto de Estudos Italianos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009), 103.

O primeiro indício desta história foi uma inscrição encontrada na Igreja de Santa Úrsula, em Colónia, atribuída a um certo Clemácio e datada dos sécs. IV ou V. Segundo esta inscrição, uma basílica antiga fora reconstruída no local onde algumas virgens teriam sido martirizadas. A lenda foi evoluindo com o tempo. Na segunda metade do séc. VIII, constava que teriam sido onze as mártires. Contudo, seria apenas no século IX que surgiria, pela primeira vez, o nome de Santa Úrsula e, no final desse mesmo século, o número das onze virgens mártires seria alterado para onze mil.¹⁵

A tradução portuguesa, com alterações, da *Legenda Aurea Sanctorum* remonta a 15 de Março de 1513, embora tenha sido antecedida por alguns manuscritos referenciados “(...) em inventários de instituições eclesiásticas e catálogos de livrarias particulares, dos séculos XIV e XV”.¹⁶ Trata-se do texto *Hō flos sanctorum em lingoajem português*, impresso em Lisboa, pela parceria de Hermão de Campos e de Roberte Rabelo. No que diz respeito particularmente à “Lenda de Santa Úrsula e das Onze Mil Virgens”, António José de Almeida apontou a existência, e as variações nelas contidas¹⁷, de duas versões quinhentistas do texto, em português, embora ambas incompletas, se comparadas com a da *Legenda Aurea Sanctorum*: a publicada no texto *Hō flos sanctorum em lingoajem português*, já mencionado, e a incluída na *História das vidas & feitos heróicos & obras insignes dos sanctos*, mandada fazer por Fr.

¹⁵Várias hipóteses terão contribuído para esta alteração, entre as quais se poderão mencionar alguns possíveis erros de leitura ou de interpretação: “Úrsula e as Onze Mil Companheiras” corresponderia a dois nomes: Úrsula e Undecimillia, ou Ursula e Ximillia; a abreviatura de XI.M.V. (*undecim martyres virgines*, ou onze virgens mártires, pode ter sido erradamente interpretada como *undecim millia virginum*, isto é, onze mil virgens). Finalmente, o erro de um copista pode ter transformado os numerais romanos XI em onze mil, ao colocar um traço horizontal sobre os mesmos. O número de onze mil seria, no séc. XII, atestado pela descoberta de um cemitério público em Colónia, o qual foi identificado como o local de sepultura das mártires. Cf. António Manuel Meira Marques Henriques, “Relíquias e relicários do Museu de São Roque – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa”, em *Actas do Ciclo de Conferências sobre o Convento de Nossa Senhora dos Remédios e a Ordem do Carmo em Portugal e no Brasil*, 5 [texto policopiado].

¹⁶Ana Maria Machado, “O Imaginário da Salvação na Tradução Portuguesa da *Legenda Aurea* de Tiago de Voragine”, em Marnoto, *Imaginação e literatura*, 103.

¹⁷Cf. António José de Almeida, “Santa Úrsula e as Onze Mil Virgens segundo as traduções portuguesas quinhentistas da *Legenda Aurea*. Textos e ilustrações”, em *Via Spiritus* 18 (2011): 113-156. Ver também António José de Almeida, “Vidas e ilustrações de Santas penitentes desnudas, no deserto e em peregrinação, no *Flos Sanctorum* de 1513”, *Via Spiritus* 16 (2009): 109-158 e Cristina Sobral, “O *Flos Sanctorum* de 1513 e as suas adições portuguesas”, *Lusitania Sacra*, 2ª Série, 13-14 (2001-2002): 531-568.

Bartolomeu dos Mártires, Arcebispo de Braga e publicada nessa mesma cidade, no ano de 1567.

Nas versões parcelares portuguesas apontadas, que registam variações, segundo esta lenda do séc. IV, Úrsula, filha do rei da Bretanha, foi pedida em casamento para o filho do rei de Inglaterra, tendo o seu pai concedido a sua mão, sob algumas condições: de a mesma ter a companhia de dez virgens, além de outras mil para ela e para cada uma das dez que a acompanhavam; três anos de prazo até ao seu casamento; e o baptismo do seu pretendente. Tendo sido aceites estas condições, o pai de Úrsula organizou uma escolta à filha, constituída por virgens de todas as partes, que Úrsula converteu, e por muitos bispos. Gerasina, rainha da Sicília e tia de Úrsula, partiu para a Bretanha e daí para a Inglaterra e juntou-se a Úrsula com as suas quatro filhas, sendo uma delas Auta, e um filho de tenra idade. Dirigiram-se a França e a Colónia, onde um anjo anunciou a Úrsula o martírio, e daí seguiram para Roma. O papa bretão Ciríaco recebeu-as com muitas honras e teve uma revelação de que morreria mártir com as virgens. Renunciou ao papado e partiu com elas. A expedição destas virgens e bispos encontrou Colónia sitiada pelos Hunos. Estes mataram todas as virgens. O príncipe dos Hunos enamorou-se por Úrsula e quis-se casar com ela, mas sendo rejeitado por esta, feriu-a mortalmente com uma seta.¹⁸

Estes textos impressos no séc. XVI desempenharão um papel fulcral na disseminação da “Lenda de Santa Úrsula e das Onze Mil Virgens”, que conhecerá uma enorme popularidade não só em Portugal, mas também nos territórios marcados pela presença missionária portuguesa, como veremos, entre os séculos XVI e XVIII. Note-se que esta difusão é feita, em larga medida, num “(...) contexto em que os grandes representantes do humanismo cristão, como Erasmo (1466/9?-1536) ou Juan Luis Vives (1492-1540), apelavam a uma piedade mais despojada de santos, oragos, milagres e relíquias que pejavam o quotidiano e a piedade (...)”.¹⁹

A narrativa do manuscrito em estudo, datado da primeira metade do século XVIII, entronca directamente nestes mesmos textos, recebendo a sua

¹⁸As variantes foram apontadas pormenorizadamente por Almeida, “Santa Úrsula e as Onze Mil Virgens”, 115-132.

¹⁹Cf. Ana Isabel Buescu, “Os Santos na Corte de D. João III e de D. Catarina”, *Lusitania Sacra* 28 (Julho-Dezembro 2013): 57. A autora reflecte neste estudo sobre as práticas devocionais e o culto de relíquias na Corte.

inspiração e constituindo-se como uma prova inequívoca da longa sobrevivência desta lenda na tradição manuscrita. Para a longa duração deste culto²⁰, assim como para a promoção desta devoção, e da sua iconografia em Portugal e nas regiões extra-europeias de missão Católica, muito contribuiu a Companhia de Jesus no período pós-tridentino.²¹



Fig. 3 “Retábulo de Santa Auta.” Chegada das relíquias de Santa Auta à Igreja da Madre de Deus. Gregório Lopes (1520-1525)

Proveniência: Igreja da Madre de Deus, Lisboa.

²⁰A Igreja Católica só reconheceu o carácter lendário de Santa Úrsula em 1969, na sequência da reforma litúrgica do Concílio Vaticano II (1963-1965), quando a retirou do calendário universal dos santos, embora a tivesse mantido na lista oficial do *Martiriológico Romano* (Úrsula foi canonizada Mártir e o dia da sua festa litúrgica é 21 de Outubro).

²¹Maria Cristina Osswald estudou precisamente o papel preponderante da Companhia de Jesus na difusão do culto e da iconografia de Santa Úrsula e das Onze Mil Virgens na segunda metade do séc. XVI. Cf. Maria Cristina Osswald, “The Society of Jesus and the Diffusion of the Cult and Iconography of Saint Ursula and the Eleven Thousand Virgins in the Portuguese Empire During the Second Half of the 16th Century”, em *Annual Meeting of the Sixteenth Century Organisation and Conferences* (Toronto: 2004).

Os jesuítas desempenharam um papel preponderante no incremento do culto das relíquias em Portugal, já praticado com expressiva dimensão desde a Idade Média. As primeiras relíquias do Martírio das Onze Mil Virgens foram oferecidas, em 1517²², exactamente a uma das personalidades históricas que Pina Martins mais admirava, a rainha D. Leonor, viúva de D. João II, por Maximiliano I de Habsburgo (1459-1519), seu primo. Tratava-se, precisamente, das relíquias de Santa Auta, companheira de Santa Úrsula que, vindas de Colónia, foram depositadas no Convento da Madre de Deus, num cofre em madrepérola. A chegada destas relíquias a Lisboa e a intervenção decisiva assumida pela rainha D. Leonor nesse mesmo processo foram amplamente propagadas por autores coevos e posteriores.

Ainda na centúria de Quinhentos, Damião de Góis descreveu pormenorizadamente a chegada do corpo de Santa Auta a Lisboa, na *Chronica do Felicíssimo Rei Dom Emanuel*²³, e, no ano de 1610, Duarte Nunes de Leão relatou-a na *Descrição de Reino de Portugal*.²⁴ No século XVIII, o corpo de Santa Auta era ainda considerado “(...) hum thezouro mais precioso, que quantos tributou o Oriente ao Tejo (...)”²⁵

Mais tarde, D. Pedro de Mascarenhas (1484-1555), após uma breve passagem por Colónia como embaixador de Portugal, junto do Imperador Carlos V, trouxe consigo a cabeça de Santa Resposta (mais uma das onze mil virgens) e outras, para as quais se construiu uma capela, com o mesmo nome, adossada à Igreja do Convento de Santo António em Alcácer do Sal.

Foram os jesuítas que mais disseminaram o culto destas relíquias, em Portugal e nas áreas da sua missão. A Igreja de São Roque recebeu várias relíquias das virgens de Colónia, tendo D. João de Borja (1533-1606) sido res-

²²“O corpo da Santa foi recebido em Lisboa a 2 de Setembro de 1517, e aos 12 do dito mês, por mandado de D. Manuel, ao ser colocado o sacro depósito no mosteiro da Madre de Deus, pelo arcebispo de Lisboa, D. Martinho da Costa, dispararam ao mesmo tempo todas as artilharias e fizeram-se muitas demonstrações alegres e festivas em veneração da santa e obséquio da rainha e príncipe D. João, que estavam presentes.” Cf. “Auta (Santa)”, *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. 3 (Lisboa & Rio de Janeiro: s.d.), 744.

²³Cf. Damião de Góis, *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel* (Lisboa: Casa de Francisco Correa, 1566-1567), Quarta Parte, fols. 32-32’.

²⁴Cf. Duarte Nunes de Leão, *Descrição do Reino de Portugal* (Lisboa: Impresso com licença, por Iorge Rodriguez, 1610), 116.

²⁵Cf. Lourenço Justiniano da Annuniação, *Anno Histórico, Diario Portuguez, Noticia Abreviada de pessoas grandes, e cousas notaveis de Portugal* (Lisboa: Officina de Domingos Gonsalves, 1744), 9.

Portuguese Studies Review

PSR

PSR Previews : End of this article's preview



PORTUGUESE STUDIES REVIEW (PSR)

BIBLID | ISSN 1057-1515 print

ONLINE: through EBSCO and Gale/Cengage

JOURNAL HOMEPAGES: <http://www.maproom44.com/psr> (URL permanently valid)

and <http://www.trentu.ca/admin/publications/psr> (URL not valid after 05 June 2020)

© 2014-2019 Portuguese Studies Review and Baywolf Press | All rights reserved

“Havendo escravos se restaurará tudo”: trajetórias e políticas ibero-atlânticas no fim do século XVI

Rodrigo Faustinoni Bonciani

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil

A UNIÃO DAS COROAS IBÉRICAS foi um projeto político muitas vezes pensado e planejado na história da Península. Os próprios termos Hispania e Ibéria projetavam a ideia desse espaço como uma unidade geográfica e histórico-cultural. Refletir sobre sua realização, entre 1580 e 1640, sob a égide da Casa de Habsburgo e da centralidade de Castela, implica levar em conta a longa duração das relações políticas, dos projetos de união e das disputas por hegemonia em sua história. Fernando Bouza conecta esse período ao fim do século XV, porque foi a partir do casamento e descendência de D. Manuel com Leonor de Áustria que Felipe II produziu sua legitimação sucessória ao reino de Portugal.¹ Nesse mesmo fim de século, na esteira das bulas *Inter Cetera*, 1493, e do Tratado de Tordesilhas, 1494, a expansão ultramarina atlântica foi incorporada como elemento decisivo à aliança ibérica.²

Ao longo do século XVI a dimensão ibero-atlântica vai se consolidar e 1580 se define na intersecção do que Reinhart Koselleck denomina “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”.³ A “união ibérica” e sua conexão atlântica se constituíam por meio de um longo aprendizado político e de colonização que, a partir da ascensão de Felipe II, projetava as esperanças e interesses de diferentes forças sociais que passaram à cena das relações históricas.

¹Fernando Bouza, “De un fin de siglo a otro. Unión de Coronas Ibéricas entre don Manuel y Felipe II”, en *El Tratado de Tordesillas y su época : Congreso Internacional de Historia, Anais...*, vol. 3 (Salamanca: Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas, 1995), 1458-1459.

²Cf. Rodrigo Bonciani, “Poder régio em mutação: expansão atlântica e alianças ibéricas no fim do século XV”, *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos* [online] <http://nuevomundo.revues.org/66538> (2014, consultado em 26 de maio de 2017).

³Reinhart Koselleck, *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* (Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2006), 309-311.



A hipótese deste artigo é de que em 1580 a dimensão africana do império ultramarino português, particularmente o tráfico de escravos, era um elemento chave da complementaridade atlântica e da geopolítica da expansão monárquica e católica, na medida em que:

1 – 1) Aumentava os ingressos da fazenda real: como “vetor produtivo da agricultura” e da mineração no ultramar; por sua potencialidade comercial; e pelos direitos fiscais e de contrato.

2 – Tornava-se uma ferramenta política: para negociação com os poderes americanos, no âmbito das relações internas de poder; e para a incorporação jurídica dos ameríndios e daqueles novos espaços de conquista à soberania régia, no âmbito das relações com outras monarquias cristãs e com o papado.⁴

O objetivo deste artigo é analisar a importância da expansão atlântica no processo de incorporação de Portugal à monarquia hispânica e como sua realização levou a um rearranjo das forças sociais constituídas nesses espaços a partir do reinado de Felipe II. O foco de análise será o tráfico negreiro na África Centro-Occidental e sua relação de complementaridade com a política indigenista no Brasil e nas Índias de Castela, articulação definidora das tensões e compromissos políticos na história do Atlântico. Procuo fazer um mapeamento das ações políticas em diferentes âmbitos de poder: na perspectiva régia, nos conselhos e nas juntas; na alta hierarquia da Igreja e da Companhia de Jesus; entre os funcionários régios, missionários, moradores e comerciantes; e para os poderes políticos nativos.

Alcácer-Quibir e as conexões do mundo ibero-atlântico (1568-1583)

A importância do tráfico de escravos africanos para a política filipina se evidencia pela rapidez com que Felipe II despachou as primeiras medidas para Angola, ainda em sua estadia em Lisboa, em 1583. A intervenção foi iniciada por meio de um mecanismo já bem conhecido dos monarcas ibéricos, o envio de um corregedor. João Morgado de Resende, que era desembargador do rei e da recém-criada Relação do Porto, acumulava os poderes de justiça – para fazer “residências” aos ouvidores nomeados pelo governador-donatário Paulo Dias de Novais e julgar os casos de apelação e agravo – e de fazenda –

⁴Ver também Luiz Felipe de Alencastro, *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul* (São Paulo: Companhia das Letras, 2000), 30-41.

para benefício das minas e arrecadação da renda dos defuntos, que deveria ser investida em escravos e vendidos no Brasil.⁵ João Morgado levava reforços militares, mas o anúncio da expedição também causava receio: qual seria o sentido da política de Felipe II na região?

É importante lembrar que, após a morte de um rei, as doações precisavam ser confirmadas e, por isso, Paulo Dias tratou de pedir ao novo monarca a confirmação de seus privilégios e poderes.⁶ A crise sucessória aberta com o desaparecimento do rei D. Sebastião em Alcácer-Quibir, em 1578, foi decisiva para Novais declarar, no ano seguinte, guerra contra o *ngola*, rei do Ndongo, a fim de estabelecer uma posição vantajosa em relação às outras forças sociais presentes na África Centro-Ocidental e de garantir seus direitos perante o futuro rei.⁷

Desde a maioria de D. Sebastião, em 1568, havia uma tensão na corte e conselhos portugueses entre o favorecimento dos contratadores, moradores de São Tomé, Congo e Angola e o do grupo de Paulo Dias de Novais, formado por seus companheiros de embaixada ao *ngola* (1559-1566), que incluía os jesuítas.

Essa disputa se traduzia em projetos distintos sobre o futuro de Angola: os primeiros, muitos deles cristãos-novos, eram favoráveis a uma política amistosa com os reis e chefes da África Centro-Ocidental com finalidade comercial, sendo mais dependentes da política, das formas de escravização e das feiras africanas; enquanto que os partidários de Novais eram adeptos da estratégia bélica para: obtenção de escravos; o avassalamento das chefias nativas a senhores portugueses; e a sujeição do *ngola*.⁸ A postura bélica aproxi-

⁵António Brásio, ed., *Monumenta missionária africana. África Ocidental* (MMA) (Lisboa: Agência Geral do Ultramar), Vol. 3 (1953): “Regimento de D. Filipe I a João Morgado” (19/8/1583), 244-247; “Regimento ao provedor da Fazenda de Angola” (27/10/1583), 250-255; “Alçada ao licenciado João Morgado” (14/1/1584), 262-264.

⁶MMA, Vol. 3: “Pública forma da Doação de Angola a Paulo Dias de Novais e Apostila Régia” (13/11/1582), 224-226; “Memorial de Paulo Dias de Novais” (31/10/1584), 285-294; Vol. 4 (1954): “Carta de Paulo Dias de Novais a el-Rei” (12/1/1582), 335-338.

⁷Paulo Dias perdeu dois de seus principais patrocinadores na batalha no Marrocos, Jorge da Silva e D. Rodrigo de Castro, seu cunhado. Ver Beatrix Heintze, *Angola nos séculos XVI e XVII: Estudos sobre fontes, métodos e história* (Luanda: Kilombelombe, 2007), 249-252.

⁸José L. Cortés López, “Felipe II, III y IV, reyes de Angola y protectores del reino del Congo (1580-1640)”, *Studia Historica* 9 (1991): 224-235; Alberto da Costa e Silva, *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002), 416-418.

ma-se de uma postura anti-judaica ou anti-cristã nova, mas isso não significa que judeus e cristãos-novos estivessem ausentes do bando de Paulo Dias de Novais. Em 1573, ele recebeu uma licença régia para levar seis judeus para São Tomé e Angola.⁹ Tampouco significa que os jesuítas lideravam uma política de limpeza de sangue associada à expansão colonial mas, como veremos adiante, a conexão atlântica dos inacianos vai utilizar deliberadamente esse pretexto para atacar seus adversários, aproveitando-se da política conduzida por Everardo Mercuriano e Claudio Aquaviva (1573-1593).¹⁰

No mesmo ano de 1568, Felipe II ordenou a prisão de seu filho com Maria Manuela de Portugal, D. Carlos, príncipe das Astúrias. D. Carlos foi acusado de atacar o duque de Alba, que formava, na corte, o grupo “castelhano”, ou albista, que se opunha à facção liderada pelo príncipe de Éboli, Rui Gomes da Silva, o partido ebolista, que divergia, principalmente, pela postura bélica do primeiro em relação à sublevação dos Países Baixos e a pactista do segundo.¹¹

Da experiência prévia na costa da Guiné, a Coroa portuguesa mostrava desconfiança e procurava controlar a ação dos tangomaus, mulatos e cristãos-novos que mediavam as relações com os potentados africanos e geriam uma importante parcela do comércio na região.¹² Desde a primeira viagem de Novais, a Coroa pretende intervir na autonomia dos moradores e comerciantes de São Tomé, criando um novo contrato para o comércio de escravos e estabelecendo uma alternativa política à dependência do rei do Congo. Esses objetivos também estão presentes na segunda expedição de Novais mas, naquele momento, tratava-se de uma campanha de sujeição e conquista, previamente autorizada pela Coroa, e reforçada por um contingente militar maior e por instrumentos de poder mais precisos.

⁹MMA, Vol. 4: “Alvará a Paulo Dias de Novais” (10/7/1573), 283-284.

¹⁰Sobre a presença e influência de descendentes de judeus na fundação e desenvolvimento da Companhia de Jesus, entre 1540 e 1572, e a política discriminatória, entre 1573 e 1593, ver Robert Aleksander Maryks, *The Jesuit Order as a Synagogue of Jews: Jesuits of Jewish Ancestry and Purity-of-Blood Laws in the Early Society of Jesus* (Leiden: Brill, 2010), 41-156.

¹¹Falece também a terceira mulher de Felipe II, Isabel de Valois, filha de Henrique II da França. Ver José Martínez Millán, “La crisis del ‘partido castellano’ y la transformación de la Monarquía Hispana en el cambio de reinado de Felipe II a Felipe III”, *Cuadernos de Historia Moderna*, Anejo 2 (2003): II-38.

¹²MMA, Vol. 4: “Alvará sobre a fazenda dos tangomaus” (15/7/1565), 255-256.

A delegação de um projeto de conquista a um particular era inédita no Atlântico português, foi influenciada pela experiência castelhana nas Índias Ocidentais e apostava no sucesso da atuação de Paulo Dias de Novais.¹³ Não obstante a ampla liberalidade, a carta de doação e conquista, assinada pelo presidente da Mesa de Consciência e Ordens, o jesuíta Martim Gonçalves da Câmara, estabelecia condições quase impossíveis de serem cumpridas.¹⁴ Além disso, havia os antecedentes de São Tomé, das capitanias brasileiras e das Índias Ocidentais, em que a doação de amplos direitos aos descobridores, donatários ou conquistadores era seguida de uma intervenção régia, caracterizada pelo estabelecimento de um aparato político-administrativo e pela interferência nas relações de domínio sobre as populações nativas. É notável a influência dos jesuítas na política régia ultramarina por meio da Mesa de Consciência. Segundo o próprio Paulo Dias, a doação tinha sido feita pelo Conselho de Estado, por deputados da Mesa de Consciência e por desembargadores do Paço, o que significava uma inovação no despacho por não ter passado pelos oficiais da Fazenda, representados, naquele momento, pelo vedor D. Martinho Pereira. Segundo Novais, foi a oposição da “Mesa da Fazenda” que levou à retirada, em 1573, de seu direito sobre o terço do comércio de escravos – “o qual (...) sustenta esta conquista”.¹⁵ Seis anos depois, Novais afirma que não havia sido notificado daquela provisão, admite ter perdido o benefício e volta a pedi-lo. Em resumo, a posição de Novais, delicada desde 1571, se torna precária no fim daquela década, e sinaliza uma tensão entre os organismos e oficiais da monarquia em relação aos assuntos ultramarinos.

Na África Centro-Ocidental, o rei do Congo, D. Álvaro I (1568-1587), precisou do apoio militar português nas disputas sucessórias e na guerra contra os jagas, mas ressentia-se pelas limitações de seu poder no relacionamento com a monarquia e o papado, desconfiava da presença bélica crescente dos portugueses e rejeitava as relações diretas estabelecidas com os *mani*, sobas e o *ngola*.¹⁶ A presença lusitana na corte do *mani* Congo aumentou depois da guerra contra os jagas e também se tornou fonte de tensão com Paulo Dias

¹³Rodrigo Bonciani, “Guerra, domínio e soberania: experiências coloniais e império no Atlântico Sul, década de 1570”, *Revista de Índias* 76 (268) (2016): 629-630.

¹⁴Martim Gonçalves da Câmara, irmão de Luís Gonçalves da Câmara, confessor do rei D. Sebastião, foi presidente da Mesa de Consciência e do Desembargo do Paço, além de escrivão da Puridade, vedor da Fazenda e membro do Conselho Geral do Santo Ofício. *MMA*, Vol. 3: “Carta de doação a Paulo Dias de Novais” (19/9/1571), 36-51.

¹⁵*MMA*, Vol. 4: “Auto do licenciado João Morgado” (17/1/1585), 445-446.

de Novais e os jesuítas.¹⁷ Segundo muitos relatos da época, a oposição portuguesa ao governador-donatário na África Centro-Occidental foi influente o bastante para mover o rei do Ndongo contra ele e seu bando e esteve na origem da “traição”, ou da “injúria”, que deflagrou a “guerra justa” contra o *ngola*.¹⁸ As tensões entre a vassalagem e a independência faziam parte das relações entre o *mani* Congo e os reinos de Matamba e Ndongo.¹⁹ Sobre os grupos jagas e imbangala, sem adentrar no longo debate historiográfico, interessa fixar que eram sociedades guerreiras que, pelo aumento do tráfico atlântico de escravos, se difundiram e se fortaleceram enormemente a partir do fim do século XVI, tornando-se uma alternativa de aliança militar às de sociedades políticas baseadas na linhagem e no parentesco.²⁰

Foi ainda o presidente da Mesa de Consciência, Martim Gonçalves da Câmara, que reiterou, em 1569, a importância de se conquistar o reino do Monomotapa para: (1) vingar o martírio do jesuíta Gonçalo da Silveira; (2) financiar os gastos do Reino com as minas de ouro; (3) estabelecer uma conexão por terra entre Angola e Moçambique, e daí com o Oriente.²¹

¹⁶Anne Hilton, *The Kingdom of Kongo* (Oxford: Clarendon Press, 1985), 69-85; Heintze, *Angola nos séculos XVI e XVII*, 187-188.

¹⁷MMA, Vol. 4: “Carta de Paulo Dias de Novais a El-Rei” (3/7/1582), 344.

¹⁸Heintze, *Angola nos séculos XVI e XVII*, 251.

¹⁹No início do século XVI, a chefe *mubongo* Matamba ofereceu tributos ao Congo a fim de adquirir produtos europeus, mas a abertura de rotas pelo *ngola a kiluanje* para o comércio de escravos ao Sul aproximou-a do Ndongo. Hilton, *The Kingdom of Kongo*, 110.

²⁰Para o debate, em ordem cronológica, destaca-se: Jan Vansina, “The Foundation of the Kingdom of Kasanje”, *The Journal of African History* 4 (3) (1963): 355-374; David Birmingham, “The Date and Significance of the Imbangala Invasion of Angola”, *The Journal of African History* 6 (2) (1965): 143-152; Jan Vansina, “More on the Invasions of Kongo and Angola by the Jaga and the Lunda”, *The Journal of African History* 7 (3) (1966): 421-429; Joseph C. Miller propôs uma nova interpretação em três artigos: “The Imbangala and the Chronology of Early Central African History”, *The Journal of African History* 13 (4) (1972): 549-574; “A Note on Kasanze and the Portuguese”, *Canadian Journal of African Studies* 6 (1) (1972): 43-56; “Requiem for the ‘Jaga’”, *Cahiers d’Études Africaines* 13 (49) (1973): 121-149. E no livro *Poder político e parentesco. Os antigos estados Mbundu em Angola* (Luanda: Arquivo Histórico Nacional, 1995 [1976]): 149-219. John K. Thornton retomou o debate em “A Resurrection for the Jaga”, *Cahiers d’Études africaines* 18 (69-70) (1978): 223-227. Ver também Anne Hilton, *The Kingdom of Kongo*, 69-73. E Jan Vansina. *How Societies are Born. Governance in West Central Africa before 1600* (Londres e Charlottesville: University of Virginia Press, 2004), 197-203.

²¹Segundo Duarte Lopes, embaixador de Álvaro I, o reino do Congo confinava com o de Prestes João, nas Índias. MMA, Vol. 3: “Carta de Duarte Lopes a Sisto V” (24/2/1588), 359.

No Brasil, com o incremento da produção açucareira e da resistência indígena, a partir de meados da década de 1560, os senhores de engenho aumentaram a pressão sobre as populações nativas e consolidaram-se como novo grupo social. No engenho de Sergipe, no Recôncavo Baiano, o terceiro governador-geral do Brasil, Mem de Sá, tinha 250 escravos, dos quais somente vinte eram da Guiné e todos os outros indígenas, em número quase igual de homens e mulheres.²² Na congregação da Companhia de Jesus na Bahia, em 1568, contradizendo as reticências do geral Francisco de Borja, do provincial Luís da Grã e do visitador Inácio de Azevedo, foi aprovada a associação entre produção econômica e escravidão no interior da missão. Foi nesse contexto, que a Mesa de Consciência, mais uma vez, iniciou as consultas para a elaboração da primeira lei sobre a liberdade dos índios no Brasil.²³

Missionação jesuíta e conquista militar se complementavam na política encabeçada por Martim Gonçalves da Câmara e disseminavam causas bélicas em escala global. Vale lembrar ainda que Câmara, seu primo Leão Henriques e os provinciais da SJ (*Societas Iesu*) em Portugal, Diego Mirón (1552-1555) e Miguel de Torres (1555-1561) assumiram posturas contra judeus e cristãos-novos e procuraram influenciar as atividades do Santo Ofício português, com mais intensidade a partir da década de 1570.²⁴ Do lado castelhano, o cardeal Diego de Espinosa, presidente do Conselho de Castela e Inquisidor Geral, fazia as vezes de favorito de Felipe II, sendo o estrategista da guerra nos Países Baixos, da expulsão dos mouriscos de Granada, da batalha de Lepanto e da conquista do império inca.²⁵

Em 1572, morre o cardeal Espinosa, o que enfraquece o “partido castelhano” em favor dos ebolistas, além disso, o grupo de Câmara e Leão Henriques

²²“Inventário do engenho de Sergipe por morte de Mem de Sá” (26/7/1572), em *Documentos para a história do açúcar*, Vol. 3 (Rio de Janeiro: SEDH, 1963), 40-49. Com a morte de seu filho Francisco de Sá, o engenho passou à herança da filha, D. Filipa, e seu marido, D. Fernando de Noronha, terceiro conde de Linhares.

²³Carlos Alberto de M. R. Zeron, *Linha de fé: A Companhia de Jesus e a escravidão no processo de formação da sociedade colonial (Brasil, séculos XVI e XVII)* (São Paulo: Edusp, 2011), 114-158.

²⁴Federico Palomo, “Entre vericuetos cortesanos y empresas religiosas. Francisco de Borja y el mundo portugués de mediados del siglo XVI”, en Santiago La Parra y María Toldrà, eds., *Francisco de Borja (1510-1572), hombre del Renacimiento, santo del Barroco* (Gandia: CEIC Alfons el Vell & IIEB & AC/E, 2012), 224-225.

²⁵Rodrigo Bonciani, “Guerra, domínio e soberania”, 625, 636-637.

encontra no novo papa, Gregório XIII, eleito neste ano (até 1585), apoio contra a interferência de Felipe II em Portugal, na Igreja e, particularmente, na Companhia de Jesus.²⁶ Essa aliança é vitoriosa, depois da morte de Francisco de Borja, espanhol e afeito à política filipina, ao eleger, ainda em 1572, Everardo Mercuriano como novo geral da SJ (até 1581), derrotando Juan de Polanco, que era de família cristã conversa e tinha o apoio de Felipe II. 1573 foi o início da reação do "partido castelhano", com o apoio crescente do Rei Católico. Joana de Áustria, princesa de Portugal, irmã de Felipe, mãe de D. Sebastião, uma das mentoras da facção ebolista, e o próprio Rui Gomes da Silva desaparecem e morrem neste ano. Uma campanha de informação vai atacar e acusar o grupo liderado por Gonçalves da Câmara de usurpação do reino português, favorecendo a nova ascensão dos secretários Pedro de Alcáçova Carneiro e Miguel de Moura, futuros artífices da incorporação de Portugal à monarquia hispânica.²⁷ O projeto de complementaridade ibérica concebido na perspectiva papal do orbe cristão, desencadeava, quase um século mais tarde, um processo sem volta de disputa e dissimulação entre Castela e Portugal pelo predomínio da expansão ibero-católica. Foi o "partido castelhano" que persuadiu Felipe II pela conquista de Portugal.²⁸

A partida de D. Sebastião para o Marrocos e a de Paulo Dias de Novais para Angola, em 1574, associam-se, portanto, à queda de Martim Gonçalves e à política agressiva do "partido castelhano" sobre Portugal. D. Jorge de Ataíde, que tinha sido capelão-mor do cardeal rei D. Henrique, apoiou a causa filipina e foi a Badajoz encontrar-se com o monarca católico. Diante do levantamento de D. António, prior do Crato, Felipe II o designou para informar-se do envolvimento do clero regular e para prender Martim Gonçalves da Câmara.²⁹ Em Tomar, após o juramento do rei Felipe, D. Jorge de Ataíde foi nomeado presidente da Mesa de Consciência e Ordens e, em 1583, retornou com o monarca para Madri e tornou-se membro do Conselho de Portugal,

²⁶José Martínez Millán, "La crisis del 'partido castellano'", 15-17.

²⁷André da Silva Costa, "Os secretários e o estado do rei: luta de corte e poder político sécs. XVI-XVII," Dissertação de mestrado (Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2008), 73-82, 86-94, 98-103.

²⁸José Martínez Millán, "La crisis del 'partido castellano'", 15-17.

²⁹Ana Isabel López-Salazar Codes, *Inquisición y Política: El gobierno del Santo Oficio en el Portugal de los Austrias (1578-1653)* (Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2011), 33-34. Ver também Fernando Bouza, *D. Filipe I* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005), 114-118.

ao lado de Cristóvão de Moura, Nuno Álvares Pereira, seu filho Pedro Álvares Pereira, entre outros. Alcáçova Carneiro tornou-se vedor da Fazenda e conselheiro do vice-rei, Miguel de Moura foi nomeado “escrivão da puridade” de Felipe II em 1582.

Nuno Vila-Santa observa, e é corroborado por outros autores, uma continuidade da política ultramarina de equilíbrio entre o Atlântico e o Índico nos reinados de D. Henrique e D. Sebastião até 1573, quando a política oriental da Coroa se torna secundária em benefício do investimento norte-africano e no Atlântico, particularmente pela conquista de Angola.³⁰ Essa mudança também é associada à queda de Martim Gonçalves da Câmara. Parece-me que o investimento norte-africano fazia parte de uma geopolítica que visava garantir a autonomia de Portugal frente ao assédio crescente do “partido castelhano” e de Felipe II, que foi abortada por D. Henrique após a derrota de Alcácer Quibir e o desaparecimento de D. Sebastião. Sobre Angola, a queda de Martim Gonçalves coloca em perigo o plano do grupo que se articulava em torno de Paulo Dias de Novais, daí o decreto de 1573 que lhe retirava os direitos sobre o tráfico de escravos e que forçou sua partida, ainda sem o aprovisionamento necessário para uma empresa de grande porte. A hipótese, portanto, é que havia entre os grupos político-cortesãos em Portugal, nos organismos e grupos mercantis lusos e espanhóis interesses e planos associados especificamente ao tráfico de escravos na África Centro-Occidental que colocavam o bando de Novais de sobreaviso. A conquista de fato, a descoberta das minas de prata, *in loco*, e as reivindicações de direitos e privilégios, na metrópole, apresentavam-se como uma necessidade para que Novais desse continuidade ao seu plano político, econômico e militar.

Baltasar Barreira, personagem de destaque neste artigo, quando ainda era moço, prestes a embarcar com o pai no porto de Sevilha “para o Peru à procura de aventura e de riquezas”, decidiu retornar e entrar para a Companhia de Jesus. Depois de lecionar na Universidade de Évora, seguiu para os Açores para “fundar o Colégio da Ilha Terceira” e, em meio às agitações da sucessão ao trono português, embarcou como superior dos jesuítas para Angola, em 1579.³¹

³⁰Nuno Vila-Santa, “A Coroa e o Estado da Índia nos reinados de D. Sebastião e D. Henrique: política ou políticas?”, *Lusitania Sacra* 29 (Janeiro-Junho 2014): 59-68.

A Ilha Terceira foi o último bastião de resistência de D. António à ascensão de Felipe II. Daí ele chamou a atenção e alimentou os interesses de outras potências europeias pelo Atlântico. Com Catarina de Médici, rainha da França, negociou o comércio com o Brasil, com Isabel I, rainha da Inglaterra, e comerciantes flamengos, o da Guiné. Aliás, corsários, piratas e colonizadores, principalmente franceses e ingleses, pipocavam por todo o Atlântico e mesmo na costa americana do Pacífico, muitos deles buscavam o apoio de comunidades indígenas e quilombolas para se estabelecer ou saquear e comercializar em determinadas regiões, essas, por sua vez, agiam segundo seus interesses e participavam ativamente do comércio.³² Como analisa Guida Marques é por meio da propaganda antoniana que a América portuguesa se projeta e é incorporada ao jogo político europeu com a ideia inédita, e duradoura, de estabelecimento de sua corte no Brasil. Informado dos planos de D. António, Felipe II pediu que Pedro Sarmiento de Gamboa e Diego Flores de Valdés, que partiam em expedição ao Estreito de Magalhães, verificassem o estado de defesa da costa brasileira e de fidelidade de seus moradores. Em seus informes ao Conselho das Índias, os capitães destacam a boa acolhida e as manifestações sinceras de lealdade dos colonos da Bahia, Rio de Janeiro e São Vicente, que contrastava com a hesitação dos de Pernambuco. Em 1590, o vice-rei do Peru, Luis de Velasco, relata o aprisionamento de um português, na vila de Los Angeles, no México, que se suspeitava ser o prior do Crato.³³

Alguns anos antes, os serviços do português Diogo de Ferreira (hispanizado como Diogo de Herrera) eram apresentados da seguinte forma:

Avendo servido V. Magestad quatorze annos en Africa, Angola y Brazil, como consta de sus papeles, y gastado mas de seis mil ducados y no está para poder agoardar despacho nesta corte. Aviendo tambien servido V. Magestad ocho annos

³¹José A. Duarte Leitão, “A missão do pe. Baltasar Barreira no reino de Angola (1580-1592)”, *Lusitania Sacra* 2^a (5) (1993): 43-91.

³²David Wheat, *Atlantic Africa and the Spanish Caribbean, 1570-1640* (Williamsburg: UNC Press, 2016), 54-63.

³³Guida Marques, “L’invention du Brésil entre deux monarchies. Gouvernement et pratiques politiques de l’Amérique portugaise dans l’union ibérique (1580-1640)”, Tese de Doutorado (Paris: École de Hautes Études en Sciences Sociales, 2009), 33-71.

Portuguese Studies Review

PSR

PSR Previews : End of this article's preview



PORTUGUESE STUDIES REVIEW (PSR)

BIBLID | ISSN 1057-1515 print

ONLINE: through EBSCO and Gale/Cengage

JOURNAL HOMEPAGES: <http://www.maproom44.com/psr> (URL permanently valid)

and <http://www.trentu.ca/admin/publications/psr> (URL not valid after 05 June 2020)

© 2014-2019 Portuguese Studies Review and Baywolf Press | All rights reserved

Goa-Lisboa-Madrid-Lisboa-Goa O Conselho da Índia como elo de ligação entre a corte de Madrid e o império asiático no combate aos holandeses (1604-1614)

Ana Teresa Hilário
CHAM-UNL

O PRESENTE ESTUDO FOCA A SUA atenção no Conselho da Índia, organismo fundado por Filipe II de Portugal para agilizar a administração dos negócios do espaço ultramarino português. A única obra inteiramente dedicada ao Conselho da Índia de que dispomos até então é a de Francisco Mendes da Luz, datada de 1952. Ainda que nem tudo o que é recente seja necessariamente melhor ou mais correcto, há que ter em conta que a historiografia é uma ciência dinâmica, constantemente passível de ser alterada não só pelo facto de que as conjunturas presentes condicionam o olhar do historiador para o passado, mas também pela descoberta de novos dados descobertos, ou novas formas de interpretação. Assim, a historiografia sofreu inúmeras revisões e viu surgir uma série de novas visões e teorias desde a publicação da referida obra. O Conselho da Índia é referido na historiografia mais recente, nas dissertações de Santiago de Luxán Meléndez¹, André da Silva Costa², Guida Marques³ e Graça Almeida Borges⁴.

¹Cf. Santiago de Luxán Meléndez, *La revolución de 1640 en Portugal, sus fundamentos sociales y sus caracteres nacionales. El Consejo de Portugal, 1580-1640* (Madrid: Universidade Complutense de Madrid, 1988).

²Cf. André da Silva Costa, “Os secretários e o Estado do Rei: Luta de corte e poder político (sécs. XVI-XVII),” Tese de Mestrado (Lisboa: FCSH-UNL, 2008).

³Cf. Guida Marques, “L’invention du Brésil entre deux monarchies, Gouvernement et pratiques politiques de l’Amérique portugaise dans l’Union Ibérique (1580-1640),” Tese de Doutoramento (Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2009).

⁴Cf. Graça Almeida Borges, “Um império ibérico integrado. A União Ibérica, o Golfo Pérsico e o império ultramarino português, 1600-1625,” Tese de Doutoramento (Florença: Universidade Europeia, 2014).



Pelo nosso trabalho pretendemos, num primeiro plano, relacionar a necessidade da existência de um tribunal com as características do Conselho da Índia, tendo em conta a situação vivida nos territórios portugueses no Atlântico, no Índico e no norte de África, mas relacionando-o também com a conjuntura belicosa com que a Monarquia Hispânica lidava nestes anos e com a tradição governativa castelhana. A propósito desta última questão, procuramos demonstrar até que ponto o Conselho da Índia se constitui – ou não – como parte de um projecto elaborado desde Castela com o objectivo final de levar a cabo uma castelhanização da administração portuguesa e/ou do seu império.

Tendo em conta a complexa situação militar vivida no Índico, que adiante ficará demonstrada, quisemos provar o peso do Estado da Índia e dos assuntos do império asiático português neste tribunal ultramarino, tendo especialmente em conta as carreiras prévias dos homens que se sentaram à sua mesa nos seus dez anos de funcionamento.

Por fim, e depois de atendermos às características mais gerais do Conselho, propusemo-nos perceber a importância do referido organismo, sediado em Lisboa, enquanto elo de ligação entre dois pólos principais de poder no período da União Dinástica: Goa, enquanto centro de acção política do império asiático português, e a corte régia em Madrid.

Ainda que a maioria da documentação deste tribunal esteja no Arquivo de Simancas, em Espanha, nos “Documentos Remetidos da Índia”, compilados por Bulhão Pato e editados pela Academia Real das Ciências entre 1880 e 1882, encontramos as conclusões do monarca a propósito dessas consultas e as ordens que foram dadas ao Conselho na forma de orientar as autoridades em Goa. É precisamente nesta base documental que nos apoiaremos para analisar a acção do Conselho da Índia.

“Os negócios daquelas partes, sendo tantos e de tanta importância como são”

Crescimento e desenvolvimento no Atlântico. No que ao Atlântico diz respeito, há essencialmente que notar a existência, desde o reinado de D. João III, de diversas iniciativas com vista ao incremento da presença portuguesa no Brasil. Refiram-se o estabelecimento do Governo-Geral em 1549, a formação de enclaves do poder português ao longo de toda a zona costeira do Brasil compreendida entre São Vicente e a Foz do Amazonas, a fundação de São Paulo,

a definitiva expulsão dos franceses da Guanabara em 1565 e o avanço para o sertão com o desenvolvimento dos movimentos bandeirantes e o consequente aumento da zona explorada pelos portugueses. O Brasil é, a partir dos anos vinte do século XVI, um espaço em evolução, que começa a demonstrar o seu dinamismo.

Este processo será posteriormente acelerado e consolidado no tempo da união ibérica, em parte devido à tradição da expansão castelhana e à conjuntura externa da monarquia hispânica⁵, mas também pela atracção dos negociantes portugueses relativamente à prata que vinha da América espanhola⁶. Por associação, simultaneamente causa e efeito desta fixação, a produção agrícola no Brasil entra numa fase de expansão, com a produção açucareira a tornar-se cada vez mais relevante na balança comercial da coroa portuguesa.

Segundo nos mostram textos coevos, entre 1570 e 1583 o número total de engenhos no Brasil sobe de 60 para o dobro. Chegando a 1612, os engenhos em funcionamento seriam já perto de duzentos, dos quais 140 se encontravam nestas duas capitanias. Nota-se nesta altura um grande desenvolvimento no Rio de Janeiro, que passa de 3 engenhos em 1583 para 14 em 1612⁷. Nas vésperas da invasão neerlandesa em Olinda, os engenhos de açúcar seriam totalizados em cerca de 350, dos quais a maior parte continuaria em Pernambuco, com 150 e na Bahia, com 80 engenhos⁸.

Esta vertente territorial e atlântica do império português é uma nova realidade, num império até então essencialmente assente nas águas do Índico e numa cuidada rede de fortalezas e feitorias. Nova realidade essa que, pouco mais de cinquenta anos volvidos sobre o lançamento das suas bases, vinha ainda sendo experimentada, procurando o seu lugar no sistema político-administrativo português e, posteriormente, da Monarquia Hispânica, mas também nas redes de comércio do açúcar e do tráfico de escravos que lhe estava associado. Situação contrária, pois, à do Estado da Índia, que contava

⁵ João Paulo Oliveira e Costa, coord., *História da Expansão e do Império Português* (Lisboa: Esfera dos Livros, 2014), 172.

⁶ Fernando Bouza Álvarez, *Portugal en la Monarquía Hispánica (1580-1640): Felipe II, las Cortes de Tómar y la génesis del Portugal católico* (Madrid: Universidade Complutense, 1987), 639.

⁷ Stuart B. Schwartz, “A «Babilónia» colonial: A economia açucareira”, em Francisco Bethencourt e Kirti Chauduri, dirs., *História da Expansão Portuguesa*, Volume 2: *Do Índico ao Atlântico (1570-1697)* (Lisboa: Círculo de Leitores, 1998), 215.

⁸ Schwartz, “«Babilónia» colonial,” 215.

desde muito cedo com um sistema de representação do rei português e de funcionamento político e administrativo que no século XVII se encontrava já consolidado⁹.

Estamos por isso perante anos em que o volume dos negócios associados ao império português cresceu significativamente, com o desenvolvimento de uma nova economia e de um novo bem de produção que rapidamente se tornou muito relevante, mas também com o início de um trabalho sistemático por parte dos jesuítas, com o aumento populacional em terras distantes, e com a própria dilatação territorial.

O gradual abandono do Norte de África. Neste processo de crescente importância do Brasil, as possessões do Norte de África passam a ocupar um lugar diferente na balança imperial portuguesa. De facto, desde o reinado de D. João III que o império português vinha vendo as suas bases serem alteradas, passando nesta altura “a ter duas áreas de intervenção prioritária, o Estado da Índia e o Brasil, o que representava também uma alteração ao modelomanuelino, em que as preocupações da Coroa estavam focalizadas (...) no Oriente e em Marrocos”¹⁰.

A tendência é invertida, como se sabe, no reinado de D. Sebastião. Entre as regências da avó e do tio-avô, o jovem rei esteve rodeado essencialmente pela nobreza da velha guarda, descontente com a viragem dos interesses do império português que levou à secundarização das praças do Norte de África, simbolicamente associadas à luta contra o infiel, ao momento fundador da gesta expansionista e a elevadas rendas para aqueles que láfaziam as suas carreiras. Junto de D. Sebastião estiveram sempre homens que, na sua maioria, “tinham combatido, acompanhado ou de algum modo estado ligadas com as praças de África e seus feitos militares, com a Índia e com o Oriente e com a rudeza dos combates”¹¹, e que terão inseminado o espírito do monar-

⁹Tal discrepância em termos de desenvolvimento acontece não apenas devido ao imediato interesse das autoridades lusas na Índia, com o qual o Brasil só competirá mais tarde, mas também em grande parte devido à distância de que um e outro território se encontravam do centro de decisão política, tornando muito mais necessário na Índia o estabelecimento de bases efectivas que pudessem funcionar tendo em conta a demora de fecho do circuito da rota dos papéis e, por isso, de forma mais autónoma do rei.

¹⁰Schwartz, “«Babilónia» colonial,” 137.

¹¹Joaquim Romero Magalhães, “D. Sebastião”, em José Mattoso, dir., *História de Portugal*, Vol. 3 (Lisboa: Circulo de Leitores, 1993), 542.

ca com ideais de duas gerações anteriores, que não se encaixavam já na conjuntura que se vivia. Assim se explica, talvez, a obsessão que D. Sebastião desenvolve pela guerra no norte de África e que o leva a aproveitar a oportunidade que parece ver surgir no âmbito da crise sucessória em Marrocos.

Foi um retorno fugaz, este das fortalezas do norte de África ao centro de interesse dos monarcas portugueses. No reinado de Filipe III, “Mandou El-Rey António Pereira Lopes de Berredo a visitar as Praças de África da Coroa de Portugal com ordem, e autoridade para *reformatar as despesas supérfluas* (...)”. No que dizia respeito a Tânger, por exemplo, o projecto previa “diminuir o presidio, cortar a Cidade da porta do Campo, à porta do Mar, para que se pudesse *com menos gente* defender”¹². Apesar de não se concretizar, a ideia de Filipe III mostra-nos que para reduzir os encargos do império português, eram as possessões norte africanas aquelas que, com mais facilidade, poderiam ver as suas guarnições diminuídas. Por um prisma exclusivamente económico, as praças do norte de África pareciam cada vez mais ser vistas como mais dispendiosas do que vantajosas.

A continuidade do sonho oriental. Neste processo de aumento do peso do Atlântico na balança imperial portuguesa, há então que posicionar o Índico. Filipe II rapidamente percebeu, tal como D. Manuel havia percebido anos antes, o potencial do Estado da Índia como “área de pressão contra o Mediterrâneo oriental”¹³ e, conseqüentemente, passível de ser utilizado contra o avanço do poder otomano na Europa. Nas palavras de João Paulo Oliveira e Costa, tal demonstra que “o respeito pela individualidade lusa não impedia o monarca de encarar os seus novos domínios como peças de uma estratégia maior, onde o império português podia ser usado, e sacrificado, em prol dos interesses maiores da Monarquia Católica”¹⁴. A execução desta política foi de novo tentada no reinado de Filipe III. Em nenhum dos casos as autoridades de Goa acataram as ordens do poder central, percebendo que as consequências – negativas – da reabertura da guerra contra os Turcos serviam um interesse que não o seu.

¹²D. Fernando de Meneses, *História de Tânger durante la dominacion portuguesa* (Tânger: Tipografia Hispano-Arábica de la Mision Católica, 1940), 124-126. O grifo é nosso.

¹³João Paulo Oliveira e Costa e Vitor Luís Gaspar Rodrigues, *Portugal y Oriente: el proyecto indiano del Rey Juan* (Madrid: Mapfre, 1992), 322.

¹⁴Oliveira e Costa, *História da Expansão*, 170.

De facto, ainda que se afirme uma certa falta de capacidade por parte dos monarcas hispânicos para conceberem o Estado da Índia como uma peça individual, incapazes de aí encontrar os benefícios advindos do seu império americano, a verdade é que aquando a anexação de Portugal à monarquia hispânica, era aí que “donde residía el simbolismo planetario de la casa de Avís”¹⁵. O mesmo é dizer que, ainda que a territorialidade ganhasse peso e o Atlântico se tornasse cada vez mais dinâmico, a Índia continuava a constituir-se, para os portugueses, como a jóia da coroa, que significava muito mais que o interesse erudito ou a respeitosa indiferença que significava para os castelhanos¹⁶.

Além disso, não foi apenas no Atlântico que o paradigma da territorialidade ganhou relevo. No Índico, seguindo as palavras de Luís Filipe Thomaz, “a tendência para a territorialidade acentua-se, porém, gradualmente (...). A extensão dos territórios (...) ampliara-se, pelo que não podia deixar de ser maior o seu peso no conjunto; amentara, devido à política de casamentos mistos, o número de portugueses radicados na terra, enquanto a acção dos missionários integrara, por assimilação religiosa, na comunidade portuguesa vultosos núcleos da população local”¹⁷. Para Maria Augusta Lima Cruz, esta crescente territorialização no Índico encontrava-se essencialmente ligada a uma mudança do paradigma de império, iniciada no reinado de D. João III e seguida por D. Sebastião. Defendia-se cada vez mais o afastamento da coroa relativamente às actividades comerciais e mercantis e, por tal, sentia-se a necessidade de tornar o império menos marítimo e mais semelhante ao castelhano, ou seja, mais territorial, prevendo-se “o controlo das populações locais, e logo da mão-de-obra, da produção agrária e das reservas mineiras”¹⁸.

Esta não é uma tese que anule ou entre em confronto com a de Filipe Thomaz, que defende que o incremento do poder territorial português no Estado da Índia acontece numa tentativa de compensação pelo aumento da concorrência e, em ligação directa, pela sua crescente perda de poder naval¹⁹.

¹⁵Rafael Valladares, *Castilla y Portugal en Asia, 1580-1680: declive imperial y adaptación* (Leuven: Leuven University Press, 2001), 2.

¹⁶Valladares, *Castilla y Portugal*, 3.

¹⁷Luís Filipe Thomaz, *De Ceuta a Timor* (s.l.: Difel, 1994), 217. A este propósito veja-se também Oliveira e Costa, *História da Expansão*, 135.

¹⁸Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião* (Lisboa: Temas & Debates, 2009), 179

¹⁹Cf. Thomaz, *De Ceuta a Timor*, 217.

Por sua vez, esta crescente perda de poder naval marcará definitivamente a conjuntura no Índico ibérico logo desde o final dos anos de quinhentos. Contrariamente à tendência de crescimento que encontramos no Brasil e nas redes de comércio de escravos africanos, às décadas de sessenta e setenta, as de maior sucesso tanto para a Carreira da Índia como para a Nau do Trato, nas quais se contaram pouquíssimas perdas, seguiram-se eventos que, na década de noventa trouxeram consigo “perdas materiais e económicas”²⁰ bastante relevantes, bem como a perda de grande parte do comércio marítimo que os portugueses controlavam até então.

Não estando o império português dependente apenas dos potentados asiáticos e africanos e do resgate dos produtos de que estes dispunham, mas também da rede de consumo europeia, e da aquisição de produtos europeus a ser utilizados como moeda de troca nos mercados africano e asiático, as boas relações com a Europa precisavam de ser mantidas, em nome dos lucros que os reis portugueses retiravam do comércio asiático-africano-europeu. Tanto que assim é, que os portugueses preferiram ignorar a “heresia” dos Países Baixos, de forma que pudessem manter os seus contactos comerciais²¹. A manutenção desta posição por parte das autoridades portuguesas tornar-se-á impossível após a união ibérica. Na verdade, não podemos afirmar que o estabelecido por Tordesilhas em 1494 não tenha sido contestado, e até desafiado, mas a verdade é que poucos efeitos concretos tiveram estas contestações, e raramente se materializaram. Só assim se compreende que até 1580, a estabilidade do comércio, a segurança da navegação e o poder territorial português no Índico tenham estado em grande parte assentes numa quase total ausência de concorrência.

Escreve Manuel Faria e Sousa que a união de coroas que em 1581 se consolidou parece ter tido o poder de, nos Países Baixos, apagar “as memórias do antigo decoro com que ela [a Holanda] costuma reverenciar os seus nomes e agradecer os seus benefícios”. Continua, frisando que os Países Baixos haviam sido até à união ibérica senhores de uma economia essencialmente agrícola, com cujos produtos “vinha [a Holanda] procurar os nossos em nossas casas e as drogas orientais nas nossas alfândegas”, adoptando então uma postura di-

²⁰Oliveira e Costa, *História da Expansão*, 173.

²¹Cf. Joaquim Romero Magalhães, “Os limites da expansão asiática”, em *História da Expansão Portuguesa*, 2: 10-11.

ferente, convertendo “os arados em proas, as aguilhadas em piques e as sementes em balas para sulcar os nossos mares e para infestar as nossas conquististas asiáticas, africanas e americanas”²².

Não obstante ser necessário um esforço para relativizar esta afirmação, que quase nos leva a supor que a viragem da Holanda dos campos para o mar acontece apenas depois da união de coroas e exclusivamente com o propósito de atacar o império português, não contando o autor que ainda antes de 1581 já os holandeses se encontravam nos mares e detinham diversas feitorias, a verdade é que a união de Portugal a Castela alterou substancialmente o método de alianças dos portugueses, até aí tendentes a procurar amizades com quem Castela tinha querelas. Será fácil constatar que Portugal não se encontrava preparado para ver contra si as forças daqueles que sempre se encontraram do seu lado.

O grande catalisador do conflito directo com os holandeses foi quando em 1595 Filipe II decretou o encerramento dos portos portugueses ao comércio com os Países Baixos. Nas palavras de Joaquim Romero Magalhães, os holandeses viram aqui, naturalmente, uma oportunidade de avançar directamente para a fonte dos produtos, “cortando os altos ingressos ao soberano hispânico e trazendo os produtos asiáticos directamente para os seus países”²³. Estrangulando o comércio asiático português, esperariam os “rebeldes” piorar a já por si grave situação das finanças hispânicas e dessa forma obrigar Filipe II a abrandar o ímpeto militar.

As acções dos neerlandeses que tinham em vista a concretização deste objectivo foram desenvolvidas tanto pela via do corso e da perturbação da navegação portuguesa como pelo ataque directo a possessões territoriais de domínio português e a tentativa de estabelecimento de alianças com os locais, com o intuito de enfraquecer a aceitação destes relativamente à presença lusa.

A historiografia portuguesa tendeu durante muito tempo a obscurecer o período de união de Portugal à monarquia hispânica, e a história da Carreira da Índia não foi excepção, “muito em particular pelo grande acréscimo dos ataques de pirataria inglesa e holandesa ao longo da rota do Cabo e pelo iní-

²²Manuel de Faria e Sousa, *Ásia Portuguesa*, editado por M. Lopes de Almeida, 6 vols., (Porto: Civilização, 1945), 5: 178.

²³Romero Magalhães, “Os limites,” II.

cio da concorrência externa no acesso ao Índico”²⁴. No entanto, os efeitos do curso têm vindo a ser alvo de uma cuidada revisão historiográfica, concluindo André Murteira, cuja dissertação de Mestrado versa sobre o curso neerlandês e a Carreira da Índia entre 1595 e 1625, que, apesar de não ser correcto subestimar os seus efeitos, não devemos também dar-lhes um lugar central, uma vez que “os efeitos observáveis do curso, directos e indirectos, embora não negligenciáveis, foram fundamentalmente esporádicos, não se justificando a importância que lhe tem sido atribuída”²⁵.

Grande valorizador dos efeitos indirectos da presença holandesa nos mares de domínio ibérico, Magalhães Godinho não só calculou que quatro quintos das perdas totais foram causadas de forma indirecta, reservando apenas um quinto das perdas para acções directas de curso e pirataria, como elenca ainda uma completa lista dos mesmos, na qual se encontram, por exemplo, a obrigação no sentido de desvios nas rotas, as partidas tardias de Goa para Lisboa para evitar encontros da Carreira da Índia com embarcações holandesas ou inglesas, mas também os próprios bloqueios comerciais a Lisboa (1598 e 1606) e Goa (1623).

Por sua vez, Bentley Duncan acrescenta a esta lista a impossibilidade de os navios escalarem na Ilha de Santa Helena e os custos originados pela necessidade de maior protecção às embarcações da Carreira e ao desgaste financeiro da concorrência europeia²⁶. Rui Godinho, além de referir o excessivo carregamento das naus, evoca também que o considerável poder político e comercial da VOC constituiu para Portugal e para as estruturas do seu impé-

²⁴Paulo Guinote, Eduardo Frutuoso e António Lopes, *Naufrágios e outras perdas da «Carreira da Índia»*. Séculos XVI e XVII (Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998), 107.

²⁵André Murteira, “A Carreira da Índia e o curso neerlandês, 1595-1625,” Tese de Mestrado (Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2006), 160. Sobre os mesmos assuntos, cf. também: André Murteira, “Os primeiros bloqueios neerlandeses de Goa: expedições da VOC contra a Carreira da Índia no Índico Ocidental, 1604-1623,” *Revista de Cultura* 36 (2010): 124-144; André Murteira, *A Carreira da Índia e o curso neerlandês, 1595-1625* (Lisboa: Tribuna da História, 2012); André Murteira, “A navegação portuguesa na Ásia e na Rota do Cabo e o curso neerlandês, 1595-1625,” Tese de Doutoramento (Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2016); Robert Parthesius, *Dutch Ships in Tropical Waters. The Development of the Dutch East India Company (VOC) Shipping Network in Asia, 1595-1660* (Amesterdão: Amsterdam University Press, 2010).

²⁶Murteira, “A Carreira da Índia,” 6-8.

Portuguese Studies Review

PSR

PSR Previews : End of this article's preview



PORTUGUESE STUDIES REVIEW (PSR)

BIBLID | ISSN 1057-1515 print

ONLINE: through EBSCO and Gale/Cengage

JOURNAL HOMEPAGES: <http://www.maproom44.com/psr> (URL permanently valid)

and <http://www.trentu.ca/admin/publications/psr> (URL not valid after 05 June 2020)

© 2014-2019 Portuguese Studies Review and Baywolf Press | All rights reserved

A Igreja e a escravidão no mundo atlântico: notas historiográficas sobre a doutrina católica no mundo moderno e contemporâneo¹

Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron
Universidade de São Paulo (USP)

Camila Loureiro Dias
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Introdução

A Igreja cristã foi fundada no contexto de expansão do Império romano, do qual a escravidão era um dos fundamentos mais importantes. A escravidão também era praticada pelos israelitas e por todos os povos do mundo bíblico. Assim, a despeito de seu discurso redentor, a Igreja aceitou e integrou a escravidão em sua doutrina e em suas instituições. Desde então, ambas passaram por diversas transformações, sem jamais deixar de coexistir: conforme a Igreja se expandiu e se fragmentou, suas diversas instituições encontraram novos contextos onde a escravidão se fazia presente.

A relação entre Igreja e escravidão concerne, portanto, cerca de dois mil anos de história. Concerne a escravidão em sociedades católicas, ortodoxas e protestantes, mas também a escravidão de católicos por judeus, muçulmanos ou pagãos e inversamente, bem como o resgate de uns e outros por católicos, muçulmanos etc. Concerne ainda o tráfico em todas as direções, entre diferentes sociedades ou dentro de cada sociedade, incluindo aquelas africanas e ameríndias. Concerne questões relativas à catequese e à conversão, ao batismo e ao casamento de escravos, à sua incorporação em irmandades, à sua ordenação e à sua entrada em ordens religiosas; concerne às suas obrigações morais, mas também as dos senhores no governo dos escravos, incluindo o cuidado espiritual e material, além do castigo. Concerne, portanto, para além dos aspectos teológicos, a sua legitimação moral e jurídica, assim

¹Agradecemos ao CNPq e à Fapesp pelas bolsas que tornaram possível a realização desta pesquisa.



como questões derivadas da antropologia, da sociologia e, evidentemente, da economia.

Ora, a despeito da longa história dessa relação, a historiografia que se dedicou a analisar a posição da Igreja com relação à instituição escravista ainda se mostra notavelmente parcial: predominam ampla e claramente trabalhos escritos por membros da Igreja católica, focados quase sempre em pronunciamentos oficiais, emanados de concílios ou da sua hierarquia. Tais estudos, em sua quase totalidade, sustentam que a instituição sempre se opôs à escravidão, ou que o fez de maneira inequívoca a partir do século XIX. Ecos desse discurso ainda se fazem presente no meio acadêmico, onde é comum se deparar com afirmações segundo as quais, por exemplo, os jesuítas teriam defendido a liberdade dos índios contra a escravidão imposta pela cobiça dos colonos.

Neste artigo, interessa-nos comentar a produção historiográfica relativa à doutrina católica do trabalho compulsório no mundo atlântico. Mais do que testar a hipótese de que a posição da Igreja com relação à instituição escravista tenha sido ambígua – uma hipótese, de resto, já comprovada – o objetivo deste estudo é situar e guiar o leitor no âmbito de uma produção que, embora estranhamente menos ampla do que demandaria o objeto, contém elementos significativos para uma abordagem fundamentada do tema.

Partindo da formação histórica de uma doutrina cristã sobre o trabalho compulsório – quando se passou de uma acomodação (com são Paulo) a uma legitimação ativa da escravidão (no Concílio de Gangra, que, em 340, condenou os Maniqueus por induzirem os escravos a desprezarem seus senhores e abandonarem seu serviço, conforme consta nos *Decreti Gratiani*, II, c. XVII, q. IV, c. 37), os comentários passam, em seguida, e com base nessa doutrina, à observação mais detida da época moderna, quando a Igreja romana se adaptou a uma conjuntura propriamente escravista, na medida em que o trabalho compulsório se tornava não apenas um elemento central da reprodução de diferentes sociedades ocidentais (modificando suas práticas sociais e seus fundamentos morais, políticos e econômicos correlatos), mas também um elemento de articulação *entre* estas sociedades, por meio do tráfico. Finalmente, será importante notar a posteridade da relação entre Igreja e escravidão, observando quais foram as formas de resistência que contribuíram para o fim do tráfico legal e do escravismo, dedicando uma atenção especial às críticas à legitimação da escravidão, dentro e fora da Igreja, e à atu-

ação desta instituição face à persistência da escravidão no mundo contemporâneo.

Igreja e escravidão: uma visão geral da historiografia

Para a compreensão da formação de uma doutrina cristã sobre o trabalho escravo, é imprescindível reportar-se à *Cidade de Deus*, de santo Agostinho, devido à influência decisiva que esta obra exerceu sobre outros autores e dentro da própria Igreja, numa perspectiva de longa duração. No livro 19, capítulo 15, a escravidão é dita originar-se do pecado. Ela teria sido instituída como um castigo infligido por ordem divina aos erros humanos; como uma punição e, dessa maneira, como um ato de amor. O homem nasce livre e recebe domínio apenas sobre os animais (*Gen.*, I, 26). Porém, sua presunção leva-o a violar a ordem natural. A escravidão surge, então, como uma penalidade e um remédio para tal pecado.

Ao atribuir a causa da escravidão às ações humanas desviantes da ordem natural, Agostinho afirma, por isso mesmo, seu caráter histórico e contingente, por oposição à ordem natural ou a uma predeterminação divina.² Apesar de essa doutrina ser evocada ainda no século XX, a historiografia sobre o mundo atlântico adota, em geral, a ideia segundo a qual a Igreja defendia os ameríndios contra a escravidão. Raros são os trabalhos críticos a essa ideia e os que existem são, via de regra, da autoria de historiadores que não mantêm vínculo com a Igreja. Notável exceção é o próprio trabalho de John Maxwell, um padre paroquiano. Bem documentado (exceto quanto aos arquivos italianos e portugueses), seu estudo cobre desde o Velho Testamento até o Concílio Vaticano II (1962-1965), com destaque para os documentos papais concernentes à África ocidental e à América Latina, além da problematização dos aspectos morais da escravidão por teólogos dos séculos XVI ao XX.³

²A construção dessa doutrina (de Aristóteles até santo Agostinho, passando pelos estoicos) encontra-se exposta em Peter Garnsey, *Ideas of Slavery from Aristotle to Augustine* (Cambridge: Cambridge University Press, 1996). Trata-se de uma síntese sobre a escravidão segundo autores gregos e romanos, mostrando como o pensamento antigo sobre a escravidão sistematizou-se entre a crítica e a justificação, antes de ser acolhido pela Igreja. O autor demonstra o modo como, dentro dessa instituição, a escravidão foi reduzida a uma metáfora, pelos Pais da Igreja. Já Dutilleul (que avança até a época moderna) e Maxwell (que chega inclusive até o século XX) investigam os desdobramentos dessa doutrina no interior da Igreja. J. Dutilleul, "Esclavage", em *Dictionnaire de Théologie Catholique*, tomo 5, cols. 457-520 (Paris: Letouzey et Ané, 1924); John F. Maxwell, *Slavery and the Catholic Church* (Chichester & London: Barry Rose, 1975).

³Maxwell, *Slavery and the Catholic Church*.

Quanto aos estudos leigos, especificamente, cabe aqui destacar primeiro aqueles publicados nos últimos trinta anos e que abordam de maneira abrangente a relação entre Igreja e escravidão.⁴ Jesús María García-Añoveros⁵ propõe uma história das razões que endossaram a escravidão na época moderna, remontando às suas raízes nos pensamentos grego, romano e medieval cristão. Mobilizando diversas fontes – direito civil e canônico, Sagradas Escrituras e, sobretudo, autores da época moderna – seu trabalho diz respeito tanto à escravidão de índios como à de negros.

O trabalho de José Sebastião da Silva Dias, por sua vez, compreende particularmente aspectos amplos do conceito de *domínio* que se declinam no problema específico da escravidão na época moderna.⁶ Além disso, abrange o tema da escravidão e da Igreja dentro de um contexto especificamente ibérico e português, contexto esse comumente ignorado pela bibliografia anglo-saxônica. O autor estabelece também a relação entre questões derivadas da expansão ultramarina portuguesa (o mito da Idade do Ouro, o princípio da unidade do gênero humano, os conceitos de natureza e de direito natural), com desenvolvimentos importantes sobre a escravidão, a guerra justa e o domínio sobre territórios e pessoas.

Outro trabalho importante é o de A. C. de C. M. Saunders que, por sua vez, interessa-se por aspectos da formação e legitimação do império português do ponto de vista teológico e jurídico, e ajuda a complementar este quadro observando amplamente a vida dos escravos na metrópole portuguesa – um aspecto pouco explorado pela historiografia da escravidão atlântica. Seu estudo abrange desde as justificativas legais e filosóficas do tráfico até a

⁴De caráter bem geral, o estudo de Joseph Miller, publicado em 2005, fornece um amplo repertório historiográfico que permite sopesar o conjunto da produção sobre o tema. Com várias entradas pertinentes ao entrecruzamento entre Igreja e escravidão, na longa duração, a ênfase recai sobre o período moderno e na região atlântica. Não há, contudo, comentários sobre as obras citadas. Joseph C. Miller, “Slavery and Slaving in World History. A Bibliography, 1900-91”, em *Tres grandes cuestiones de la historia de Iberoamérica*, ed. José Andrés-Gallego (Madrid: Fundación Mapfre Tavera & Fundación Ignacio Larramendí, 2005, cd-rom).

⁵Jesús María García-Añoveros, *El pensamiento y los argumentos sobre la esclavitud en Europa en el siglo XVI y su aplicación a los indios americanos y a los negros africanos* (Madrid: C.S.I.C., 2000).

⁶José Sebastião da Silva Dias, *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*, 3a ed. (Lisboa: Editorial Presença, 1988).

demografia dos negros em Portugal, suas ocupações, seu cotidiano, a condição dos fugitivos e libertos, suas relações com a lei e com a cristandade.⁷

Por fim, cabe citar o trabalho recente de Giuseppe Marcocci que, assim como o de Saunders, interroga os principais aspectos da formação e legitimação do império português, dos pontos de vista teológico e jurídico, onde a sujeição e tráfico de escravos, negros e índios, têm papel central. O autor investiga as discussões coevas sobre a legitimidade da conquista de territórios, da sujeição e tráfico de escravos e da apropriação do benefício do trabalho de índios livres. Disso decorre uma cronologia, onde o autor discerne um período de domínio dos teólogos de corte, no século XVI, superado em seguida pelos arbitristas.⁸

Teólogos e juristas dos séculos XVI a XVIII: o caráter histórico da escravidão

Com a expansão ultramarina ocorrida na primeira época moderna, os principais Estados europeus assentaram o seu domínio em formas de exploração coloniais e escravistas. Apesar da dificuldade que tiveram em integrar a descoberta das sociedades até então desconhecidas à narrativa cristã da origem do homem, essas sociedades foram rapidamente submetidas a diferentes formas de exploração, a principal delas sendo a escravidão.

Quando a Igreja tomou uma posição com relação à escravidão moderna, ela o fez sem descartar nenhuma das demais formas tradicionais de sua justificação: punição do pecado; condenação camítica; resgate e salvação da alma. Todavia, a Igreja assentou a análise e julgamento da escravidão igualmente na teoria do direito natural: os homens nascem livres e com direito à graça, mas podem, circunstancialmente, vir a ser reduzidos à escravidão civil. As circunstâncias consideradas legítimas para tanto eram a guerra justa, a comutação da pena de morte e a extrema necessidade: nos três casos, subentende-se a prevalência do direito natural de gentes, mas também um ato de compaixão, que substitui a morte pela preservação da vida, dom de Deus. Tais critérios, definidos por teólogos com base no direito romano, foram

⁷A. C. de C. M. Saunders, *A Social History of Black Slaves and Freedmen in Portugal, 1441-1555* (Cambridge: Cambridge University Press, 1982).

⁸Giuseppe Marcocci, *L'invenzione di un impero. Politica e cultura nel mondo portoghese (1450-1600)* (Roma: Carocci Editore, 2011). A edição portuguesa é uma versão bastante ampliada da italiana: *A consciência de um império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012).

aceitos e compartilhados pela maior parte dos juristas da época moderna, adentrando nas políticas indigenistas e nas relações comerciais e diplomáticas que pautaram a relação entre Estados europeus e sociedades nativas, tivessem elas organizações estatais ou não.

Tais aspectos encontram-se nas diversas bulas e cartas pastorais promulgadas pela Igreja.⁹ Antes, durante e depois delas, houve intenso debate entre teólogos a respeito da escravidão.¹⁰ Dentre eles, os textos de Francisco de Vitoria são referência histórica obrigatória, porque, juntamente com a bula *Sublimis Deus* (1537), expressam a primeira tomada de posição dogmática da Igreja sobre a questão ameríndia. O teólogo dominicano debate na sua “Lição sobre os Índios” (1537-9) a aplicação da categoria aristotélica de servidão natural aos ameríndios e, apesar de suas ambiguidades, afirma que os índios tinham domínio perfeito e poder civil legítimo. Vitoria contribuiu, assim, para o surgimento da ideia moderna de soberania ao afirmar o direito à liberdade e domínio dos americanos com base no direito das gentes, negando a Carlos V o império universal e ao Papa o poder temporal sobre os príncipes. É por isso considerado como um dos fundadores do direito internacional e sua posição será, grosso modo, a posição adotada pela Igreja.¹¹ No entanto, os dois últimos parágrafos da sua lição abrem uma brecha para a justificação da colonização espanhola: uma ideia que Vitoria não assume claramente, porém tampouco recusa, de que a suposta incapacidade dos índios poderia autorizar o exercício de uma espécie de tutela sobre eles.

⁹Reproduzidas em *America Pontificia. Primi saeculi evangelizationis, 1493-1644. Documenta pontificia ex registris et minutis praesertim in Archivo Secreto Vaticano existentibus*, ed. Josef Metzler, 3 vols. (Vaticano: Libreria editrice Vaticana, 1991). Ainda que a escravidão não seja o objeto central desta recolha de documentos, contém textos fundamentais sobre a qualificação dos ameríndios (às vezes também dos africanos), sobre as condições legais de sua redução à escravidão e sobre a sua evangelização. Documentos em língua original, a maior parte em latim. Praticamente desprovido de aparato crítico.

¹⁰Dois volumes publicados pelo C.S.I.C. permitem uma visão abrangente do debate havido entre os teólogos e juristas sobre a legitimidade do domínio e redução à escravidão dos ameríndios, quando da promulgação de algumas daquelas bulas e cartas pastorais. Juan de la Peña, O.P., *Tractatus de bello contra insulanos*, 2 vols. (Madrid: C.S.I.C., 1982). Edição extremamente cômoda, contém igualmente alguns documentos legais emitidos pela Coroa espanhola. Os textos estão em língua original, inclusive latim.

¹¹Francisco de Vitoria, O.P., *Relectiones* (Salmanca: 1565). Em português: *Relectiones: sobre os índios e sobre o poder civil* (Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016). Em inglês: *Franciscus de Victoria: De indis et De jure belli relectiones* (Buffalo: W.S. Hein, 1995).

Em outro texto, no entanto, o próprio Vitoria traz um enfoque bastante diverso ao se interrogar sobre a escravidão africana. Pois, nesse caso, leva em consideração o contexto mais do que a doutrina, mostrando-se muito menos rigoroso ao tomar posição sobre o problema do tráfico africano do que quando escreveu sobre os ameríndios. É interessante notar quanto a isso que, juntos, seus dois textos traduzem de certa forma a consciência de uma lógica colonial atlântica: ao reconhecer a soberania das sociedades africanas, o autor atribuiu legitimidade aos seus modos próprios de redução à escravidão e, por conseguinte, ao tráfico; quanto aos índios, cabia tutelá-los.¹²

Já Domingo de Soto (1556), seu discípulo, tornou-se referência: foi retomado e citado por quase todos os autores que interrogaram a legitimidade da escravidão depois dele.¹³ Sua obra aborda questões sobre o direito e a justiça no âmbito do direito natural e das sociedades politicamente organizadas, contendo longos desenvolvimentos sobre a escravidão (especialmente no livro IV), que constitui para o autor o caso de figura mais apropriado para discutir aquelas questões. A discussão sobre a escravidão abre-se ainda a um comentário das questões morais levantadas pela expansão colonial europeia.

Esse método histórico de interpretar a escravidão moderna, adotado por ambos os autores, será, em seguida, a marca fundamental dos jesuítas, especialmente de Luís de Molina (1594). Autor muito influente sobre a questão, Molina atribuía grande importância ao aspecto social e histórico da escravidão, estabelecendo uma tensão entre, de um lado, o comentário exegético e a casuística moral e, de outro, a realidade do tráfico e das guerras de apresamento, descritas a partir de inquéritos junto a marujos, comerciantes e missionários jesuítas.¹⁴

¹²Francisco de Vitoria, O.P., “Carta de Fray Francisco de Vitoria al padre Fray Bernardino de Vique acerca de los esclavos con que trafican los portugueses y sobre el proceder de los escribanos”, em Vicente Beltrán de Heredia, “Colección de dictámenes inéditos”, *Ciencia tomista* 43 (1931): 173-175.

¹³Domingo de Soto, O.P., *De iustitia et iure* (Salamanca: 1556), ed. bilingue: *De la justicia y del derecho*, 5 vols. (Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1967-1968).

¹⁴Luis de Molina, S. J., *De Justitia et Jure* (1594) 3a ed, 6 tomos, 4 vols. (Cologne [Coloniae Agrippinae]: 1613-1614). Tradução portuguesa parcial: *Tratado da justiça e do direito. Debates sobre a justiça, o poder, a escravatura e a guerra* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012).

Mas, apesar de não ser um religioso, é Juan de Solórzano Pereira que se tornará, no século XVII, a referência fundamental durante todo o resto do período colonial. O próprio Antônio Vieira escreveu que Solórzano era um “oráculo consultado com suma veneração”¹⁵ e o referiu diversas vezes em questões relativas à temática indígena. Solórzano Pereira revela várias ambiguidades, entre os escrúpulos de sua consciência e suas responsabilidades oficiais como um administrador régio. Por exemplo, ele assinalou a abolição progressiva do trabalho compulsório nas minas, no cultivo de coca e nos *obrajes*, mas aceitou o sistema obrigatório na agricultura. Apesar disso, ou por causa disso, seu livro acabou se tornando a principal referência sobre a escravidão indígena na América.¹⁶

A escravidão na América e na África: fontes

Os europeus chegaram à África e à América com uma bagagem de ideias e conceitos constituída basicamente por sua herança e tradições culturais. Evidentemente, tais instrumentos intelectuais não foram suficientes para descrever e analisar as novas realidades que encontraram. Desde o início, portanto, eles sofreram adaptações, quando não tiveram que ser totalmente abandonados em favor de novas ideias. Por outro lado, em alguns aspectos a experiência africana mostrou-se útil na América, notadamente a cultura canavieira com trabalho escravo.

As descrições e análises apoiadas em conceitos adaptados à realidade colonial voltaram ao continente europeu, em textos que buscavam justificar as decisões e as práticas instituídas localmente pelos agentes missionários, comerciais, diplomáticos ou colonizadores, em decorrência das suas apreciações, em decorrência das suas apreciações e julgamentos das circunstâncias e

¹⁵Antônio Vieira, *Clavis Prophetarum. Chave dos Profetas*, livro III (Lisboa: Biblioteca Nacional, 2000), 351. Ver Carlos Zeron, “Vieira in movimento. Dalla distinzione tra Tapuias, Tupis e negri alla rottura nella dottrina cristiana sulla schiavitù e sulla legge naturale”, em Emanuele Colombo, Marina Massimi, Alberto Rocca, Carlos Zeron, eds., *Studia Borromaiaca*, vol. XXXI, *Schiavitù del corpo e schiavitù dell'anima. Chiesa, potere politico e schiavitù tra Atlantico e Mediterraneo, sec. XVI-XVIII* (Milano: Bulzoni Editore, 2018).

¹⁶Juan de Solórzano Pereira, *Disputationum de Indiarum jure, sive de justa Indiarum Occidentalium Gubernatione* (Madrid: Francisco Martinez, 1629). O próprio Solórzano Pereira fez a tradução do seu livro para o espanhol, sob o título *Politica Indiana. Sacada en lengua castellana de los dos tomos del derecho, i governo municipal de las Indias Occidentales* (Madrid: D. Diaz de la Carrera, 1648).

conjunturas coloniais. Tais conceitos foram, então, frequentemente incorporados na tratadística europeia, impactando a percepção sobre os processos históricos locais, mas também retroagindo sobre os espaços coloniais, como fonte legitimadora *a posteriori* daquelas práticas e decisões já, antes, instituídas. Estabeleceu-se, dessa maneira, uma dinâmica de circulação e adaptação de ideias que se retroalimentava incessantemente, entre os contextos coloniais e metropolitanos.¹⁷

Por conta dessa circulação de ideias, são muitas as fontes que abordam especificamente a relação entre Igreja e escravidão, evidenciando as situações concretas a partir das quais se construíram as doutrinas.

Um autor anônimo do século XVI deve ser consultado para se entender como as sociedades nativas eram qualificadas segundo os usos e costumes que se relacionavam de alguma forma à escravidão. O manuscrito – que, conforme adverte José Sebastião da Silva Dias, singulariza-se por não travar o debate colonial em termos de religião, mas de política – questiona as formas da colonização e de redução à escravidão, visando moralizá-las.¹⁸ Esse texto está inserido na compilação do padre Antônio Brásio, que, ademais, contém diversos textos de religiosos que procuraram justificar o envolvimento das ordens missionárias e do clero secular na exploração do trabalho e mesmo no tráfico de escravos. Trata-se de uma recolha volumosa e expressiva de documentos sobre a colonização e a missão na África escritos por missionários europeus e também por administradores coloniais. As questões do tráfico atlântico e da escravidão estão amplamente representadas, sua consulta sendo essencial para os pesquisadores.¹⁹

¹⁷José Eisenberg, em *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno* (Belo Horizonte: ed. UFMG, 2000), desenvolve uma tese inovadora sobre a antecipação das explicações sobre a constituição das sociedades civis, nas terras de missão, que depois foram assimiladas pelos tratadistas europeus. No que concerne à reflexão local sobre a escravidão indígena, ela estaria na origem das primeiras formulações sobre o direito privado que Luís de Molina desenvolverá posteriormente em Évora.

¹⁸Anônimo, “Tratado da guerra que será justa”, em Antonio Brásio, ed., *Monumenta Missionaria Africana*, 2ª série, vol. 3, *África ocidental: 1570-1600* (Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1964), 447-459.

¹⁹Antônio Brásio, ed., *Monumenta Missionaria Africana*, 1ª série, *África Ocidental (1471-1699)*, 15 vols. (Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952-1989); 2ª série, *África Ocidental (1341-1699)*, 7 vols., (1958-2004); *Monumenta Missionaria Africana, Edição digital*, 1ª digitalização, coord. por Miguel Jasmin Rodrigues (Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical / Centro de História de Além-Mar (FCSH/UNL & Univ. Açores) & Direção Geral de Ar-

As mesmas questões são desenvolvidas por Alonso de Sandoval (1627), mas a partir do principal porto de desembarque de escravos na América espanhola. O livro traz as inquietações teológicas, morais e jurídicas de um missionário jesuíta que recebia os escravos africanos do outro lado do oceano Atlântico, em Cartagena de Índias. O autor procurou investigar os costumes e os ritos dos escravos, bem como as condições em que eram reduzidos à escravidão, visando aferir a legitimidade do tráfico.²⁰

No Brasil, alguns missionários jesuítas se destacaram por suas apreciações sobre as práticas sociais ligadas à escravidão nas sociedades coloniais. Na passagem para o século XVIII, dois padres da Companhia de Jesus, Jorge Benci (1705) e André João Antonil, esse último, pseudônimo de João Antônio Andreoni (1711), orientaram os senhores de escravos a respeito de suas obrigações. O primeiro propõe o que nomeia como “economia cristã no governo dos escravos”: retomando textos clássicos do período grego e romano, Benci recomenda a aplicação do princípio “pão, pau e pano”. Dirigindo-se aos senhores de escravos, ele procura conciliar a moral cristã com a lógica da exploração colonial.²¹ Já o segundo, no capítulo IX da primeira parte, trata sobre o modo “como se há de haver o senhor do engenho com seus escravos”, na mesma linha de seu colega Benci, incluindo uma tipologia de suas origens, associada às funções que deveriam desempenhar na economia colonial. Mais adiante (livros II e III da primeira parte), sua descrição do processo de tratamento da cana para a obtenção do açúcar pode ser lida como uma metáfora da condição do escravo.²²

Para o Caribe, outra importante região de produção escravista, é imprescindível consultar Jean-Baptiste Labat (1722), que atuou nas Antilhas francesas, mas esteve também naquelas de colonização holandesa e britânica. O missionário dominicano descreve múltiplos aspectos da escravatura caribenha, incluindo numerosas ilustrações. Inclusive, o que escreve baseia-se na sua própria experiência como administrador do engenho de açúcar pertencen-

quívos, 2011).

²⁰Alonso de Sandoval, S. J., *De Instauranda Æthiopum Salute* (1627). *Un Tratado sobre la Esclavitud*, Introdução, transcrição e tradução de Enriqueta Vila Vilar (Madrid: Alianza Editorial, 1987).

²¹Jorge Benci, S. J., *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos* (1705), 2ª. ed. (Lisboa: s. ed., 1954).

²²João Antônio Andreoni, S.J., *Cultura e opulência do Brasil* (1711) (Paris: I.H.E.A.L., 1968).

cente aos padres dominicanos na Martinica, onde procurou promover um uso racional da mão de obra escrava.²³

Com relação à escravidão indígena, no Caribe, a Igreja só tomou posição quando já era tarde demais: o famoso sermão do frei Antônio de Montesinos, em 1511, foi pregado em uma terra despovoada de sua população autóctone. Nas regiões mais densamente povoadas do continente, a política indigenista espanhola foi mais favorável aos índios. Aqui, ressaltaram as vozes de alguns padres (mas também de alguns juristas) que exigiram maior rigor na aplicação das leis indigenistas e maiores concessões da monarquia – como o dominicano Bartolomé de Las Casas, ainda que sua posição tivesse como contrapartida o apoio à escravidão negra, posição revista apenas no final de sua vida.²⁴ Nas regiões de conquista e fronteira, contudo, a escravidão dos índios foi a regra, com o aval da Igreja.

Por fim, voltando ao Brasil, o padre Antônio Vieira tem um amplo conjunto de textos que abordam especificamente a escravidão indígena. Esse padre jesuíta sempre defendeu a aplicação dos títulos legítimos de redução dos índios à escravidão, antes de, já no fim de sua vida, radicalizar sua posição e pleitear a sua liberdade incondicional (sem sucesso, todavia). É leitura fundamental para compreender a política indigenista portuguesa, no século XVII, sobre a qual ele influiu diretamente.²⁵ Se Vieira pretendeu conter a escravidão indígena dentro de certos limites (os títulos legítimos da guerra justa e do resgate), não questionou, contudo, a escravidão africana. Ao contrário, procurou garantir a liberdade daqueles ao preço da escravidão dos negros. Nos três sermões do Rosário (XIV, XX e XXVII), Vieira justificou a condição dos escravos por meio da sacralização do seu trabalho e da obediência.²⁶ Antônio Vieira chegou a se dirigir diretamente aos escravos negros para convencê-los de que a escravidão era uma graça; mas se dirigiu sobretudo aos seus senhores, buscando regradar a sua conduta com os escravos.

²³Jean-Baptiste Labat, O.P., *Nouveau voyage aux isles Françaises de l'Amérique*, 6 vols. (Paris: 1722).

²⁴Bartolomé de Las Casas, *Historia de las Indias*. Tomo III, cap. 102 (Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1986), 370-373.

²⁵Antônio Vieira, S. J., *Obras Escolhidas*, vol. 5 (Lisboa: Sá da Costa, 1951). Para uma edição mais recente, conferir: Antônio Vieira, *Escritos sobre os índios*, dir. José Eduardo Franco e Pedro Calafate, coord. Ricardo Ventura (Lisboa: Temas e Debates, 2016).

²⁶Antônio Vieira, S. J., *Sermões*, 15 vols. (Porto: Livraria Lello e Irmão, 1945-1948), vols. II e 12. Ver Zeron, “Vieira in movimento”.

Portuguese Studies Review

PSR

PSR Previews : End of this article's preview



PORTUGUESE STUDIES REVIEW (PSR)

BIBLID | ISSN 1057-1515 print

ONLINE: through EBSCO and Gale/Cengage

JOURNAL HOMEPAGES: <http://www.maproom44.com/psr> (URL permanently valid)

and <http://www.trentu.ca/admin/publications/psr> (URL not valid after 05 June 2020)

© 2014-2019 Portuguese Studies Review and Baywolf Press | All rights reserved

Cotidiano e magia na ordem escravocrata (Brasil, século XIX)

Alzira Lobo de Arruda Campos
UNISA/SP

Álvaro Cardoso Gomes
UNISA/SP

Eliane de Alcântara Teixeira
UNISA/SP

TRAZIDOS PARA O BRASIL COMO ESCRAVOS, os africanos sujeitaram-se a um processo de fragmentação identitária severa, consubstanciado pela colonização de seus corpos e de seus espíritos. A resistência por eles oposta a esse processo tem sido objeto de numerosos trabalhos nacionais e estrangeiros, que analisam processos protagonizados pelos escravos, tais como, a organização de quilombos, as fugas individuais ou coletivas, os assassinatos de escravocratas, feitores ou capitães-do-mato. A suposta resignação dos escravos a um regime que os submetia à violência sistemática dos escravocratas e de seus feitores e a condições insuportáveis de existência foi um clichê preferencial de historiadores do passado, hoje reformulado pelos aportes prestados por pesquisas recentes.¹ Note-se que o desenvolvimento dos estudos sobre a escravidão vai além de novos temas ou abordagens, concentrando-se na revisão das análises historiográficas sobre a sociedade brasileira, nos campos teórico, metodológico e empírico.² Assim é que têm surgido estudos sobre demografia histórica, que permitiram o aprofundamento da compreensão sobre o sistema escravista, considerado como a base da economia brasileira,

¹Como o estudo de Suely Robles Reis de Queiroz, *Escravidão negra em São Paulo. Um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*, Prefácio de Sérgio Buarque de Holanda, Documentos Brasileiros, vol. 176 (Rio de Janeiro: José Olympio. Brasília: INL, 1977).

²Francisco Vidal Luna, Iraci Del Nero da Costa e Herbert S. Klein, *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais* (São Paulo: Edusp & Imprensa Oficial, 2009), 9.



até a metade do século XIX.³ Não só da economia, mas também do sistema sócio-cultural por inteiro, como demonstram as propostas de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Raymundo Faoro, entre outros.

A presença de escravos na ordem social organizava a vida material e espiritual da sociedade, do coletivo ao individual, das macro às microexplicações. Como as classes juridicamente definidas fossem as de senhores e a de escravos, toda análise deve levar em conta o fato de que as relações senhor-escravo constituíam a matriz estruturante da sociedade e da economia, como observa João José Reis para Salvador, tendo em vista o grande número de escravos naquela cidade.⁴ Entretanto, mesmo em regiões que possuíam escravos em proporção inferior aos trabalhadores livres, a vigência simbólica das relações entre senhores e escravos organizava a realidade social, marcada por oposições radicais entre os detentores do poder e os grupos vulneráveis, por eles subjugados. A violência do escravismo embebia toda a realidade social, explicando-a e justificando a renovação periódica de estudos sobre o tema, sempre necessários para o entendimento da sociedade brasileira.

Pesquisas recentes vêm desvelando o lugar que a cultura africana, manifestada por crenças e festas, ocupou no movimento de resistência negra, no regime escravocrata. Um dos assuntos mais intrigantes refere-se à religiosidade dos africanos, cujo batismo forçado era usado como tática para a colonização de suas almas, além de fornecer um alibi a justificar os maus tratos a que eram submetidos. A evidência da resistência dos escravos e alforriados à ordem da senzala encontra-se em abundância nas memórias da escravidão. Uma das estratégias mais eficazes que seguiam referia-se à preservação de suas crenças espirituais, manifestadas no candomblé, que tem sido descrito como a religião dos escravos afro-brasileiros.⁵ Na época, essa religião estava relegada ao silêncio cultural, tendo em vista a autoridade da Igreja, que a identificava com a bruxaria europeia — um produto, pois, de artes diabóli-

³Francisco Vidal Luna, “Características Demográficas dos Escravos de São Paulo (1777-1829)”, em *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais* (São Paulo: Edusp & Imprensa Oficial, 2009), 93.

⁴João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil. A História do Levante dos Malês em 1835* (São Paulo: Companhia das Letras, 2003), 20.

⁵Luis Nicolau Parés, “Memórias da escravidão no ritual religioso: uma comparação entre o culto dos voduns no Benim e no candomblé baiano”, em João José Reis e Elciene Azevedo, orgs., *A escravidão e suas sombras* (Salvador: EDUFBA, 2012), III.

cas. E como tal a punia. Certeau refere-se a essa inversão e subversão para os mais fracos, como os índios da América do Sul, submetidos à cristianização forçada pelos colonizadores e que, “aparentemente submissos, de fato metaforizavam a ordem dominante, fazendo funcionar as suas leis e suas representações num outro registro, no quadro de sua própria tradição”.⁶

No bojo de uma sociedade em que o cristianismo era mais aparente do que real, em que os cristãos paganizavam quase às abertas, negros e mulatos assumiam posições de destaque entre os seus pares e mesmo na sociedade inclusiva. Os arquivos históricos assim o atestam, destacando também qualidades de liderança dos negros e mulatos, que pareciam, aos observadores, exceder em inteligência a seus senhores.⁷

Metodologia

É preciso ter em conta que as fontes silenciaram sobre a religiosidade dos escravos e forros. Em primeiro lugar, pelo medo que os grupos dominantes tinham das insurreições “da senzala”. Depois, pelo descaço sobre costumes tradicionais, considerados como um mal a extirpar. Os registros encontram-se esparsos, na literatura produzida por viajantes e memorialistas do século XIX, ou, de modo enviesado, em documentos que tratam de circunstâncias da vida profana ou religiosa, como cenários para os comportamentos sociais e antissociais registrados.

Desde inícios do século passado, os antropólogos ensinaram que os comportamentos desviantes funcionam como o negativo e não como a negação da norma. Desse ponto de vista, os atos antissociais, presentes em documentos diversos, mas especialmente em processos-crime, constituem uma documentação preciosa para o estudo da vida da população negra, especialmente nos capítulos que inquietavam a ordem pública.

São esses documentos que fundamentam este artigo, que une a História à Antropologia e à Literatura, enfocando a narrativa, contida nas palavras registradas pela burocracia judiciária, interdisciplinarmente, no intento de ter acesso aos protagonistas dos acontecimentos registrados. Esse procedimento permite incluir na análise indivíduos que passaram pela História sem face e

⁶Luce Giard, “História de uma pesquisa”, em Michel de Certeau, *A invenção do cotidiano*, 5ª ed. (Petrópolis RJ: Vozes, 2000), I: 18.

⁷John Mawe, *Viagens ao interior do Brasil* (Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1944), 177.

sem nome, por serem pessoas comuns. Desse ponto de vista, esta análise alia-se a uma corrente vigorosa de discípulos de Foucault e de Certeau, entre muitos, que valoriza a voz dos oprimidos e busca, sob a realidade dos poderes e das instituições, discernir um movimento de micro-resistências, que fornecem a base a microliberdades, “mobilizam recursos insuspeitos e assim deslocam as fronteiras verdadeiras da dominação dos poderes sobre a multidão anônima”⁸. Na mesma vertente investigativa, o cotidiano é visto como conceito central.

Lazeres e classes do trabalho em São Paulo

Na sociedade brasileira pré-Abolição, os escravos participavam de algumas atividades festivas, com procedimentos próprios ou como agregados subalternos. Para a sociedade, os lazeres constituíam formas eficazes de transmissão cultural, desenvolvendo sociabilidades e afirmando a identidade de uma sociedade na qual todos se conheciam ou se reconheciam, no âmbito dos grupos sociais dos moradores: livres, escravos ou agregados; ricos ou pobres; brancos, mamalucos, negros, índios ou imigrantes; homens ou mulheres. Para os escravos, as recreações constituíam momentos privilegiados de resistência cultural, permitindo que se afirmassem em sua africanidade.

A diferenciação das atividades de lazer pelos diversos grupos sociais existentes em São Paulo aparece desde os primeiros tempos da cidade. Havia zonas de confraternização, nas quais as diferentes camadas sociais podiam estar misturadas, mas os momentos de ócio das classes do trabalho eram facilmente confundidos com a vadiagem. Nas zonas urbanas, os batuques, os “jogos de parar” e os botecos eram lugares de confraternização de negros e, como tais, apresentadas como ameaças à ordem vigente.

Como questão de caráter metodológico, é preciso ter em conta a natureza e as circunstâncias dos registros efetuados sobre o assunto. Em geral, trata-se de fontes produzidas por autoridades administrativas ou pessoas da elite, que viam as atividades não produtivas realizadas pelas classes do trabalho como nocivas à ordem econômica e social. No máximo, toleradas. São numerosos os ofícios da Câmara ao chefe de polícia pedindo providências contra escravos que andavam pelas ruas após o toque de recolher, contra o “jogo denominado capoeira” e as casas que realizavam jogos proibidos. Também

⁸Giard, “História de uma pesquisa”, 18.

eram apresentados projetos para não se conceder licença para os “folgedos denominados Caiapós, e outros de reunião de pretos”.⁹

O consumo da aguardente nos botequins, tavernas e armazéns de São Paulo integrava o parco lazer dos negros. A bebida alcoólica propiciava maior vigor às suas danças e cânticos, podendo-lhes fornecer a coragem para combinar levantes e participar de fugas.¹⁰

Existiam ainda as danças populares de rua, em geral conhecidas como “danças de pretos”, com a realização, após as procissões, de congadas, batuques, sambas e moçambiques, além da dança dos Caiapós, um arremedo de costumes silvícolas executado por “pretos crioulos da capital”. “Congada” era o nome genérico da função; em São Paulo, existia a denominação, provavelmente regional, de “caiumba”, para as danças executadas pelos negros nas congadas.¹¹ Nos anos de 1860-1863, os escravos poderiam obter autorização especial para “folgares religiosos”, isto é, danças características, executadas nos dias santos de guarda, no pátio São Bento.¹²

Durante a festa do Rosário,¹³ a Irmandade dos Homens Pretos promovia uma dança acompanhada pela música chamada do Tabaque. Nessa ocasião, negras se requebravam, enfeitadas com pulseiras de prata e rosários de contas vermelhas ou de ouro no pescoço. Negrinhos participavam da festa, portando gorros na cabeça e rosários ao pescoço, repletos de dentes de onça, figas da Guiné, olhos de cabra, pacovás. Após as danças, escravos vestidos de damas e cavalheiros dirigiam-se à casa do “rei” e da “rainha”, negros forros, que ofereciam um jantar à sua “corte” e mandavam servir bebidas aos toca-

⁹*Atas da Câmara Municipal de São Paulo* (Publicação oficial do Arquivo Municipal de São Paulo), 26 (1935): 59; e 43 (1936): 107.

¹⁰Julita Scarano, “Bebida alcoólica e sociedade colonial,” em István Jancsó e Iris Kantor, orgs., *Festa. Cultura e sociabilidade na América Portuguesa*, Coleção Estante USP & Brasil 500 Anos (São Paulo: Hucitec/Editora da USP & Fapesp: Imprensa Oficial, 2001), 2: 479.

¹¹Rafael Duarte, *Campinas de outrora (Coisas do meu tempo, por Agrício)* (São Paulo: Tip. Andrade & Melo, 1905), 207.

¹²Duarte, *Campinas de outrora*, 84.

¹³A primeira irmandade do rosário dos pretos brasileiros foi fundada no século XVI, por iniciativa dos jesuítas, seguindo o modelo de sua congênera portuguesa, fundada no século anterior, sob os auspícios dos dominicanos. Cf. Renato da Silveira, “Antecedentes europeus nas irmandades do Rosário dos pretos da Bahia Colonial,” em João José Reis e Elciene Azevedo, orgs., *Escravidão e suas sombras* (Salvador: EDUFBA, 2012), 30.

dores.¹⁴ As disputas para o cargo de “Rei do Congo” poderiam ser acirradas. Ernani Silva Bruno acompanhou uma delas, por meio de publicações do *Correio Paulistano*, transcorridas durante o ano de 1860. Nessa ocasião, as eleições foram feitas com a presença de 67 negros de diversas nações, tendo sido eleito rei, com 58 votos, o mestre Pedro Gongo de Moraes Cunha. O derrotado, João Rodrigues, revoltou-se, escrevendo que a eleição só cabia nos casos de não haver “príncipes de sangue”, e que o seu adversário não era congo e pretendia reerguer a escola mandigueira. Alguns dias depois, o jornal dizia que a instituição do Rei do Congo estava tomando rumos perigosos, pois se tratava de uma maçonaria de negros forros, “especuladores do pecúlio de seus parceiros escravos” e que incutia em seus irmãos de cor doutrinas perigosas, em nome das quais muitos crimes aconteciam.¹⁵ Tratou-se, pois, de um embate de “reis imaginados”, que conta uma história diferente sobre a ordem escravista do século XIX.

Negros e magia no cotidiano social

O catolicismo estava acompanhado por crenças e rituais pagãos, durante os quais os negros assumiam a liderança, como no caso de Joaquim Antônio, africano livre, com 30 anos “pouco mais ou menos”, filho de Antônio Angola e de Teresa de Angola, natural do Congo, preso por feitiçaria, cujas declarações esclarecem “[...] que curava doentes com cinza e ervas de Santa Maria no braço; que curou um velho de moléstia de reumatismo, o qual lhe deu 33\$000; que curou mais José de Tal, preto, que estava com dor de barriga, o qual lhe deu o cordão de ouro [...]”.¹⁶

Qualificado como “curandeiro de feitiços”, uma das testemunhas atesta ter visto

o acusado mandar esfregar o corpo de José Dias Fernandes com um ovo inteiro e depois mandou vir uma tigela e dentro ela quebrou o ovo do qual fez aparecer uma agulha de boa grossura, de coser algodãozinho; que depois mandou cavocar no chão, debaixo do batente da porta e da cova tirar uma bocetinha de folha de Flandres, comprida como fósforo de cera, dentro da qual bocetinha existiam ca-

¹⁴Antônio Egydio Martins, *São Paulo Antigo* (São Paulo: Francisco Alves, 1911), 82.

¹⁵Ernani Silva Bruno, *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, 2ª ed. (Rio de Janeiro: José Olympio, 1954), 789-790.

¹⁶ Processo-crime 3.946. Entre partes: A Justiça; réu: Joaquim Antônio, africano livre. São Paulo, 1868, fols. 5 e 5^v. RMs.

Portuguese Studies Review

PSR

PSR Previews : End of this article's preview



PORTUGUESE STUDIES REVIEW (PSR)

BIBLID | ISSN 1057-1515 print

ONLINE: through EBSCO and Gale/Cengage

JOURNAL HOMEPAGES: <http://www.maproom44.com/psr> (URL permanently valid)

and <http://www.trentu.ca/admin/publications/psr> (URL not valid after 05 June 2020)

© 2014-2019 Portuguese Studies Review and Baywolf Press | All rights reserved

Who Were the Ancestors of the Portuguese? Portuguese Debate on their National Origins

Patrícia Ferraz de Matos

Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

AS IN OTHER EUROPEAN COUNTRIES, such as Spain, France and Germany, albeit limited here to small clusters and lacking the social, economic and scientific resources available in other regions, we can find in Portugal examples of the search for elements to confirm both the country's antiquity and its originality, not only in geological strata and stratigraphic units, but also through the knowledge produced by archaeology, history, and anthropology.¹ However, despite having some similarities with other countries, the Portuguese case is differentiable, taking into account its history and its geopolitical situation, as I will expose. The quest for the origins of the Portuguese, centred on the topic of the nation, caught the attention of several authors from the late nineteenth century.² However, an interest in its roots could probably be found in Portugal since the establishment of the liberal regime (in the 1820s) and even before that.

In the late nineteenth century, the ideologist Ernest Renan considered that nations do not derive from "races" (in the zoological sense), languages (countries that speak the same language do not form a nation), religious affinities, shared interests or geography. According to Renan, a nation is a soul, a spiritual principle, comprising two elements: the past (the common legacy) and the present (the desire to live together and continue to invest in

¹This work was supported by FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) under Grant SFRH/BPD 91349/2012; and by Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, under Grant UID/SOC/50012/2013. A previous version of this paper was initially presented at the 113th annual meeting of the American Anthropological Association. I want to acknowledge the comments from the colleagues of my panel, which contributed to improve the argument. I also want to thank the comments of Richard Cleminson (University of Leeds) to a previous version of the text.

²José Manuel Sobral, "O norte, o sul, a raça, a nação: representações da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX)", *Análise Social* 39 (171) (2004): 255-284.



a heritage). He believed the cult of ancestors to be the most legitimate, since they “have made us what we are” and the “social capital upon which the national idea rests” is a heroic past, with great men and glory.³

Studies on the origins of peoples, characterized by consciousness of the existence of a nation and a desire to uphold nationalist feelings, left a permanent mark on the nineteenth century. According to Anthony Smith, “nationalism is an ideology that places the nation at the centre of its concerns and seeks to promote its well-being”.⁴ In Portugal’s case, the issue was not its autonomy, but rather a diagnosis of its decadence and identity, considering the context of the country at a time when other socially and economically stronger European powers were putting the country and its colonies in an uncomfortable position. For Smith, definitions of the concept of nation “range from those that stress ‘objective’ factors, such as language, religion and customs, territory and institutions, to those that emphasize purely ‘subjective’ factors, such as attitudes, perceptions and sentiments”. In his opinion, Benedict Anderson’s definition, in the sense that a nation is “an imagined political community – and imagined as both inherently limited and sovereign”, is subjective. Smith proposes that the nation concept should be defined as “a named human community residing in a perceived homeland, and having common laws and customs”; and sometimes a mythical homeland is more important for national identity than the actual territory occupied by the nation.⁵

National identity is also built on a postulate of difference. The Portuguese, for instance, may define themselves as opposed to Spaniards, Romans, Moors or the French at the time of the Napoleonic invasions. In Portugal, in the fields of both history and anthropology, we can find a number of reflections on the nation. According to José Manuel Sobral, despite different readings with regard to the country and the origin of its population, a feeling of “national identity” has been observed throughout history and, al-

³Ernest Renan, *Qu’est-ce qu’une Nation? Et autres essais politiques* (Paris: Presses Pocket, 1992 [1882]), 54.

⁴Anthony Smith, *Nationalism: Key Concepts* (Cambridge: Polity Press, 2010 [2001]), 9.

⁵Benedict Anderson, *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism* (London: Verso, 1991 [1983]), 6; Smith, *Nationalism: Key Concepts*, 11, 13; Anthony Smith, *The Ethnic Origins of Nations* (Oxford: Basil Blackwell, 1986), 6-18. Smith also distinguishes State from nation. On the study of State in Europe, see Charles Tilly, “States and Nationalism in Europe 1492-1992”, *Theory and Society* 23 (1) (1994): 131-146.

though there are some rivalries, no regional identities have emerged that might be strong enough to compete with the identity of the nation; besides, the perpetuity of national identities is not based solely on the contents of a nation's history, but also on routines and daily life.⁶

Inspired by George Stocking, who drew a distinction between anthropologies of “empire-building” and anthropologies of “nation-building”, João Leal considers that in Portugal this discipline was consolidated as an “anthropology of nation-building” between 1870 and 1970, committed to the construction of an ethno-genealogical discourse on the country.⁷ For Leal, it would be through the study of popular culture, out of its contemporaneous context, that “it was possible to base the existence of the nation on the long duration of its tradition and ethnicity”.⁸ However, as elsewhere in Europe, in the second half of the nineteenth century, physical anthropology and archaeology, as well as folklore studies and ethology, were frequently associated with a search for greater knowledge about the origins, history and specific traits of nations.⁹ Thus, my analysis departs somewhat from Leal's analysis which argued that the Portuguese imperial enterprise was weak.¹⁰ Even acknowledging the preponderant existence of the empire in the Portuguese case, Leal argues about its invisibility.¹¹ However, in the light of other studies (mainly focused on the imperial context) it becomes necessary to review the polarization proposed by Stocking and its application to the Portuguese case. Ricardo Roque, for example, argues that in Portugal the

⁶Sobral, “O norte, o sul”, 280; José Manuel Sobral, “Memória e identidade nacional: considerações de carácter geral e o caso português”, in Manuel Carlos Silva, ed., *Nação e estado: entre o global e o local* (Porto: Afrontamento, 2006), 44.

⁷George W. Jr. Stocking, “Afterword: A View from the Center”, *Ethnos* 47 (1982): 172-186; João Leal, *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura popular e identidade nacional* (Lisbon: Dom Quixote, 2000), 64.

⁸Johannes Fabian, *Time and the Other: How Anthropology Makes its Object* (New York: Columbia University Press, 1983); Leal, *Etnografias Portuguesas*, 64.

⁹George W. Jr. Stocking, *Bones, Bodies, Behaviour: Essays on Biological Anthropology* (London: University of Wisconsin Press, 1988); Marguerita Díaz-Andreu and Timothy Champion, eds., *Nationalism and Archaeology in Europe* (London: UCL, 1996); Sobral, “O norte, o sul”, 277.

¹⁰Leal, *Etnografias Portuguesas*.

¹¹João Leal, “The Hidden Empire: Peasants, Nation Building, and the Empire in Portuguese Anthropology”, in Sharon Roseman and Shawn Parkhurst, eds., *Recasting Culture and Space in Iberian Contexts* (New York: SUNY Press, 2008), 35-53.

anthropology of nation-building coexisted with the anthropologies of empire-building.¹²

According to the historian Alexandre Herculano (1810-1877), Portugal did not have remote origins and was a nation composed of an assortment of invading peoples who had gathered in the Iberian Peninsula, where the Lusitanians were only a small group with which the current Portuguese had no genealogical relationship. Herculano acknowledged Arab influences and this would become the starting point for the theories advocated by the scholars Oliveira Martins (1845-1894), Pinheiro Chagas (1842-1895) and Adolfo Coelho (1847-1919), who “challenged the confirmation of Mozarabs as a defined and distinct ethnic group, and also as a social group”. In turn, both the writer Antero de Quental (1842-1891) and Oliveira Martins thought that “the Portuguese nation, lacking an individualized ethnic base”, was born out of “political will and of institutions, and not as a race understood as a national type”.¹³ As we can see, the idea of “race” had an important presence in discourse on national identity.¹⁴ In addition, ethnic stereotypes may arise from racial categorizations. This process is associated not only with factors limited to a particular country, but also with aspects that belong to the dynamics that enable ideas to be circulated and appropriated, contributing to the assertion of European race mentalities.

Beyond historiography, literature has also supported “patriotic essences”.¹⁵ The writer and politician Teófilo Braga (1843-1924), inspired by

¹²Ricardo Roque, *Headhunting and Colonialism: Anthropology and the Circulation of Human Skulls in the Portuguese Empire, 1870-1930* (Hampshire: Palgrave, 2010), 218.

¹³Alexandre Herculano, *História de Portugal* (Lisbon: Aillaud & Bertrand, 1916 [1846]); Sérgio Campos Matos, *História e memória nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)* (Lisbon: Colibri, 1998), 329. For an analysis of Lusitanist theories in Portuguese archaeology, see Carlos Fabião, “Archaeology and Nationalism: The Portuguese Case”, in Marguerita Díaz-Andreu and Timothy Champion, eds., *Nationalism and Archaeology in Europe* (London: UCL, 1996), 90-107.

¹⁴Patrícia Ferraz de Matos, “Mendes Correia e a Escola de Antropologia do Porto: Contribuição para o estudo das relações entre antropologia, nacionalismo e colonialismo em Portugal”, PhD Thesis (University of Lisbon 2012); Patrícia Ferraz de Matos, *The Colours of the Empire: Racialized Representations during Portuguese Colonialism* (New York: Berghahn Books, 2013), 7-36; Richard McMahon, “Anthropological Race Psychology 1820-1945: A Common European System of Ethnic Identity Narratives”, *Nations and Nationalism* 15 (4) (2009): 575-596.

¹⁵Fernando Wulff, *Las esencias patrias: historiografía e historia antigua en la construcción de la identidad española* (Barcelona: Crítica, 2003).

Herculano, acknowledged literature as an “expression or product of the social environment” and of the “national genius” in order to be able to deduce the nature of “a founding [Portuguese] race”; with regard to the ethnic element, he sought to inquire into the “traditional basis” from which national literature would have developed.¹⁶ Braga did not only defend the decisive role of an ethnic group. He mentioned the Celtic¹⁷ genius remaining “alive among the Portuguese”, he “attributed to the Semitic component of the Iberian peoples (Phoenicians, Carthaginians, Jews and Arabs) the prevalence of the separatist trend” and he “associated the formation of nationality with an alleged predominance of the Aryan race, in which he included Greeks and Romans, in the northwest region of the national territory”.¹⁸ What particularly drew my attention was also his ethno-genealogical eclecticism, since his argument started in the realm of Celticist and Mozarabic theories, later reaching steadier ground based on a model that considered the contribution of three successive ethnic layers. However, the occupants of these layers varied and Braga was indifferent to Lusitanist theories. Later on, he concluded that the Portuguese were the result of the blending of several groups, but possessed a perceptible racial specificity, unlike the Spanish, for example.¹⁹

¹⁶Matos, *Historiografia e memória nacional*, 324.

¹⁷Although research frequently focuses on archaeology, history and anthropology, genetics has started to offer new perspectives. A team led by Daniel G. Bradley, who is studying the genetic architecture of European populations, claimed that the Irish and Scots have more in common with the people of northwestern Spain than with the people of Central Europe (Rui Martiniano et al., “Genomic Signals of Migration and Continuity in Britain before the Anglo-Saxons”, *Nature Communications* 7 (2016): 1-8). The Celticist ethnogenealogical claim in Portugal dates back to the turn of the twentieth century, although in that period it was mainly the memory of the presence of the Lusitanians that was acknowledged. Nevertheless, it was still in the nineteenth century that debates on the Celticist theories circulating in Europe began to germinate in Portugal (Léon Poliakov, *O Mito Ariano: ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos* (São Paulo: Perspectiva, 1974 [1971]); Jon Juaristi, *El bosque originario* (Madrid: Taurus, 2000)). Contemporaneously, it was mainly in the north of Portugal, but also in Galicia (Spain), that the Celts were evoked, but this phenomenon was closely related to the touristification of an idea, in the form of consumer goods and music festivals (António Medeiros, “Trilhos de celtas no noroeste: crenças etnogeneológicas e novos consumos em Portugal e na Galiza”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 45 (1-2) (2005): 59-85).

¹⁸Matos, *Historiografia e memória nacional*, 325.

¹⁹Teófilo Braga, *Cancioneiro popular coligido da tradição* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1867); Teófilo Braga, *Romanceiro geral coligido da tradição* (Coimbra: Imprensa da Uni-

The origins of the Portuguese were also analysed in the early twentieth century by Mendes Correia (1888-1960), an anthropologist and archaeologist with a degree in medicine and the main mentor of the Porto School of Anthropology, which existed as such until the 1970s, connected to the University of Porto, where he was a professor and director of the Faculty of Sciences (FCUP).²⁰ According to Correia, although there were no reliable data to establish the “physical type of the human being” who inhabited the far western areas of Europe during the Palaeolithic, for the Neolithic period it was possible to define osteological characteristics among “primitive types”, which Portuguese prehistorians considered to be the ancestors of the Portuguese. Despite the absence of a consensus among them, it was stated that one ethnic group “might have a Ligurian origin”, while there was another coeval group that would be Celtic.²¹ Despite his doubts, Correia was sure that, in the protohistoric and historic eras, there had been interference from several Nordic and Semitic elements in the anthropological composition of the Portuguese:

Phoenician and Carthaginian sailors, Norman pirates (...), and German invaders, Berbers and Arabs, along the coast and by land, have left irrefutable traces of their physical aspect. (...) It was only in the far mountainous regions that the primitive type remained relatively pure and homogeneous.²²

Other authors have devoted themselves to the topic of the origins of the Portuguese, such as António Sérgio (1883-1969), Jaime Cortesão (1884-1960), António Sardinha (1887-1925), Damião Peres (1889-1976) and Torquato Sousa Soares (1903-1988). The historian Torquato Sousa Soares considered that the nation goes back to the twelfth century. According to the thinker António Sérgio, the origin of Portugal derived from a group of men's desire for autonomy and from geographical factors, which contributed to its isolation.

versidade, 1867); Teófilo Braga, *História da poesia portuguesa (escola nacional): epopeias da raça Moçárabe* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1871); Teófilo Braga, *Contos tradicionais do povo português*, vol. 1 and vol. 2 (Lisbon: Dom Quixote, 1987 [1883]); Teófilo Braga, *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*, vol. 1 and vol. 2 (Lisbon: Dom Quixote, 1985 [1885]).

²⁰The FCUP was created in 1911 as part of the republican university reforms at the time.

²¹António Mendes Correia, *Antropologia: resumo das lições feitas pelo assistente, servindo de professor da cadeira* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1915), 125.

²²Correia, *Antropologia: resumo*, 126.

For the historian Jaime Cortesão, the nation's origin lies in several elements (historical, geographical and anthropological). Cortesão stressed the importance of medieval dynamics, but did not neglect archaic aspects, such as Romanization and prehistoric elements. The historian Damião Peres considered that the creation of the nation, an affective unit based on a political and economic construct, was the product of human action. António Sardinha, writer and advocate of Lusitanian integralism,²³ considered that the ancestry of the Portuguese could be traced back to the inhabitants of the legendary island of Atlantis and did not recognize the presence of Arab blood in the country.²⁴ Despite this diversity, the theory that the Lusitanians had a central influence on the formation of the Portuguese was one of the strongest, as I will show in the next section.

Lusitanist theories

One of the first authors to address Lusitanist theories was Martins Sarmiento (1833-1899), after reading ancient sources on the Iberian Peninsula and interpreting archaeological findings (*castros*²⁵ and dolmens in the north and centre of the country).²⁶ With regard to Sarmiento's work from 1876 to 1891, João Leal considers that his initial "exhumation of the Lusitanians", between 1876 and 1879, was carried out in the light of Celtic theories, relatively fashionable in Europe at that time. From 1880, the Lusitanians began to be seen (maybe due to the impact of Indo-European theories of comparative mythology) as the "representatives of a first wave of migration of Indo-European peoples towards the West, among which were the Ligurians, of which the Lusitanians were supposed to be (...) the most western representatives".²⁷

²³Traditionalist and monarchical socio-political movement that arose in a period of State crisis between 1914 and 1932. It opposed the establishment of the Republic (1910), the *Estado Novo* (1933-1974) and the constitutional monarchy. It was against parliamentarism and defended the decentralization of power, national-syndicalism, the Catholic Church and the traditional monarchy.

²⁴Matos, "Mendes Correia e a Escola de Antropologia do Porto."

²⁵Ruins or archaeological remains of hill settlements from the Copper or Iron Ages, found in the mountains of the northwest Iberian Peninsula.

²⁶Francisco Martins Sarmiento, "Lusitanos, ligures e celtas", extract from *Revista de Guimarães* (Porto: Silva Teixeira, 1891-1893).

²⁷Leal, *Etnografias portuguesas*, 65-66.

Another author who addressed Lusitanist theories and criticized Alexandre Herculano's theory – which claimed that the Portuguese did not descend from Lusitanians – was Leite de Vasconcelos (1858-1941).²⁸ Leite de Vasconcelos' consideration of these theories was probably also due to his work as an archaeologist, as well as his friendship with Martins Sarmiento, with whom he exchanged letters on archaeological and ethnographic matters. For this reason, Leite de Vasconcelos, who up to 1885 had researched mainly in the field of ethnography, from then on also devoted his attention to archaeology.²⁹ At that point he referred to Herculano's theories in order to claim that before a Portuguese nationality ever existed there had been a Lusitania and, before that, a prehistoric Portugal.³⁰ He argued that factors such as territory, history, "race", traditions, language and religion, being ancient as they are, can be fundamental for defining a nationality.

Leite de Vasconcelos' return to ethnography was also marked by the influence of Lusitanist theories, as we can infer from the ethnography journal *Revista Lusitana*, which he founded in 1897. According to Vasconcelos, the genealogy of the Portuguese did not necessarily go back to the Palaeolithic period; besides, the Portuguese were a result of the incorporation of several groups, including Arabs, Jews and Blacks, and areas such as Alcácer do Sal even exhibited a clear African influence. Nevertheless, according to Leal, in spite of the fact that Vasconcelos died before he was able to finish his work, the material he gathered points to the fact that "on both an archaeological and an ethnographic level (...) it would be difficult to demonstrate the continuity between the Lusitanians and the Portuguese".³¹

Mendes Correia, who sought to determine a racial basis for the formation of the nationality and to characterize "Portuguese ethnogeny", used the Lusitanist theories to create syntheses on the prehistory of the country.³² He made use of geology, geography and paleo-ethnology studies and outlined

²⁸Carlos Fabião, "Um século de arqueologia em Portugal – I", *Al-Madan* 8 (1999): 116.

²⁹The Portuguese Ethnographic Museum, founded in 1893, and which he later directed, had a collection of archaeological objects.

³⁰José Leite de Vasconcelos, *Portugal pré-histórico* (Lisbon: David Corazzi, 1885).

³¹José Leite de Vasconcelos, "Origem do povo português (estado actual e sucinto do problema)", *Revista Lusitana* 38 (1941): 196-246; José Leite de Vasconcelos, "Excursão archeológica a Alcácer do Sal: uma raça originária de África", *O Arqueólogo Português* 1 (1895); Leal, *Etnografias portuguesas*, 76.

the “physical anthropology” of the Portuguese.³³ He believed that Portugal’s origins did not go back to the twelfth century, as claimed, for example, by Damião Peres, but to a remoter past, which included the African element. He argued that Count Henry of Burgundy (father of Afonso Henriques, who became the first King of Portugal in 1139) only needed to channel long-existing forces and that it was Portugal’s political independence that emphasised the differentiation of the ethnic aggregate.³⁴ In *Raízes de Portugal* he considered that, since the remote past, “political trends”, the “levels of psycho-social affinity”, “ethnic homogeneity” and “historic personality” could be considered manifestations of an “embryonic nationality”.³⁵ This theory was at variance with that of Herculano, for whom there was no correspondence between the Lusitanians and the Portuguese, nor between Lusitania and Portugal, and the formation of Portugal had begun in the late medieval period. Correia studied this correspondence in another work and published a map (Figure 1) in order to clarify this issue. In Correia’s opinion, there was no perfect identity between Lusitania and Portugal, nor do the Portuguese originate solely from the Lusitanians, since other ethnic elements had flowed into the region after protohistory; however, the central components of the two territories and the two populations were the same.³⁶

Although Oliveira Martins essentially followed Herculano’s theory and denied any connection between Portugal under the House of Aviz (twelfth century) and Portugal at the time of the Restoration (from 1640 on), this

³²António Mendes Correia, “Estudos da etnogenia portuguesa: os habitantes primitivos do território”, *Terra Portuguesa* 4 (1918): 1-7; António Mendes Correia, “Origins of the Portuguese”, *American Journal of Physical Anthropology* 2 (2) (1919): 117-145; António Mendes Correia, *Raça e nacionalidade* (Porto: Renascença Portuguesa, 1919); António Mendes Correia, *Os povos primitivos da Lusitânia* (Porto: A. Figueirinhas, 1924); António Mendes Correia, “A Lusitânia pré-romana”, in Damião Peres and Eleutério Cerdeira, eds., *História de Portugal*, vol. I (Barcelos: Portucalense, 1928), 77-214.

³³Correia, *Os povos primitivos*. On the emergence of physical anthropology in Portugal, see Gonçalo Duro dos Santos, “The Birth of Physical Anthropology in the Late Imperial Portugal”, *Current Anthropology* 53 (S5) (2012): S33-S45.

³⁴Damião Peres, *Como nasceu Portugal* (Porto: Portucalense Editora, 1970 [1938]); Correia, *Raça e nacionalidade*, 32.

³⁵António Mendes Correia, *Raízes de Portugal. Portugal “ex-nibilo”!... Terra e independência. A raça* (Lisbon: Ocidente, 1944 [1938]), 145.

³⁶António Mendes Correia, *Raças do império* (Porto: Portucalense Editora, 1943); Correia, *Raízes de Portugal*.

Portuguese Studies Review

PSR

PSR Previews : End of this article's preview



PORTUGUESE STUDIES REVIEW (PSR)

BIBLID | ISSN 1057-1515 print

ONLINE: through EBSCO and Gale/Cengage

JOURNAL HOMEPAGES: <http://www.maproom44.com/psr> (URL permanently valid)

and <http://www.trentu.ca/admin/publications/psr> (URL not valid after 05 June 2020)

© 2014-2019 Portuguese Studies Review and Baywolf Press | All rights reserved

A Medicina Portuguesa nos Hospitais Britânicos durante a Grande Guerra

Helena da Silva

Instituto de História Contemporânea – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa (IHC-FCSH-NOVA)

Introdução

Quando em Janeiro de 1917 as primeiras tropas embarcaram para o Norte da França, estavam longe de imaginar que na retaguarda das trincheiras o exército português encontrava-se desprovido de estruturas hospitalares para socorrer os feridos e doentes. A organização dos serviços de saúde do Corpo Expedicionário Português (CEP) incluía um Hospital de Medicina e um outro de Cirurgia na retaguarda, cuja constituição e abertura foi sendo adiada. Numa tentativa de suprir a falta de estruturas hospitalares na retaguarda, várias ambulâncias do CEP passaram a funcionar como Hospitais de Sangue. Contudo, continuavam a faltar hospitais, o que levou os soldados portugueses a serem admitidos nos hospitais do RAMC¹ (*Royal Army Medical Corps*) na Flandres.

Através desta cooperação luso-britânica na área da saúde, vários médicos portugueses exerceram em diferentes hospitais do RAMC, apetrechados de recursos materiais e humanos, e contactaram com colegas, quer médicos, quer pessoal de enfermagem, dotados de uma formação e práticas de trabalho diferentes.²

Para conhecermos um pouco mais sobre a medicina portuguesa nos hospitais britânicos da retaguarda no teatro de guerra europeu utilizamos um conjunto de fontes provenientes do Arquivo Histórico Militar (PT AHM), incluindo relatórios e correspondência diversa. Infelizmente as referências à

¹O RAMC incluía hospitais britânicos, australianos e canadianos.

²Sobre o recrutamento médico leia-se Luís Alves de Fraga, “O Serviço de Saúde no Corpo Expedicionário em França: 1916 – 1918”, Separata das *Actas do XVI Colóquio de História Militar* (Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2006), acessido a 22 de Março de 2018, <http://repositorio.ual.pt/handle/11144/523>.



presença portuguesa nas fontes britânicas consultadas, referentes ao Hospital Geral 26, são extremamente reduzidas. Por isso, nesta análise teremos apenas a perspectiva portuguesa da situação.

Partindo destas fontes e dos seus limites, pretendemos compreender como funcionou esta cooperação e como foi vista pelos médicos portugueses. Mas também conhecer quem foram os médicos portugueses que exerceram nas estruturas de saúde britânicas da retaguarda e em que estruturas. Tentaremos perceber como foi trabalhar nesses hospitais e quais as relações estabelecidas entre profissionais de saúde. Centraremos a nossa análise no Hospital Geral 26 (26 *General Hospital*) e no Hospital Estacionário 32 (32 *Stationary Hospital*) para analisarmos o balanço desta cooperação, isto é, se esta pode ser considerada positiva ou negativa.

Serviços de saúde do CEP

Apesar dos conflitos armados no sul de Angola e no Norte de Moçambique desde Setembro de 1914, Portugal manteve um estatuto de não neutral, nem beligerante até 9 de Março de 1916, aquando da declaração de guerra da Alemanha³. Consequentemente, em finais de Janeiro de 1917, Portugal iniciou o envio de tropas para o Norte da França. Um total de 55.083 homens foram enviados pelo CEP para a Flandres⁴. Ali, o sector português tinha a forma de um quadrilátero irregular, ligando na linha de trincheiras Armentières a Béthune (cerca de 12 quilómetros) e na retaguarda Calais a Étaples (cerca de 60 quilómetros)⁵.

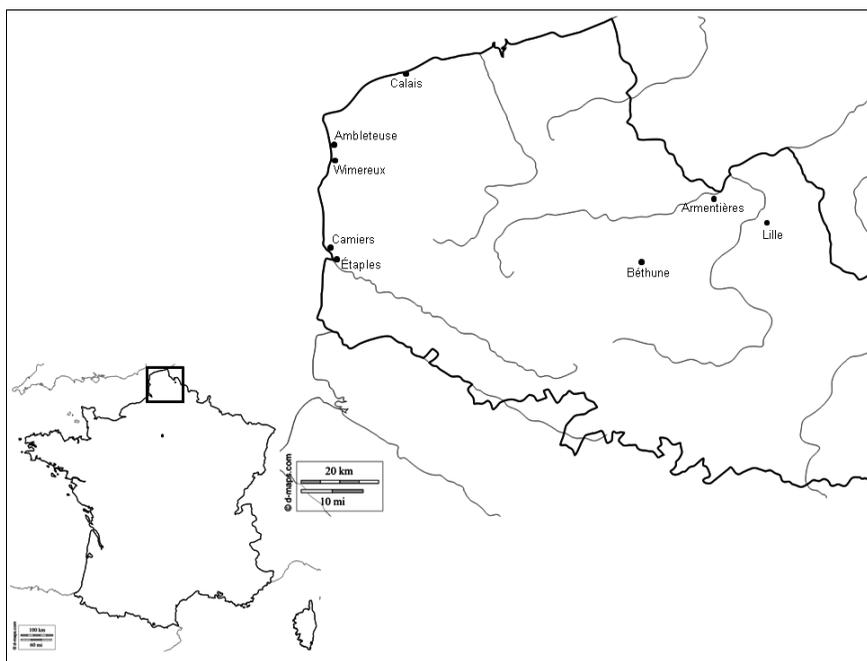
Os serviços de saúde nas trincheiras estavam organizados de forma semelhante aos do exército britânico, apesar de algumas diferenças. Os primeiros cuidados eram dispensados nos Postos de Socorros Avançados, isto é, em “abrigos protegidos, de aço” onde os feridos eram socorridos por um médico, dois enfermeiros e quatro maqueiros. Apesar do material sanitário restrito, chegavam a ter 174 doentes sentados e 464 deitados. Quando os feridos necessitavam de maiores cuidados eram evacuados, se possível pelos Postos de Transporte, para um dos quatro Postos de Socorros. Situados de 2,5 a 4 quilómetros da primeira linha de trincheiras, estes estavam melhores equipa-

³Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *Portugal e a Grande Guerra, 1914-1918* (Vila do Conde: Verso da História, 2013), 103-104.

⁴Afonso e Gomes, *Portugal e a Grande Guerra*, 552.

⁵Afonso e Gomes, *Portugal e a Grande Guerra*, 307-308.

dos, contando com dois médicos, quatro enfermeiros e catorze maqueiros e uma capacidade máxima de 297 deitados e 718 sentados. Já mais afastadas da frente estavam as ambulâncias, entre 5,5 e 7,5 quilómetros da primeira trincheira. As ambulâncias eram “um grande posto de socorros” que acompanhavam os movimentos das tropas e tinham diferentes secções sendo algumas já vocacionadas para tratamentos específicos. As forças do CEP chegaram a contar com nove ambulâncias mas assistiu-se a uma progressiva sedentarização. Assim, em Agosto de 1917, a ambulância 2 passou a ser o Hospital de Sangue I, instalado em Merville a 12 quilómetros da primeira linha e as ambulâncias 8 e 9 passaram a constituir o Hospital de Sangue 2 em St. Venant, em Dezembro de 1917⁶.



Mapa I Alguns pontos de referência no sector português na Flandres
(<http://www.d-maps.com/m/europa/france/nord/nord08.gif>, modificado).

⁶ Álvaro Martins, *Tropas do 1º Grupo de Companhias de Saúde em França na Grande Guerra (1917-1919)* (Lisboa: Imprensa Beza, 1936), 7-8, 24-27.

Contudo, na retaguarda, apenas em finais de 1917 foram construídos os Hospitais da Base I e 2, o Campo de Convalescentes e o Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa todos em Ambleteuse (ver Mapa 1) com o intuito de receber os doentes e feridos que necessitassem de um período de convalescência prolongado. Estas últimas estruturas entraram tardiamente em funcionamento, como resultado da falta de entendimento com “intrigas entre os capatazes de saúde”⁷ e conseqüentemente de uma construção demorada, a “conta-gotas”⁸, o que levou as forças portuguesas a recorrerem a apoios estrangeiros. Os soldados portugueses foram assim dando entrada em diversas estruturas hospitalares.

Cooperação luso-britânica

Todavia, a situação poderia ter sido diferente pois ainda antes da partida das tropas de Lisboa foi debatida a cedência pelos ingleses do Hospital Geral 18 em Camiers (ver Mapa 1). Contudo, o Chefe dos Serviços de Saúde da Base, o Major-médico Eduardo Augusto Pereira Pimenta, achava inconveniente o uso de barracas de lona para alojar os portugueses devido ao clima local ser pouco ameno⁹. Em Março de 1917, numa carta dirigida ao Coronel Carr, *Deputy Director of Medical Services*, ou seja, o congénere britânico, Pimenta dava conhecimento do importante número de tropas portuguesas doentes e da necessidade de terem o seu próprio hospital. “I therefore beg you, to arrange that the Hospital intended for us, to be handed over to us, as soon as possible. / The worst part of the Winter being over, the objections raised by me, no longer exist, subject to some necessary modifications”¹⁰. Numa outra carta, Eduardo Pimenta insistia na “urgência de se ter um hospital portuguez” para pôr fim à disseminação dos doentes por diferentes estruturas, “d’onde só

⁷Raúl de Carvalho criticava os avanços nas obras e chegou mesmo a supor que o Hospital de Cirurgia não chegaria a ser concluído. Raúl Carvalho, *Quando Raúl foi à guerra, memórias de um médico português na I guerra mundial* (Lisboa: Matéria-Prima Edições, 2013), 45.

⁸Isabel Pestana Marques, *Das trincheiras com saudade: a vida quotidiana dos militares portugueses na Primeira Guerra Mundial* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008), 181; Isabel Pestana Marques, *Memórias do general, 1915-1919* (Viseu: Sacre, 2004), 201.

⁹Marques, *Memórias*, 199; “Boletim individual de Eduardo Augusto Pereira Pimenta”, PT AHM-DIV-1-35A-1-01-0027, acedido a 8 de Março de 2017, <https://arqhist.exercito.pt/details?id=124196>.

¹⁰“Carta de Eduardo Pimenta ao Col. Carr a 4 de Março de 1917”, PT AHM-DIV-1-35-1416-5.

em casos extremos nos chegam notícias da sua situação, não havendo em alguns médicos portugueses”, esforçando-se assim para obter um hospital¹¹. Apesar do interesse demonstrado, o Hospital 18 nunca viria a ser cedido aos portugueses mas aos americanos, em Junho de 1917¹².

Como consequência desta situação, os doentes e feridos portugueses foram sendo admitidos em diferentes estabelecimentos ingleses, segundo o acordo elaborado entre as duas nações. Este acordo definia que os soldados portugueses seriam tratados nas suas formações sanitárias e hospitalares excepto se estas não tivessem capacidade. Neste caso, seriam admitidos em estabelecimentos ingleses “onde o governo português faria apresentar médicos do seu exército, para colaborarem com o serviço britânico no seu tratamento”. Para o Coronel-médico Álvaro Martins, a responsabilidade portuguesa era “pesada” devido à inexperiência nacional face aos serviços britânicos “maravilhosamente apetrechados e preparados não só pela riqueza dos seus recursos materiais como pelo valor da instrução especializada do seu pessoal, a qualidade superior da sua elite dirigente, da sua ciência, da sua incomparável higiene”¹³. Martins conhecia os estabelecimentos britânicos pois exerceu entre 21 de Fevereiro e 13 de Abril de 1917 no Hospital Geral 7 e em Junho do mesmo ano efectuou uma “missão de estudo às formações sanitárias inglesas da frente”¹⁴.

Este Coronel-médico não poupou elogios aos hospitais britânicos, descrevendo as tendas com aquecimento, iluminação eléctrica, soalho de madeira, casas de banho e outras comodidades que efectivamente muitos soldados portugueses não teriam nas suas próprias casas e mostrou-se surpreendido pela “limpeza meticulosa”. A partir de Fevereiro de 1917, Martins começou a enviar vários médicos portugueses para os hospitais britânicos¹⁵. Nas diversas fontes que temos vindo a consultar, encontramos referência a catorze estabelecimentos hospitalares da retaguarda do RAMC (Tabela 1) onde terão

¹¹“Carta de Eduardo Pimenta ao Comandante do Serviço de Saúde a 28 de Março de 1917”, PT AHM-DIV-1-35-1416-5.

¹²Carvalho, *Quando Raúl*, 134.

¹³Martins, *Tropas*, 3.

¹⁴“Boletim individual de Álvaro Martins”, PT AHM-DIV-1-35A-1-01-0077, acedido a 8 de Março de 2017, <https://arqhist.exercito.pt/viewer?id=123188>.

¹⁵Martins, *Tropas*, 14-15.

exercido médicos portugueses. E quanto a estes, pelo menos quarenta terão praticado medicina num hospital do RAMC (Tabela 2).

Tabela 1 Estabelecimentos hospitalares do RAMC onde exerceram médicos do CEP

<i>Estabelecimento</i>	<i>Localidade</i>
Depósito Convalescentes 6	Étaples
Hospital Estacionário 14	Wimereux
Hospital Estacionário 32	Wimereux
Hospital Estacionário 39	Aire-sur-La Lys
Hospital Geral 3 - Canadiano	Camiers
Hospital Geral 4	Camiers
Hospital Geral 7 - Canadiano	St. Omer
Hospital Geral 18	Camiers
Hospital Geral 24	Étaples
Hospital Geral 26	Étaples
Hospital Geral 35	Calais
Hospital Geral 51	Étaples
Hospital Geral 54	Wimereux
Hospital Geral 56	Étaples

Fonte: Carvalho, *Quando Raúl*, 219-220, Martins, *Tropas*, 64, PT AHM-DIV-1-35-412-01, PT AHM-DIV-1-35-679, PT AHM-DIV-1-35-1416-5, PT AHM-DIV-1-35A-1-01-0077, PT AHM-DIV-1-35A-1-02-0398, PT AHM-DIV-1-35A-1-02-0405, PT AHM-DIV-1-35A-1-02-0409, PT AHM-DIV-1-35A-1-02-0410, PT AHM-DIV-1-35A-1-02-0411, PT AHM-DIV-1-35A-1-02-0413, PT AHM-DIV-1-35A-1-03-0734, PT AHM-DIV-1-35A-1-03-0755, PT AHM-DIV-1-35A-1-03-0757, PT AHM-DIV-1-35A-1-03-0758.

Trabalhar nos hospitais ingleses

Esta lista não exaustiva inclui alguns médicos recrutados para exercerem nos hospitais portugueses da retaguarda que, como ainda não estavam em funcionamento, estiveram temporariamente nos hospitais do RAMC em 1917, passando depois para os portugueses. Alguns médicos exerceram apenas

num estabelecimento britânico, outros conheceram vários, chegando mesmo um médico a exercer em cinco locais diferentes. A título de exemplo podemos mencionar o caso de Alexandre Cancela de Abreu, natural de Cabeceiras de Basto, filho de Abel de Matos e Maria José Cancela de Abreu, casado e residente em Lisboa quando embarcou a 14 de Fevereiro de 1917 como Alferes-médico. Foi colocado no Hospital Geral 18 em Camiers a 22 de Fevereiro ficando ali até 24 de Junho quando foi transferido para o Hospital Geral 4 na mesma localidade. A 19 de Julho passou para o Hospital Geral 24 em Étaples¹⁶ onde exerceu até 3 de Setembro quando gozou uma licença. Ao regressar, a 21 de Setembro, foi enviado para Wimereux para o Hospital Estacionário 32 onde ficou até 6 de Abril de 1918 quando foi transferido para o Hospital da Base I em Ambleteuse. Na sua folha é referido que “é dos médicos que mais tem trabalhado nos hospitais ingleses”¹⁷.

Este caso mostra como um médico podia estar destacado num determinado hospital menos de um mês ou vários meses. As razões por detrás destas transferências não são referidas nos documentos de arquivo mas poderiam ser várias. Por um lado, poderiam prender-se às necessidades do serviço, consoante os combates e relacionadas com a própria evolução das tropas no terreno. Por outro, as necessidades da hierarquia hospitalar poderiam também levar às alterações, segundo os lugares disponíveis e a especialidade de cada médico. Contudo, não podemos descartar a hipótese de alguns médicos pedirem para mudar de hospital por estarem insatisfeitos com a situação ou até que as autoridades britânicas tenham aconselhado algumas alterações de serviço.

Raúl de Carvalho¹⁸, nas suas memórias, repletas de queixas, críticas negativas e desilusões, menciona que em Abril de 1917 o Chefe do Estado-Maior

¹⁶Sobre os hospitais do RAMC em Étaples ver <http://cobwfa.ca/?p=720>, acessido a 26 de Março de 2018.

¹⁷“Boletim individual de Alexandre Cancela de Abreu”, PT AHM-DIV-1-35A-1-02-04II, acessido a 8 de Março de 2017, <https://arqhist.exercito.pt/viewer?id=122927>.

¹⁸Nasceu a 17 de Outubro de 1888 em Lisboa, filho de Manuel de Carvalho e de Maria da Boa Hora Carvalho. Formou-se em medicina pela Faculdade de Lisboa em 1913, especializando-se em análises clínicas. Com pouca prática clínica visto dedicar-se à investigação, partiu para França a 24 de Março de 1917 como analista. Contudo, os atrasos na construção dos hospitais da retaguarda levaram-no a vacinar as tropas, sendo depois nomeado Director do Laboratório Geral da Base do CEP. Carvalho, *Quando Raúl*, 13-14; “Boletim individual de Raúl de Carvalho”, PT AHM-DIV-1-35A-1-02-0399, acessido a 8 de Março de 2017, <https://arqhist.exercito.pt/details?id=128596>.

queria os médicos portugueses nos hospitais ingleses mas que o Chefe dos Serviços de Saúde, Eduardo Pimenta, se mostrava reticente dizendo “que não quer mais ninguém lá, que os nossos médicos são para trabalhar nos nossos hospitais e não para serem criados dos ingleses (...) mas estou a ver

Tabela 2 Médicos do CEP que exerceram em estabelecimentos hospitalares do RAMC

A. Maia	Guilherme Reis da Costa
Alberto Mac-Bride	Gustavo Pitschieller
Alexandre Cancela de Abreu	Henrique António da Silva Roquette
Alonso Vasques Domingues	Jaime Pereira de Almeida
Álvaro Martins	José da Cunha Paredes
André de Brito Tavares	Júlio Coutinho de Sousa Refoios
Ângelo Barbedo Soares	Leonardo Castro Freire
António Flores	Leonel Cardoso
António Joaquim de Sousa Júnior	Libânio Batista Limpo
Artur Alves Ferreira	Ludovino Alves
Augusto da Cunha Lamas	Luís Balmaseda Aires
Aurélio Lelo Portela	Luís Pinto de Figueiredo
Bernardo de Araújo	Manuel Joaquim Teixeira de Queiroz
Carlos Augusto da Costa Mota	Nicolau Soares da Costa
Carlos Faria Moreira Ramalhão	Raúl de Carvalho
Carlos Santos	Reinaldo dos Santos
Eugénio Mac-Bride	Renato Costa Araújo
Fernando David Martins Pereira	Sebastião José da Silva
Fernando Freitas Simões	Soares Manuel da Costa Portela
Guilherme Pinto Rodrigues da Costa	Tolentino de Sousa Ganho

Fonte: Carvalho, *Quando Raúl*, 219-220, PT AHM-DIV-1-35-412-01, PT AHM-DIV-1-35-679, PT AHM-DIV-1-35-1416-5, PT AHM-DIV-1-35A-1-01-0077, PT AHM-DIV-1-35A-1-02-0398, PT AHM-DIV-1-35A-1-02-0405, PT AHM-DIV-1-35A-1-02-0409, PT AHM-DIV-1-35A-1-02-0410, PT AHM-DIV-1-35A-1-02-0411, PT AHM-DIV-1-35A-1-02-0413, PT AHM-DIV-1-35A-1-03-0734, PT AHM-DIV-1-35A-1-03-0755, PT AHM-DIV-1-35A-1-03-0757, PT AHM-DIV-1-35A-1-03-0758.

Portuguese Studies Review

PSR

PSR Previews : End of this article's preview



PORTUGUESE STUDIES REVIEW (PSR)

BIBLID | ISSN 1057-1515 print

ONLINE: through EBSCO and Gale/Cengage

JOURNAL HOMEPAGES: <http://www.maproom44.com/psr> (URL permanently valid)

and <http://www.trentu.ca/admin/publications/psr> (URL not valid after 05 June 2020)

© 2014-2019 Portuguese Studies Review and Baywolf Press | All rights reserved

La ligne brisée du désir colonial Sexualité et domesticité dans la littérature coloniale des années 1920 : le cas du Mozambique

João-Manuel Neves

Centre de Recherches sur les Pays de Langue Portugaise
Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3

AU MOZAMBIQUE, EN 1928, sur une population de 17 842 Européens, dont 14 162 Portugais, la proportion des femmes par rapport aux hommes est d'environ 1 sur 2, soit 6 224 pour 11 618, mais elles sont très peu nombreuses en dehors des deux villes de Lourenço Marques et de Beira où habitent plus de 60 % des Européens¹. L'absence de femmes européennes explique en grande partie le recours du colonisateur aux femmes colonisées pour assouvir ses pulsions sexuelles ou pallier sa solitude dans le *mato* (la brousse). Cependant, le désir ressenti pour la femme colonisée est aussi une pulsion latente chez de nombreux patriarques ayant constitué une famille blanche. De même, le colon qui vit en concubinage avec une femme africaine ou métisse cherche souvent à avoir des rapports sexuels avec d'autres femmes colonisées. Nous sommes au cœur de l'un des deux aspects les plus importants de la vie quotidienne des formations sociales coloniales. L'incidence directement économique de l'autre aspect, la production de marchandises, donne encore plus de relief à la sexualité dans les rapports entre colonisateurs et colonisés. Examinons ce passage du récit de résidence du sergent Paes Mamede, publié en 1930 et se rapportant à la période 1908-1910²:

¹Dans ces deux villes habitent 63,81 % des Européens, dont 8 911 Portugais d'origine européenne, soit 62,92 % du total des personnes de cette nationalité installées dans la colonie. Signalons que les enfants en dessous de 14 ans comptent à peine pour 12 % de l'ensemble des Européens. Notons aussi que 53 % des Européens sont mariés. Voir : *República Portuguesa – Repartição de Estatística, Anuário Estatístico da Colónia de Moçambique : Anos de 1926-1927-1928 : 1º Ano* (Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1929) 31-33, 40-41.

²Jorge Paes de Oliveira Mamede (1869-1939), officier de l'armée de terre, a terminé sa carrière avec le grade de colonel. Il a été gouverneur civil de Lisbonne. Pendant la Première Guerre mondiale, il a intégré le C. E. P. (Corps Expéditionnaire Portugais) et s'est distingué



– Pois sim, mas o que você não leva é qualquer livro que o oriente acerca da sua conduta na Africa. Como sabe ha outro clima, outras doenças, outra vida, outros costumes. E depois ha tantos livros bons e que desperitam o interesse por estas coisas da Africa...

– Ora, ora, ora!... Bem me importa a mim com a Africa!... O que eu quero é fazer alguns patacos. Assim que os tenha, raspo-me logo. Para mim a Africa é a *massa* – e depois de uma pausa, noutro tom: – Ouça, meu amigo, quer um conselho?... Deixe-se de filosofias; coma-lhe e casque-lhe; e atire-se ás pretas, atire-se ás pretas – e rio, rio depois muito, e rematou cantando:

– Vá de banda carola á banda
Vá de banda carola olé
Vá dar um beijinho ás pretas
Atchim, ai lari lolé

(NCA, 47)³

Cet extrait évoque la rencontre, sur le bateau les menant à la colonie, de Paes Mamede avec *senhor* Maurício, un autre Portugais venu s’installer au Mozambique. Pour le sergent, destiné au commandement d’un poste militaire et administratif, la connaissance du territoire et des populations lui paraît essentielle pour assurer l’exercice efficace du pouvoir colonial. Son interlocuteur lui rappelle, pourtant, très platement, d’une part, la raison directement économique de la présence des Européens en Afrique et, d’autre part, la dimension assumée dans leur vie par la sexualité avec les femmes colonisées. N’ayant jamais été en Afrique auparavant, l’interlocuteur de Paes Mamede reproduit les stéréotypes d’un discours instituant le pouvoir sur les corps qui s’entremêlent à l’évocation par le sergent des pseudo-valeurs-savoirs comme fondement de la domination politique⁴.

comme commandant d’un bataillon en Flandres. Paes Mamede, alors sergent, embarque en septembre 1908 à Lisbonne pour une mission au Mozambique dont il rentre en octobre 1910. Pendant 20 mois, il est le responsable du poste militaire de Alto da Mochelia, situé à 20 km au sud de l’île du Mozambique sur le pourtour de la baie de Mocambo, où il commande la 11^e « compagnie indigène ». Les dernières semaines de sa mission, il les passe en poste à Lourenço Marques, ce qui lui permet une appréciation contrastée de son séjour en « brousse » par rapport au quotidien de la capitale de la colonie où « rien ne représentait l’Afrique ». Voir : Paes Mamede, *Nas Costas d’Africa : Episódios e narrativas* (Lisboa : Tip. da Coop. Militar, 1930), 282 ; désormais NCA.

³Nous avons respecté l’orthographe employé dans chacune des œuvres qui est très variable.

⁴L’auteur colonial se construit lui-même par son texte comme un autre, un sujet impérial : il s’attribue des pseudo-valeurs positives, représentations de valeurs réifiées fantasmatiques et métaphorisées dans le fétiche de la pureté et de l’originalité raciales, face à des

Dans son ultime interview, Edward Said évoque l'ensemble fabuleux de signes en rapport avec la sexualité, considéré comme un élément constitutif fondamental de l'imaginaire colonial. Il revient à plusieurs reprises dans son œuvre sur l'extraordinaire portée symbolique des représentations sexuées des colonisés. Lors de l'interview, E. Said propose une synthèse de ces signes de l'imaginaire dans la pratique discursive⁵. La représentation des contrées à coloniser comme des lieux où l'homme européen trouvera du sexe disponible en abondance entraîne la construction de l'autre colonisé en tant qu'objet sexuel, en plus d'agent économique. D'un autre côté, cette représentation conditionnera l'éventail de pratiques fondées sur la domination et mises en œuvre par les colons pour assouvir leurs pulsions.

L'élaboration de cette fantaisie centrale de l'imaginaire colonial, au Portugal, remonte probablement au temps des guerres médiévales dans la péninsule ibérique et à la mémoire du sort réservé aux jeunes captives et captifs chrétiens ou « maures ». L'introduction massive d'esclaves africains au Portugal à partir de la deuxième moitié du XV^e siècle, pour pallier la pénurie de bras causée par la Peste Noire⁶, aura une influence décisive dans l'élaboration des représentations de la sexualité et de la disponibilité des femmes d'outre-mer. Dans *Ain't I a Woman*, bell hooks transmet une image très expressive du sort de la femme africaine lors de la déportation pendant toute la période de la traite. Elle nous parle de cette fillette terrassée par la peur qui fait, si elle y survit, tout le voyage sur le pont du bateau négrier complètement nue, disponible en permanence pour assouvir les pulsions sexuelles de tous les matelots. En général une seule fillette, ou une fillette à la fois, car on doit veiller sur la marchandise et empêcher toute velléité de rébellion⁷. La lecture des *Ordenações Manuelinas*, l'ensemble de codes législatifs de la fin du XV^e siècle, permet de constater la persistance de cette même terreur pesant sur la vie des femmes et des fillettes esclaves dans les campagnes et les

autres colonisés. À ces autres sont attribuées des tares de dégénérescence, avec la fixation de leur « identité » par des stéréotypes négatifs.

⁵Edward Said, *The Last Interview*, Mike Dibb, réal., D. D. Guttenplan, prod., Charles Glass, interviewer, DVD (Icarus Films, 2004).

⁶A. Saunders, *História social dos escravos e libertos negros em Portugal (1441-1555)* (Lisbonne : Imprensa Nacional, 1994 [1982]), 95ss.

⁷bell hooks, *Ain't I a Woman : Black Women and Feminism* (Boston : South End Press, s/d [1981]), 17-20.

rués des villes portugaises de la Renaissance, où dans le sud du pays le nombre d'esclaves africains s'élèverait à environ 10 à 15 % du total de la population entre le milieu du XVI^e siècle et le milieu du XVII^e⁸. Ce code stipule en cas de viol de la femme esclave le dédommagement de son propriétaire par le violeur mais seulement lorsqu'il s'agirait d'une esclave blanche, c'est-à-dire, probablement « maure »⁹. Le sort, appris par le bouche à oreille, de la fillette du pont du bateau négrier pendant la traversée, « le passage », était désormais la menace qui guettait à chaque coin de rue, à chaque croisée de chemins, toutes les autres survivantes et leurs descendantes. Au Brésil colonial, le sort de la femme esclave était identique. Face à la menace de violence sexuelle de la part d'hommes européens ou d'autres hommes libres ou esclaves, la femme africaine ou métisse ne pouvait compter que sur la protection de son maître. Cependant, comme nous informe l'historienne brésilienne Nizza da Silva, le maître était le plus souvent le premier à imposer des rapports sexuels à ses esclaves, sur lesquelles il disposait d'un droit de propriété absolu ; seulement en cas de violence extrême, il serait obligé de revendre une esclave, selon la loi au XVIII^e siècle. Comparé au petit nombre connu de femmes africaines déportées qui ont vécu heureuses au Brésil, telle Chica da Silva¹⁰, combien de milliers de femmes esclaves furent soumises, pour s'être refusées à leurs maîtres, aux terribles tortures dont Nizza da Silva a pu trouver un écho dans les archives : la nudité en permanence, se faire fouetter les parties génitales, se faire attacher par le cou avec un collier et une chaîne à un tronc, etc¹¹ ? L'imposition de rapports sexuels aux femmes esclaves ou leur prostitution par les maîtres était généralisée dans l'empire portugais entre les XV^e et XIX^e siècles. L'historien Charles Boxer dans son œuvre de référence *The Portuguese Seaborne Empire, 1415-1825*, reproduit une

⁸Saunders, *História social dos escravos*, 80-91 ; comparer avec : Jorge Fonseca, *Escravos no sul de Portugal : séculos XVI-XVII* (Lisbonne : Vulgata, 2002), 17-29.

⁹Asdrúbal António de Aguiar, « Crimes e delitos sexuais em Portugal na época das Ordenações (sexualidade normal) », sep. des n^o 1 et 2 du 3^e vol. de *Arquivo de Medicina Legal*, (Lisbonne: Instituto de Medicina Legal, 1930).

¹⁰Voir par exemple : Júnia Ferreira Furtado, « Chica da Silva : o mito pelo avesso », dans Maria Beatriz Nizza da Silva, coord., *Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil* (Lisbonne: Horizonte, 2001), 77-89.

¹¹Maria Beatriz Nizza da Silva, *Donas e plebeias na sociedade colonial* (Lisbonne: Estampa, 2002), 43-61, 311-350 ; voir aussi : Ronaldo Vainfas, *Trópico dos pecados : Moral, sexualidade e inquisição no Brasil* (Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2010 [1989]), 109ss.

lettre adressée depuis l'Inde, en 1550, à Ignace de Loyola par un missionnaire jésuite italien. Se référant à ce qu'il appelle le « péché de la licence » parmi les soldats et les colons portugais en Asie qui auraient « adopté les vices et les coutumes du pays », il fait le constat suivant :

There are countless men who buy droves of girls and sleep with all of them and subsequently sell them. There are innumerable married settlers who have four, eight or ten female slaves and sleep with all of them, as is common knowledge. This is carried to such excess that there was one man in Malacca who had twenty-four women of various races, all of whom were his slaves, and all of whom he enjoyed. I quote this city because it is a thing that everybody knows.¹²

Le récit du voyage entrepris vers le royaume du Kazembe (situé à l'est du Katanga) par Lacerda e Almeida entre 1797 et 1798 (publié en 1844-1845), en décrivant les coutumes des résidents Portugais, ou des métis descendants de Portugais occupant des positions de pouvoir, dans les *prazos* (seigneuries) de la Vallée du Zambèze, en particulier aux alentours du comptoir de Sena, signale qu'ils ont tous à leur disposition plusieurs esclaves sexuelles¹³. Castro Soromenho, dans son récit historiographique sur le voyage de Lacerda e Almeida, publié en 1944, écrit à propos des colons portugais, de Sena : « Os colonos passavam o tempo entre questões e orgias. Viviam com mesa farta e rodeados de mulheres indígenas cuja influência se tornou tão forte no seu espirito que a breve trecho trocaram a sua moral pela do cafre »¹⁴. Jusqu'à

¹²Charles Boxer, *The Portuguese Seaborne Empire, 1415-1825* (Harmondsworth : Penguin, 1973 [1969]) 307-308.

¹³Lacerda e Almeida, *Travessia da África pelo Dr. Lacerda e Almeida* (Lisbonne: Agência Geral das Colónias, 1936), 113 ; voir aussi : José Capela, « Senhores e escravas : O relacionamento sexual, em Quelimane, em meados do século XIX » [1989], *O escravismo colonial em Moçambique* (Porto : Afrontamento, 1993), 57-67.

¹⁴Castro Soromenho, *A expedição ao país do ouro branco* (Lisbonne: Clássica Editora, 1944), 15. Castro Soromenho écrit plus loin : « Cá fora ouviam-se os cantares dos escravos, que regressavam dos prazos com cargas às costas, sob a vigilância de guardas de chicote na mão. // O sol afundou-se para além do Zambeze. E, logo, a noite cobriu o pequeno burgo de Sena. // Nos harens, as negras jovens, zambezianas de olhos tristes e de bôcas ardentes, esperavam os seus senhores para os prazeres do amor. (...) O grande inimigo do branco na Zambézia não era o negro, o cafre, mas o clima. E contra êle a luta tornava-se difícil. Era um inimigo implacável. E como o homem branco só podia contar com a sua própria natureza, na luta para que era arrastado, todos sentiam que as suas vidas estavam por um fio. Daí a gente da Zambézia só pensar em viver facilmente. Todos queriam levar da vida, que se lhes apresentava de curta duração, o melhor em tôda a casta de prazeres. E como ninguém tinha fé nem esperança em nada, porque a sua vida não tinha futuro, o relaxa-

l'extinction de la traite négrière, vers la fin du XIX^e siècle, parmi les Portugais ou les autres Européens (en général des ecclésiastiques), ou parmi les notables métis ou Africains considérés comme *muzungos* (Blancs), dans la Vallée, le mariage ou même le concubinat n'avait de sens que s'il était contracté avec une femme elle aussi dotée d'un certain pouvoir social et politique, une *dona*, à la tête d'une seigneurie. Nous avons comme exemple le cas du mariage d'António Gamito, un négrier et officier militaire portugais originaire de Setúbal¹⁵, auteur de l'incontournable récit du deuxième voyage (entrepris entre 1831 et 1832), après celui de Lacerda et Almeida, destiné à rejoindre les Lundas angolaises à partir du comptoir zambézien de Tete¹⁶. Le rapport de la *Prelazia* de Mozambique, publié en 1895, répertoriant le contexte social et les mœurs dans l'ensemble des territoires où s'exerce l'action des établissements catholiques de la colonie, fait encore état de la coutume des Portugais résidents, ou des notables métis, d'avoir à leur disposition plusieurs femmes en condition de servitude sexuelle. L'île du Mozambique aurait été transformée à son tour, en cette fin du XIX^e siècle, en un immense bordel¹⁷ où l'on préfère surtout les fillettes de dix à douze ans¹⁸.

Entre le début du XVIII^e siècle et l'accroissement exponentiel de la traite, à partir du début du XIX^e siècle, dans une partie considérable des territoires qui composent l'actuel Mozambique, le contrôle du commerce se trouve aux mains des marchands indiens, qui deviendront les financiers de l'administration portugaise¹⁹. Le contrôle économique et financier indien, tout le long du XVIII^e siècle, se trouve néanmoins toujours limité par l'ostracisme social des résidents Portugais ou des notables métis. Dans son

mento de costumes, a corrupção, os ódios e as queixas, eram como que uma lei natural » (Soromenho, *A expedição*, 26, 42).

¹⁵Voir : Filipe Gastão de Almeida de Eça, *Gamito (1806-1866)* (s/l [Lisbonne] : e. a., 1950).

¹⁶António Cândido Pedroso Gamito, *O Muata Cazembe* (Lisbonne : Imprensa Nacional, 1854).

¹⁷Comme d'ailleurs lors de la guerre d'indépendance, à partir de 1964, par l'armée portugaise ; voir par exemple le roman *Nó Cego* de Carlos Vale Ferraz : Carlos Vale Ferraz [pseud. de Carlos de Matos Gomes], *Nó cego*, 3^e éd. (Lisbonne: Notícias, 1995 [1983]).

¹⁸Bispo de Himeria [António Dias Ferreira], *Padroado de Portugal em África : Relatório da Prelazia de Moçambique* (Lisbonne: Imprensa Nacional, 1895).

¹⁹Edward A. Alpers, *Ivory and Slaves : Changing Pattern of International Trade in East Central Africa to the Later Nineteenth Century* (Berkeley : University of California Press, 1975), 85-94, 113ss.

récit, daté de 1822, Bartolomeu dos Mártires dénombre 180 Banyans sur l'île du Mozambique, tout en rajoutant : « tão somente homens, porque nenhum traz para cá sua mulher »²⁰. Les pratiques sexuelles des commerçants Banyans (Hindous) ou Mahométans, résidents dotés de pouvoir économique mais pourtant dépourvus d'initiative politique, impliquent ainsi sûrement des formes d'esclavage ou de servitude, mais limitées au concubinage ou au recours à la prostitution. D'un autre côté, ce pouvoir financier s'établit dans un contexte où les communautés africaines détiennent le pouvoir politique et militaire sur tout le territoire, y compris sur la plupart des comptoirs administrés par des autorités portugaises, à l'exception de quelques *prazos*. Cependant, dans certains cas, au XVIII^e siècle, des résidents indiens deviennent eux-mêmes des *senhores de prazo* et peuvent ainsi posséder de nombreuses esclaves sexuelles²¹. Le concubinage ou le recours à la prostitution de la part des hommes indiens ou arabes se prolongent pendant toute la période coloniale moderne²² où les Asiatiques en général auront toujours un statut de subalternité très marqué²³. Dans son récit missionnaire, publié en 1910, le père Daniel da Cruz, en décrivant les coutumes des Musulmans Arabes ou Indiens et ceux des Banyans, considère ces derniers comme des « ascètes »²⁴.

Les formes de marchandisation de la sexualité, en particulier le concubinage temporaire entre résidents européens et femmes colonisées ou la prostitution, présentent des contours complètement distincts lors des processus

²⁰Frei Bartolomeu dos Mártires, *Memória Chorográfica da Província ou Capitania de Moçambique na Costa d'Africa Oriental conforme o estado em que se achava no ano de 1822* [extraits présentés par Virgínia Rau sous le titre « Aspectos culturais da ilha de Moçambique em 1822 »], *Studia* (Lisbonne, 1963) II : 138. Selon E. Alpers, le nombre de résidents Indiens dans l'île, aux alentours de 1770, serait d'environ 300, presque tous des hommes adultes (E. Alpers, *Ivory and Slaves*, 144).

²¹Malyn Newitt, *A History of Mozambique* (Londres : Hurst & Co, 1995), 180-183.

²²Valdemir Zamparoni, « Mestiçagem e Colonialismo em Moçambique, 1890/1940 », dans Clara Sarmiento, coord., *Condição feminina no Império Colonial Português* (Porto : Politeia, 2008), 444-447.

²³Voir par exemple : Mousinho de Albuquerque, *Livro das campanhas* (Lisbonne: Agência Geral das Colónias, 1935 [1895-1897]), 75, 365 ; Mousinho de Albuquerque, *Moçambique : 1896-1898* (Lisbonne: Manoel Gomes, 1899), 117, 139-141 ; Brito Camacho, *Terra de lendas* (Lisbonne: Guimarães, 1925), 30, 115-117 ; Brito Camacho, *Pretos e brancos* (Lisbonne: Guimarães, 1926), 11, 85, 213-214.

²⁴Padre Daniel da Cruz, *Em terras de Gaza* (Porto : Gazeta das aldeias (Biblioteca geográfica e colonial), 1910), 301-308.

de déterritorialisation et de re-territorialisation de l'espace impérial. Ces pratiques s'intègrent désormais à la stratégie de terreur délibérée employée par les officiers et les fonctionnaires portugais dès les premières opérations de conquête militaire. En effet, la terreur sexuelle était une composante structurelle fondamentale de cette stratégie, surtout jusqu'au début des années 1950, puis pendant les guerres d'indépendance²⁵.

Les ouvrages du journaliste libertaire Julião Quintinha se trouvent imprégnés de cette atmosphère sexualisée et excitante qui constitue l'une des principales caractéristiques pour l'auteur des contrées lointaines et exotiques de l'empire²⁶. Cependant, parmi les ouvrages esthétiques coloniaux des années 1920, c'est surtout le récit de voyage *Angola, Moçambique, S. Tomé* de Carlos Rates, publié en 1929 et présenté au concours de littérature coloniale

²⁵Les liens entre les formes de terreur sexuelle caractéristiques de la période de la traite, ou du système de la plantation aux Amériques ou dans les îles de l'Océan Indien, et les formes assumées par le désir colonial lors de l'institution de la société totalitaire coloniale moderne au Mozambique demanderaient sûrement des recherches plus approfondies. Sur la terreur en colonie, voir mon article : Joao-Manuel Neves, « O terror nas colónias como prelúdio ao fascismo », *Africana Studia* (Centro de Estudos Africanos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto) 27 (2017) : 125-142.

²⁶Militant républicain et libertaire depuis sa jeunesse, Julião Quintinha (1885-1968), originaire de Silves, s'installe à Lisbonne dès 1920 comme journaliste professionnel, ayant été rédacteur au quotidien *O Século* pendant plusieurs années. Il aurait été proche des anarcho-syndicalistes et a collaboré au journal *A Batalha*, organe de la *Confederação Geral do Trabalho*. J. Quintinha part en Afrique en 1925 pour un voyage qui se prolonge sur plus de deux ans, avec au retour des escales à Aden et en Égypte. Ses chroniques et reportages vont paraître avant son édition en livre dans le *Jornal da Europa*. Ce périodique, dont Quintinha a été rédacteur en chef, porte le sous-titre : *Informação colonial e marítima para Portugal, Colónias, Ilhas, Brasil e América do Norte*. Le voyage donne matière à Quintinha pour élaborer cinq ouvrages, publiés entre 1929 et 1933, tous présentés aux concours de littérature coloniale. Il obtient le troisième prix au III^e concours de 1928 avec *África misteriosa*, le deuxième prix au IV^e concours de 1929 avec *Oiro africano*, et le premier prix au V^e concours de 1930 avec *A derrocada do Império Vátua e Mousinho d'Albuquerque*, écrit en collaboration avec Francisco Toscano. Voir : Julião Quintinha, *África misteriosa. Crónicas e impressões duma viagem jornalística nas Colónias da África Portuguesa* (Lisbonne : Editora Portugal Ultramar, 1929) ; Julião Quintinha, *Oiro africano. Crónicas e impressões de uma viagem jornalística na África Oriental Portuguesa* (Lisbonne : Edições Portugal Ultramar, 1929) ; Francisco Toscano, et Julião Quintinha, *A derrocada do Império Vátua e Mousinho d'Albuquerque*, 2 vols., 3^e éd. rev. et augm. (Lisbonne : Casa Editora Nunes de Carvalho, 1935 [1930]). Sur Julião Quintinha voir mon essai : João-Manuel Neves, « As ilhas de São Tomé e Príncipe na narrativa de viagem de Julião Quintinha », dans Inocência Mata et Agnaldo Rodrigues da Silva, coord., *Trajetoárias culturais e literárias das Ilhas do Equador – Estudos sobre São Tomé e Príncipe* (São Paulo : Pontes Editores, 2018), 137-171.

de la même année, qui se distingue par l'activation constante des signes sexués de l'imaginaire colonial²⁷. Le voyage a lieu peu après la sortie de C. Rates du parti communiste dont il fut un des fondateurs et le premier secrétaire-général, et son rapprochement des positions politiques du fascisme²⁸. La couverture de l'ouvrage présente le dessin d'une jeune femme africaine souriante, aux seins nus, identique au tableau *Fruta da terra* du peintre colonial Fausto Sampaio, exhibé à la *Grande Exposição do Mundo Português* de 1940 et reproduit en couverture du récit de voyage *Outras terras, outras gentes : Viagens na África Portuguesa : 25.000 Km em Angola* de Henrique Galvão, publié en 1942²⁹. Le récit de C. Rates est illustré par une profusion inhabituelle de portraits de jeunes femmes ou de fillettes africaines ou métisses, presque toutes aux seins nus, occupant à chaque fois une grande partie de la page, et qui transmettent au lecteur la sensation d'un univers intensément érotisé. Le texte est parsemé d'allusions à ce que Rates considère être la luxure des femmes colonisées, réactivant constamment l'imaginaire des terres de l'empire comme contrées de dissolution morale et sexuelle³⁰.

La terreur sexuelle caractérise tant les phases initiales de conquête et de réduction des populations à la servitude que les formes d'exercice du pou-

²⁷C. Rates, *Angola, Moçambique, S. Tomé* (Lisbonne : e. a., 1929); désormais AMS.

²⁸Carlos Rates, aux origines ouvrières, s'est rapproché du fascisme pendant la deuxième moitié des années 1920. Il a adhéré au parti unique Union Nationale en 1931 après avoir été un syndicaliste révolutionnaire dès le début des années 1910 et un des haut dirigeants de la *Confederação Geral do Trabalho*. Il avait été aussi l'un des fondateurs, en 1921, du parti communiste. Outre ce récit de voyage, il a publié en 1932 un roman, *A colmeia*, en rapport avec le Mozambique et qui présente un intérêt relatif.

²⁹H. Galvão, *Outras terras, outras gentes. Viagens na África Portuguesa : 25.000 Km em Angola*, 2 vols. (Lisbonne : Francisco Franco, s/d [1942]).

³⁰C. Rates affirme par exemple : « O que ha de mais interessante nos povos de Angola, como afinal nos de toda a Africa, America e Oceania, são os seus costumes morais. Enquanto entre nós se fazem os maiores esforços por esconder as nossas imoralidades, entre eles não, apresentam-nas sem reboço. O adultério é freqüentemente consentido senão aconselhado pelo marido, quando isso possa constituir uma fonte de rendimento. (...) A preta é susceptível de entregar-se ao branco por prazer e fá-lo sobretudo quando se pode mostrar garrida » (AMS, 33). L'auteur observe aussi à propos des adolescentes de certaines régions du sud du Mozambique : « Em algumas circunscrições, como Guijá, Chibuto e Manjacaze, a mulher, mal atinge a puberdade, entrega-se com um desembaraço que é de pasmar. Por vezes juntam-se aos grupos de três e quatro para procurarem o mesmo moleque – são os preferidos – e com eles passam os serões em bacanais exquisitesas. Isto, que me pareceu inacreditavel, foi-me confirmado uma centena de vezes » (AMS, 130).

voir totalitaire dans la plantation ou les villages. Même si la violence et la coercition physique sont constantes, une panoplie de comportements sexuels fondés sur le consentement s’institue, intégrée elle aussi aux processus de re-territorialisation coloniale. Analysons un passage du récit de résidence de Paes Mamede qui permet, par exemple, de comprendre l’importance des rapports de concubinage :

Enquanto o navio seguia em direcção a Moçambique, muito ri eu no beliche, uma noite quando, ao vêr as compras que o meu companheiro fizera na Madeira, deparei com uma luxuosa caixa com meias para mulher.

Umás brancas, outras amarelas e ainda outras azues, enchiam a comprida e elegante caixa. O meu companheiro, calado, deixou que eu troçasse á vontade; e por fim observou:

– A mulher é a companheira do homem, meu caro amigo. Como vou para o interior, onde passarei dois anos, quero que a preta que escolher para companheira, ande bem posta e me cheire um pouco a civilização. (...)

E no entanto ele tinha razão. Ao fim dum mez de sertão, onde também teria de viver dois anos, senti a necessidade do casamento á Pierre Loti, com qualquer *Madame Crisantème* de côr preta e forte carapinha, mas que fôsse geitosa e me agradasse. Descobria-a passado tempo, num “batuque de malucos na cabeça”, a que assisti. (...)

Ainda que o lenço lhe encobrisse parte do rosto, notei que as suas feições eram regulares, bem traçadas. E, enquanto ela se requebra e que o seu corpo tem, por vezes, ondulações de sereia, as outras pretas, em volta, doriadamente cantavam:

– Braímo!... Braímo!...

Era pois, Braímo o preto que a não queria. Pois se ela quizesse ser minha – pensei – havia de tratá-la, com tanto mimo, com tanto carinho, que aquela paixão de certo desapareceria. E experimentei. Ao acaso, sem namoro, sem flirt, nem palavras apaixonadas, ao fim de oito dias chamei o pai. Por meio do preto interprete – o José Bernardo – expuz-lhe o caso. Confessando-lhe a minha simpatia pela filha, fui-o, ao mesmo tempo, informando do dote que lhe destinava.

– Hei-de vêr, hei-de falar. Quero primeiro consultar seu coração, siô.

Voltou no dia seguinte, com resposta favorável. A Idé, a gentil Idé, acceitava. E ainda na tarde desse dia, se fez o “casamento”. Sem cerimonias, nem caleches, nem flores, nem padrinhos ou convidados, compareceu o pai, com a sua tunica branca, acompanhando a filha. Vinha ela macambuzia, sem “flôr de laranjeira”, um ligeiro pano de sarja cobrindo-lhe a nudez. (...)

Um desgosto porém me minava. Idé, a minha “esposa” nem mesmo

com gestos falava. Sem perder o ar carrancudo, duma irritante indiferença – como se eu não existisse – levava a maior parte do tempo a tilintar, uma a uma, as moedas de cobre e prata que eu já lhe tinha dado. Acariciava-as, deliciava-se com o seu som vibrante, ao mesmo tempo que, com a vista, parecia querer devorá-las. Fóra desta exteriorização, a minha agreste “esposa” dava-me, por vezes, a impressão dum animalzinho dificilmente domesticável, refractario ao ensino, eternamente selvagem.

(NCA, 67-71)

Cet extrait, se rapportant à une période aux alentours de 1909, permet d'évaluer l'ampleur des rapports de concubinage au Mozambique dans les premières décennies du XX^e siècle, en particulier hors des villes de Lourenço Marques et Beira³¹. Augusto Cabral dans son récit biographique de « nègre » *Impressões de um prêto*, publié en 1942, rapporte que vers les années 1930 le nombre de couples d'hommes européens et de femmes africaines ou métisses présente des proportions plus réduites que les décennies précédentes³².

³¹Dans son récit de guerre se rapportant aux opérations de la Grande Guerre dans le nord du Mozambique, Carlos Selvagem (1890-1973) qui avait alors le grade d'aspirant, évoque son bref séjour dans chacune de ces deux villes en les décrivant comme des bourgades de taille moyenne ayant un intérêt limité sur le plan culturel et des loisirs. Il se réfère en particulier au « libertinage » de la vie nocturne dans la capitale de la colonie où abondent les bars avec des « Vénus européennes », de toute évidence des prostituées « blanches » (Carlos Selvagem, [pseud. de Carlos Tavares de Andrade Afonso dos Santos], *Tropa d'África*, 4^e éd. (Lisbonne & Paris : Aillaud e Bertrand, 1925 [1919]), 53-54 ; désormais *TA*). Joaquim Paço de Arcos dans sa nouvelle *O samovar* dresse un portrait du quotidien d'une ancienne prostituée russe ayant atteint un certain âge et qui est restée vivre à Beira. Voir : Joaquim Paço de Arcos [pseud. de Joaquim Belford Correia da Silva], « O samovar », *O navio dos mortos e outras novelas* (Lisbonne : Sit, 1952), 183-241.

³²L'administrateur Augusto Cabral, anthropologue autodidacte à ses heures, publie deux bréviaires sur les populations du Mozambique en 1910 et 1925. Il est aussi l'auteur d'un récit de voyage publié en 1932 par la maison d'édition Spartacus, dirigée par le communiste libertaire Campos Lima. Dans *Impressões de um prêto*, Augusto Cabral reprend les principales lignes force des thématiques longuement traitées dans ses récits antérieurs. Une grande partie de ses références se rapporte surtout aux années 1920. Zongusa, un Africain du sud du Mozambique, le protagoniste du roman, se trouve à Lisbonne pour participer, comme élément décoratif à l'Exposition du Monde Portugais de 1940. Lors d'un dialogue à trois avec Salgado, un autre Africain qui se trouve en métropole depuis un certain temps, et avec Tomé un ami Portugais de ce dernier, on trouve les observations suivantes : « Zongusa – Mas branco no África também casa com preta! // Tomé – Casar não é bem o termo. É um arrendamento a longo prazo e não aquisição definitiva e isto mesmo era antigamente, estas alianças estão a desaparecer. // Salgado para Zongusa – Este branco está a falar palavras não pode entender! // Tomé – Então eu vou falar você entender. Você vai-se embora sozinho para a sua terra e deixa cá a sua mulher. Ela não se perde, voltará à sua antiga profissão de criada » (A. Cabral, *Impressões de um prêto* (Lisbonne : e. a. [depositário : Por-

Cependant, le concubinage continue d'être un des aspects qui caractérisent le quotidien colonial au Mozambique, surtout dans le *mato*, dans les années 1940 et largement au-delà comme l'attestent, par exemple, les récits de voyage et de fiction de Rodrigues Júnior³³. En effet, les romans de cet auteur, surtout ceux produits jusqu'au milieu des années 1950 comme *Sebura* (1944), *O branco da Motase* (1952) ou *Calanga* (1955), sont hantés par les conséquences, représentées sous des traits dramatiques, des rapports entre le colonisateur et la femme colonisée de « race inférieure ». Signalons en outre que les régions limitrophes de l'Afrique centrale-australe, comme par exemple la colonie anglaise de la Rhodésie du Nord (actuelle Zambie) ou le Congo belge, présentent à la même période, les décennies de 1920 et de 1930, un contexte analogue de concubinage généralisé³⁴.

L'achat d'une fillette à sa famille pour devenir une partenaire sexuelle pendant une période précise de séjour ou de mission dans un lieu donné de la colonie, paraît être une pratique courante parmi les fonctionnaires administratifs, les militaires ou les cadres des compagnies de plantation ou autres. Les affirmations du candidat colonisateur rencontré sur le bateau avec ses bas de femme, puis l'aisance de la décision de Paes Mamede de prendre une femme africaine comme concubine un mois après son arrivée en Afrique sont très explicites. L'attitude des deux hommes et leurs propos, reproduits

tugália], 1942), 100-101 ; désormais *IP*). Le personnage de Tomé est de toute évidence construit comme un *alter ego* de l'auteur, assumant un rôle d'énonciateur consensuel du discours africaniste. La construction du personnage de Salgado comme marié à une femme blanche, fait invraisemblable à cette période, a un rôle de garant du discours énoncé par Tomé et renforce ainsi son autorité. Le mariage avec une Européenne pourrait éventuellement questionner la position subalterne du colonisé qui sort, au contraire, renforcée par cette alliance avec une *criada de servir*, c'est-à-dire une femme occupant une des positions les plus basses de l'échelle sociale.

³³Après avoir été proche de la revue de la gauche républicaine *Seara Nova* au Portugal, le journaliste Manuel Rodrigues Júnior (1902-1991), établi au Mozambique dès les années 1930, va devenir l'épigone de la rhétorique populiste du fascisme impérial dans la colonie entre les années 1940 et l'indépendance. Il est l'auteur de nombreux recueils de chroniques et de récits de voyage, ayant aussi publié cinq romans et un recueil de contes entre 1944 et 1977.

³⁴Sur le concubinage et surtout les rapports avec les travailleurs domestiques, pendant la période située entre 1900 et 1985, dans l'actuelle Zambie, voir : Karen Tranberg Hansen, *Distant Companions. Servants and Employers in Zambia. 1900-1985* (Ithaca : Cornell University Press, 1989). Sur le Congo belge voir par exemple le roman *Le Blanc à lunettes* de George Simenon : G. Simenon, *Le Blanc à lunettes* (Paris : Gallimard, 2004 [1938]).

comme étant tout à fait anodins, attestent de l'acceptation générale des rapports de concubinage hors des deux principaux centres urbains. Remarquons le fétichisme des bas aux différentes couleurs, emportés en Afrique comme signe de « civilisation ». Paes Mamede tient à préciser que Idé est achetée avec son consentement car son père va d'abord « consulter le cœur » de la jeune femme. Cependant, la pression de la terreur sexuelle qui sévit dans toute la colonie en cette période de conquêtes et le poids de la marchandisation des rapports amoureux et de la sexualité sont évidents. Cet aspect du désir colonial est évoqué par exemple dans le récit de guerre de Carlos Selvagem qui décrit le contexte de la relation sexuelle marchandisée de l'auteur avec une fillette swahilie de quinze ou seize ans au « petit museau de macaque », « petit animal sauvage » qui « a dans les gestes et dans le sang l'intuition innée de toutes les lascives » (*TA*, 106). L'épisode, qui a lieu dans le campement militaire de Palma durant les opérations de la Grande Guerre, est l'occasion d'une longue digression de l'auteur sur la décadence de la « race » causée par les rapports avec les femmes colonisées³⁵. La fracture introduite dans les lignes de mort, tant de la conquête que de la re-territorialisation, par le désir colonial était déjà, au tournant du siècle, l'un des principaux motifs de préoccupation de António Enes, le stratège de la conquête du sud de la colonie³⁶. Cardoso Mirão dans son récit de guerre *Kináni?*, présenté au concours colonial de 1936³⁷, fait lui aussi référence à une fillette achetée à son père pour deux livres, en 1917, par un jeune lieutenant dans un village près du fleuve Milange où les troupes sont stationnées³⁸. L'officier brûle d'envie d'assouvir ses pulsions sexuelles et Cardoso Mirão ne peut s'em-

³⁵Cet épisode s'intègre aussi dans une des principales lignes narratives qui structurent le récit, constituée par les nombreuses digressions de Selvagem sur la double dimension (biologique et historique) et la nature « aryenne » de la « race portugaise », concept dont l'auteur précisera les contours dans une conférence prononcée en 1925 sur la « littérature d'ambiance exotique » (Carlos Selvagem, « Literatura portuguesa de ambiente exótico », *Boletim da Agência Geral das Colónias*, 2 (8) (02/1926) : 3-16.). Dans *Tropa d'África*, nous trouvons en effet de nombreuses autres digressions modulées par le discours stéréotypique raciste sur l'animalité des Africains ou sur la « canaille rampante » des « ignobles et immondes » Asiatiques (*TA*, 88-94).

³⁶Voir : António Enes, *Moçambique : Relatório apresentado ao governo*, 3^e éd. (Lisbonne : Agência Geral das Colónias, 1945 [1893]), 192-195.

³⁷Cardoso Mirão a présenté un manuscrit. Le récit ne sera publié que récemment, en 2001 : Cardoso Mirão, *Kináni? (Quem vive?)* (Lisbonne : Horizonte, 2001 [écrit : 1936]).

pêcher de manifester sa jalousie car lui-aussi serait prêt à s'acheter une *pretinha* s'il en avait les moyens : « Sozinho, a um canto da sala desabrigada e nua, sobre as tristes palhas de algum capim, a tiritar de frio e a cabeça em brasa, naquela noite, confesso, queria ser um negro, animal ou fera... // E roído de inveja pelo tenente, não preguei olho a pensar na pretinha »³⁹. C. Selvagem rapporte que la plupart des officiers portugais dans les campements ont des concubines : « ... no nosso desprezo dos pudores da raça – espécie de inconsciência pelos superiores instintos de defesa do nosso sangue ariano » (*TA*, 106-107). À leur tour, les sergents António de Cértima et Simões Alberto mentionnent les fréquentes orgies des officiers⁴⁰ avec les jeunes femmes colonisées (sûrement des adolescentes), désignées de « femelles de couleur » ou encore de *femeção bravo*⁴¹.

Les rapports sur le plan affectif entre Paes Mamede et Idé sont désastreux. Le sergent évoque une scène où il emmène sa « Madame Chrysanthème » regarder un coucher de soleil près de leur résidence à Alto da Mochelia sur la baie de Mocambo. La réaction de la fille devant la joie de l'homme européen, ébloui par ce paysage qu'il considère comme magnifique, est de faire un signe avec son index sur le front en riant. En réalité, Paes Mamede veut signifier l'infériorité morale de la fille, sous-entendant que l'absence de critère esthétique ou de goût ne lui permet pas d'apprécier la beauté de la nature. Pour lui, Idé n'est qu'une sorte de « petit animal difficilement domesticable », une créature « rude » et « réfractaire à l'apprentissage » qui restera « éternellement sauvage ». Elle n'éprouve aucun sentiment de tendresse pour cet « époux » qui lui est imposé par l'argent et la position d'autorité du colonisateur. Dans le contexte de terreur sexuelle et de domination politique totale, le père de Idé pourrait difficilement refuser

³⁸Cardoso Mirão observe à propos de la transaction : « Então, no acto de posse, põe as duas libras reluzentes na palma esbranquiçada e rugosa do velho, por direito único senhor da família, agarra na criança, embrulha-a num pano, e traz o pacote para casa » (Mirão, *Kináni?*, 53).

³⁹Mirão, *Kináni?*, 54.

⁴⁰António de Cértima, *Épopeia maldita. O drama da guerra de África*, 3^o milhar (Lisbonne : e. a., 1925 [1924]), 234.

⁴¹Manuel Simões Alberto, *Condenados. A Grande Guerra vivida às portas do degredo* (Aveiro, e. a., 1933), 40 ; désormais C.

sa fille au représentant de l'autorité coloniale. D'un autre côté, le pouvoir politique et économique passe aussi par la circulation généralisée des flux de capital et les colonisés se trouvent désormais re-territorialisés entre autre par la marchandisation des rapports sociaux. Le statut de concubine, fondé sur une forme de servitude sexuelle et sur la monétarisation du lien marital, n'est souvent intériorisé par les filles qu'au moyen de l'évaluation constante de leur prix par elles-mêmes, et dont la fixation de Idé sur les pièces données par Paes Mamede constitue l'expression la plus directe. La focalisation de la concubine sur les biens ou sur l'argent mis à sa disposition par le conjoint européen résulte de cette condition initiale d'objet acheté et très souvent échangé.

La sociabilité des colonisateurs entre eux, dans des endroits relativement reculés comme le Alto da Mochelia, paraît exclure les concubines comme le laisse entendre ce passage du récit de Paes Mamede :

Vi-a de relance, ao chegar. Depois, seguiram-se mezes, sem que a tor-nasse a ver. É que o M'cunha Arame, sabendo o que possuía, fechava-a, ciumento, como joia preciosa que não quisesse perder.

– Então a sua dama, M'cunha?...

– Sempre doente... sempre doente...

O acaso proporcionou-me, porem, ocasião de mais uma vez a ver, lustrosa, anafada, cheia de saude.

A povoação de Lunga fica do outro lado da baía, na direção do sul. A casa branca do posto avista-se, lá ao longe, rente á baía, como uma pequena nevoa alvacenta a desprender-se da agua.

Uma tarde, um preto dali chegou, portador de duas cartas, uma para mim, outra para o M'cunha Arame. Eramos convidados para o jantar de anos que o comandante de Lunga, no dia seguinte, fazia.

Não tardou que o M'cunha Arame, descesse a ladeira, com o seu fato branco muito engomado, e todo pachorrento, como era seu costume.

Com surpresa noto que ia acompanhado da preta, a sua “meliana”, como por vezes lhe chamava. Era, porem, natural. Aquele ciume, inquietante, jamais podia admitir que a beldade ficasse sosinha, sem vigilancia, e para ali entregue á vontade e á forte cobiça dos outros.

Aproximam-se. E, enquanto ele me apresentava desculpas pela liberdade daquela companhia, baixava ela os olhos, timida, com receio de tempes-tade na alma do M'cunha. (...)

Enquanto por uma larga campanula, de bocarra aberta [o gramofone],
safam os sons berrantes de arias e canções, pretas guapas, garridamente vestidas,
em volta da meza, sorridamente serviam.

Com elas grupara a “meliana” ...

(NCA, 123-127)

Dans ce cas, indiqué comme exceptionnel, de participation d'une femme africaine à une fête au caractère non-sexuel d'hommes européens, l'auteur tient à préciser que la présence de la concubine est motivée par l'extrême jalousie du télégraphiste portugais, connu sous le sobriquet africain de M'cunha Arame. Sa femme étant très belle il ne fait confiance à personne et encore moins à la *meliana* elle-même ; mais ici se pose plutôt la question de savoir si la jeune femme aurait la possibilité de résister au pouvoir d'un autre homme européen qui l'assaillirait en l'absence de son concubin. Le télégraphiste a probablement des raisons de se méfier mais apparemment pas des autres colonisateurs. Paes Mamede raconte que, pendant la fête, la femme se trouve pratiquement tout le temps absente de la table, en compagnie des domestiques du commandant du poste de Lunga qui fête son anniversaire. Elle finit par s'enfuir avec le boy du commandant du poste, lui causant un grand chagrin car il s'agissait d'un « moleque ... muito esperto, trabalhador e honrado » (NCA, 133), mais surtout à M'cunha Arame qui demande désespérément qu'on lui amène sa *meliana* menottée, si jamais on la trouve.

Les fêtes des hommes européens sans femme « blanche » devaient ressembler à celle décrite dans la nouvelle *Calvário de uma alma ruim* de Campos Monteiro Filho, qui se passe à Quelimane dans la deuxième moitié des années 1920⁴². Les colons se déplacent en *machila* (litière) et nous sommes

⁴²Campos Monteiro Filho (nom de plume de Germano Coutinho de Campos Monteiro, 1897-1939), diplômé en médecine, en 1921, à Porto d'où il est originaire, a poursuivi ensuite une carrière comme médecin militaire au Mozambique où il réside pendant cinq ans, surtout à Quelimane, avec des missions à Macao et au Timor oriental. Il rentre au Portugal en 1928 avec le grade de médecin-capitaine. Installé à Porto et spécialisé en médecine tropicale, Campos Monteiro Filho contracte la tuberculose et passe les dernières années de sa vie à lutter contre la maladie. Après la publication du « roman exotique » *Céus de Fogo* en 1933 qui remportera le deuxième prix au VII^e concours de littérature coloniale de cette année, Campos Monteiro Filho publie la nouvelle *Calvário de uma alma ruim*, en 1938, et le recueil *40 graus à sombra*, composé d'une nouvelle et de cinq contes, en 1939, l'année de son décès. Il aurait terminé la nouvelle deux jours à peine avant sa mort. Les cinq contes étaient déjà parus dans des publications périodiques.

informés qu'en ce lieu, il y a très peu de « représentantes blanches du sexe féminin »⁴³. En tout cas, elles ne sont pas de la fête presque exclusivement masculine qui a lieu dans une des *cantinas* pour Européens de l'agglomération. La seule femme présente est la fille métisse du méchant tavernier Má-Cara (Sale gueule), l'héroïne du récit. Il s'agit d'un établissement partagé entre une sorte de salon aménagé à l'anglaise comme un *pub* destiné aux Européens d'un côté, et de l'autre un débit de boissons réservé aux colonisés, au décor rudimentaire et au sol en terre battue. Les fêtards font ce qu'ils peuvent pour s'amuser au prix d'une grande consommation d'alcool :

Começou-se a ouvir o som do gramofone, abafado até então pela barulheira infernal. (...) Os três suíços tinham junto a sua mesa à dos portuguesas e, de mãos enconchadas na boca, à laia de ocarina, começaram a acompanhar também aquele fado-marcha, tornado agora um galope. (...)

O Má Cara, divertido com toda aquela alegria que a distribuição do seu gin viera aumentar ainda, só duas ou três vezes se voltara na cadeira para olhar a filha. (...)

A noite tinha caído. Tinham-se acendido todas as luzes. Um dos portugueses, talvez intencionalmente, propôs um brinde à jovem mestiça. E todos os restantes, entusiasmados com aquele novo pretexto para fazerem mais barulho e beberem mais ainda, concordaram imediatamente.

(CAR, 100-104)

Comme dans tant de fêtes, la sexualité joue là un rôle important malgré l'absence physique de femmes. Beaucoup de colons vivent avec des concubines et, pendant que les esprits s'échauffent grâce à des alcools variés, nous avons des indices qu'à certaines tables les femmes peuvent faire l'objet de paris :

O empregado aduaneiro, vítima habitual daquelas pugnans, berrava que se sentia naquele dia com coragem para ganhar a todos os outros, fosse o que fosse. Entusiasmado, agitando junto de um ouvido o copo com os dados, exclamava :

– Vamos a isto rapazes! Hoje tenho a impressão que lhes vou ganhar as bebidas, os cigarros, os criados e até... as legítimas esposas.

Um dos presentes, – todos aqueles homens eram solteiros ou tinham as mulheres na Europa, – declamou, em tom dramático:

⁴³Campos Monteiro Filho, *Calvário de uma alma ruim : Novela africana* (Porto, Civilização, 1938), 24 ; désormais CAR.

Portuguese Studies Review

PSR

PSR Previews : End of this article's preview



PORTUGUESE STUDIES REVIEW (PSR)

BIBLID | ISSN 1057-1515 print

ONLINE: through EBSCO and Gale/Cengage

JOURNAL HOMEPAGES: <http://www.maproom44.com/psr> (URL permanently valid)

and <http://www.trentu.ca/admin/publications/psr> (URL not valid after 05 June 2020)

© 2014-2019 Portuguese Studies Review and Baywolf Press | All rights reserved

A FNAT/INATEL e as bandas civis em Portugal: meio século de cooperação

Bruno César Pinto Madureira

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Instituto de História Contemporânea – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da

Universidade Nova de Lisboa

Banda de Música da Força Aérea Portuguesa.

Introdução

Desde o segundo quartel do século XX que as bandas civis, também designadas filarmónicas, têm beneficiado de apoios e incentivos de diversa ordem facultados por diferentes organismos, entre os quais destacamos a FNAT / INATEL (Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho / Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres).¹ O presente artigo tem precisamente como propósito estudar, interpretar e expor a ação deste organismo no âmbito do apoio às filarmónicas de Portugal até à década de 1980 e, conseqüentemente, preservar a memória em relação a este objeto de estudo. Fundamentalmente, pretendemos compreender e dar a conhecer o contributo da FNAT / INATEL na formação de maestros, instrumentistas e dirigentes, o apoio concedido para a promoção e divulgação do trabalho artístico das bandas, bem como o esforço dispendido na renovação do repertório musical daqueles agrupamentos e respetivos instrumentos musicais.²

O percurso metodológico contemplou a consulta bibliográfica, a recolha de artigos de imprensa e a investigação em acervos e arquivos. Da análise dos dados recolhidos constatamos um claro empenho por parte da FNAT / INATEL em apoiar as filarmónicas – mediante a atribuição de apoios financeiros e materiais, bem como a organização de iniciativas, eventos e atividades -

¹Com a denominação atual Fundação INATEL, este organismo promove atividades de lazer e ocupação dos tempos livres nas áreas da cultura, desporto e turismo.

²Para compreender a situação do ensino musical na vizinha Espanha durante o franquismo e compreender pontos de encontro com a situação portuguesa vide Maria del Rosario Castañón Rodríguez, “La Educación musical en España durante el franquismo (1939-1975), Diss. doct. (Valladolid: Departamento de Filosofía, 2009).



que se tornou mais significativo nas décadas de 1970 e 1980, um período cujo Setor de Música foi liderado por Manuel da Silva Dionísio,³ uma personalidade referencial na atividade deste organismo.

Essencialmente este artigo tem uma estrutura bipartida, cuja primeira parte diz respeito à génese e aos objetivos iniciais da FNAT, e onde são abordadas algumas ações de apoio às filarmónicas, particularmente, os dois concursos nacionais de bandas organizados. A segunda parte, mais ampla, abrange o período de transição para a designação INATEL e estende-se até finais da década de 1980. São abordadas iniciativas no âmbito da formação de regentes, instrumentistas e diretores de filarmónicas, a criação do Centro de Recuperação de Instrumentos Musicais (CRIM), as iniciativas de promoção e dinamização da atividade das filarmónicas, o plano unificado desenvolvido em conjunto com outros organismos e a promoção do repertório musical para banda.

Génese e objetivo da FNAT

Após a instauração do Estado Novo (1933), em Portugal, foram criados diversos organismos ligados a este regime que, de uma forma ou de outra, tiveram ligações às filarmónicas, designadamente, a FNAT, a Legião Portuguesa (LP) e a Junta Central das Casas do Povo (JCCP). A primeira destas, criada em 13 de junho de 1935 no seguimento dos modelos dos fascismos italiano (*Opera Nazionale del Dopolavoro*) e alemão (*Kraft durch Freude*), teve como principal objetivo promover o “aproveitamento do tempo livre dos trabalhadores portugueses por forma a assegurar-lhes o maior desenvolvimento físico e a elevação do seu nível intelectual e moral”.⁴ Mediante um plano totalizador, este organismo desde cedo pretendeu controlar as associações ao tentar disputar o seu espaço de atuação e a criticar severamente os grupos não filiados nas suas associações regionais, os quais considerava clandestinos. No entanto, refira-se que a influência da FNAT junto das bandas civis, nas suas pri-

³Considerada uma das personalidades mais relevantes na história das bandas de música em Portugal no século XX, Silva Dionísio chefiou a Banda Sinfónica da Guarda Nacional Republicana de 1960 a 1973 e liderou o Setor de Música do INATEL entre 1973 e 1987. Sobre Silva Dionísio ver Bruno Madureira, “Maestro Silva Dionísio: um olhar sobre a sua vida e obra,” *Eurídice: Revista da Banda Sinfónica do Exército* [Queluz: Exército Português] (2012): 38-43.

⁴Decreto-lei nº 25495, de 13 de junho de 1935, consultado em <http://www.legislacao.org/diario-primeira-serie/1935-06-13> [acedido em 05-05-2016].

meiras décadas de existência, não parece ter sido de relevância excepcional, se tivermos em conta o baixo número de associadas e as poucas iniciativas organizadas.

As décadas de 1930 e 1940 foram marcadas pelos frequentes confrontos entre este organismo e a Federação Portuguesa das Coletividades de Cultura e Recreio⁵ (FPCCR). A maior divergência entre ambos era o apertado controlo que a FNAT pretendia exercer sobre as coletividades e sobre a própria FPCCR, o qual não era aceite por esta, que defendia uma independência das coletividades face ao poder político. Segundo José Valente, a FNAT não punha em causa a existência das coletividades e da sua federação, antes preconizava um regime de apertado controle sobre esta estrutura.⁶ De qualquer forma, independentemente de questões de natureza política e ideológica, até meados do século XX a FNAT levou avante iniciativas em prol das bandas civis, embora poucas. Na década de 1930, segundo Valente, no âmbito da primeira edição da Festa do Trabalho, na cidade de Braga, foram convidadas a participar dez bandas de música.⁷ Em 1940, também a Banda de Música do Regimento de Infantaria I, dirigida por Armando Fernandes, participou numa outra iniciativa do regime – o Primeiro Festival de Ginástica Feminina,⁸ seguramente convidada pela entidade organizadora – a FNAT. Porém, no âmbito da promoção da atividade das bandas de música a ação deste organismo parece ter-se ficado por estas duas iniciativas, isto porque, até à década de 1950, não temos conhecimento de quaisquer outras iniciativas.

O facto de os estatutos da FNAT, aprovados em 1950, obrigarem os seus associados a manterem um vínculo de exclusividade, contribuiu para que várias associações fossem impelidas a afastarem-se da FPCCR. Todavia, a evolução do contexto político português conduziu a uma aproximação progressiva entre a FPCCR e o poder vigente, pelo que não é estranha a eleição da

⁵Desde a sua criação, em 1924, este organismo teve várias denominações, ao longo da sua história, até à atual – Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto. A fim de evitar confusões, ao longo deste trabalho a mesma será designada somente por Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio (FPCCR). A opção por esta designação prende-se com o facto de ser a utilizada durante grande parte do período em estudo.

⁶José Valente, *Para a história dos tempos livres em Portugal: da FNAT à INATÉL* (Lisboa: Edições Colibri / INATEL Fundação, 2010), 94.

⁷Valente, *Para a história dos tempos livres*, 58.

⁸Valente, *Para a história dos tempos livres*, 72.

FNAT, em 1959, sócia de mérito da FPCCR.⁹ Dessa forma, a aproximação da FPCCR ao regime implicou que muitas das suas atividades passassem pela participação em iniciativas oficiais do governo, daí não ser surpreendente a colaboração frequente entre a FPCCR e a FNAT, incluindo nos concursos nacionais de bandas de música.

Pese embora os múltiplos problemas que afetaram a atividade e até mesmo a sobrevivência de muitas bandas civis, no decorrer do terceiro quartel do século XX, sobretudo nos seus derradeiros anos, foram levadas a cabo várias atividades no intuito de promover e estimular esses agrupamentos musicais, particularmente os seus membros. Neste período foram realizados concursos de filarmónicas, colóquios e congressos com temáticas relacionadas com as bandas civis, a fim de refletir, debater e procurar respostas e soluções para os seus problemas. Desta forma, podemos constatar que a partir da década de 1960 começou a haver uma certa inquietação com os problemas que assolavam as filarmónicas, manifestada também em diferentes periódicos, relatórios e correspondência de pessoas ligadas a organismos estatais.

Entre os concursos de bandas civis realizados no terceiro quartel do século XX, aqueles que alcançaram maior impacto e abrangência foram os dois certames nacionais organizados pela FNAT entre 1959 e 1971. No primeiro, (I Concurso Nacional de Bandas Civas), realizado entre os anos de 1959 e 1960, inscreveram-se noventa e oito bandas (com um total de 3165 músicos), apesar de vinte delas desistirem na primeira etapa. Entre as inscritas, dezanove fizeram-no na primeira categoria; trinta e uma, na segunda; e quarenta e oito, na terceira. Na primeira eliminatória, as atuações corresponderam a duas peças musicais: uma marcha à escolha dos concorrentes e uma das peças obrigatórias. Para a primeira categoria foi selecionada a *Rapsódia de Cantos Populares do Baixo Alentejo*, do compositor Sousa Morais; para a segunda, *Capricho Varino*, de Silva Marques; e para a terceira, *Rapsódia Ligeira*, de Armando Escóto. Na primeira eliminatória, o Centro Artístico do Pejão venceu a primeira categoria; a Sociedade Musical Vouzelense, a segunda; e a Amizade Visconde de Alcácer, a terceira.¹⁰

⁹Nuno Domingos, “FPCCR,” na *Enciclopédia da música em Portugal no século XX*, ed. Salwa Castelo-Branco (Lisboa: Círculo de Leitores, 2010), 468.

¹⁰Pedro de Freitas, *O primeiro concurso nacional de bandas civis, Madeira e Açores: Belezas de Portugal* (Barreiro: Edição do autor, 1965), 196ss.

Na segunda eliminatória, participaram sessenta bandas e as peças obrigatórias foram *Cavalaria Ligeira*, de Franz Suppé, *Rapsódia Portuguesa*, de Manuel de Figueiredo, e *Rapsódia Hilariana*, de Sousa Morais, para a primeira, segunda e terceira categoria, respetivamente. Além da peça obrigatória, as bandas interpretaram uma obra à sua escolha. A segunda eliminatória foi vencida novamente pelo Centro Artístico do Pejão, na primeira categoria; pela Sociedade Filarmónica de Pêro Pinheiro, na segunda; e pela Sociedade Filarmónica Visconde de Alcácer, na terceira.¹¹

A final do concurso foi disputada, em Lisboa, entre as três primeiras classificadas de cada uma das três categorias apuradas na segunda eliminatória, ou seja, disputaram a final nove bandas. O júri da final foi constituído por Joaquim Silva Pereira, Marcos Romão, Duarte Pestana, Silva Dionísio, Humberto d'Ávila (FPCCR), Manuel Branco (FNAT) e Eduardo Loureiro (Emisora Nacional). Na avaliação das bandas cada um dos elementos do júri deveria ter em atenção os seguintes aspetos: execução; ritmo; afinação; equilíbrio e timbre. A cada um destes itens, seria dada uma pontuação entre um e nove pontos. Além de uma peça à escolha, as bandas da primeira categoria interpretaram a abertura solene *1812*, de Tchaikowsky; *Uvas do Douro*, de Duarte Pestana, para bandas da segunda categoria; e *Suite Portuguesa*, de Ruy Coelho, para bandas da terceira categoria. As bandas da primeira categoria interpretaram também uma obra à primeira vista. A terceira categoria foi vencida pela Banda Visconde de Alcácer, seguido da Unânime Praiense e da congénere de Vila do Conde. Na segunda categoria venceu a Banda da Quinta do Anjo, seguido das bandas de Pêro Pinheiro e Amizade de Aveiro. Na primeira categoria venceu o Centro Artístico do Pejão, a Banda de Revelhe de Fafe ficou em segundo lugar, e a Banda da CUF, do Barreiro, em terceiro.¹² Além dos prémios principais, a FNAT atribuiu prémios de mérito às bandas com melhor classificação que não passaram à final. Paralelamente ao concurso foi realizado em Lisboa um desfile das bandas finalistas, bem como diversos concertos musicais em jardins e praças da cidade, o que pode ser visto como um complemento à divulgação *bandística* proporcionada pelo concurso.

¹¹Freitas, *O primeiro concurso*, 246ss.

¹²Freitas, *O primeiro concurso*, 261ss.

Entre os anos de 1968 e 1971 realizou-se o II Grande Concurso Nacional de Bandas de Música Cívica, o qual teve dois objetivos principais, designadamente, “estimular nas classes trabalhadoras o gosto por este género de atividade musical tão rico como elemento de cultura e recreio, e incentivar as próprias bandas filarmónicas”. Este evento estimulou também a aquisição de certos equipamentos, nomeadamente novos fardamentos, para uma melhor apresentação visual. As bandas concorrentes foram agrupadas em três séries, consoante a respetiva zona geográfica: Série A: Açores e Madeira (com provas realizadas em 1968); Série B: zona sul do continente (1969); e Série C: zona norte do continente (1970). Realizou-se ainda uma série D, correspondente à final, que se disputou em 1971, em Lisboa.¹³ O júri de classificação foi presidido pelo Cônego José Augusto Alegria e secretariado por Pedro de Freitas. Os restantes membros foram os maestros Armando Escôto, Silva Dionísio, José Pinto Rodrigues, Marcos Romão Júnior, Homero Apolinário e Duarte Pestana.¹⁴

As bandas foram agrupadas em três categorias, consoante o número mínimo de executantes (33, 27 ou 19 músicos) e em todas as séries realizaram-se duas eliminatórias. Na primeira categoria, apenas as primeiras quatro bandas classificadas transitaram para a segunda eliminatória. Na segunda e terceira categoria, transitaram para a segunda eliminatória as seis bandas melhor classificadas, em cada uma das categorias. Nas primeiras duas eliminatórias, parte do repertório interpretado era de livre escolha das bandas participantes e o restante era composto por obras de carácter obrigatório, consoante a categoria a que concorriam as bandas, nomeadamente, *Arco-íris* e *Breve fantasia*, ambas de Duarte Pestana, *Rapsódia Popular*, de Filipe da Silva ou *Homenagem a Braga*, de Sousa Morais. Para a final foi estipulado o seguinte repertório musical: Uma marcha selecionada pela FNAT e *Rapsódia Hilariana*, de Sousa Morais, para as bandas da terceira categoria; *Cartaya em Festa*, de Pedro de Freitas, e *Rapsódia Popular*, de Filipe da Silva, para as bandas da segunda categoria; *Arco-íris* e *Angola é Nossa*, ambas de Duarte Pestana, para as bandas da primeira categoria.¹⁵ A Banda de Música da Trofa e a Banda de

¹³II Grande Concurso Nacional de Bandas de Música Cívica (1968-1971) – Regulamento (Lisboa: FNAT, 1968), 5.

¹⁴Valente, *Para a história dos tempos livres*, 200.

¹⁵II Grande Concurso Nacional de Bandas, 6ss. Para representar a viabilização deste concurso, o compositor Pedro de Freitas compôs a marcha *O Concurso*, que foi de interpretação

Revelhe (Fafe) foram as duas bandas vencedoras *ex-aequo* na primeira categoria. Paralelamente ao concurso, tal como na primeira edição, foram organizados concertos populares em diversos jardins lisboetas, bem como um desfile no centro de Lisboa.

A constatação das obras musicais interpretadas em ambos os concursos, nomeadamente as de carácter obrigatório, permite-nos tirar algumas conclusões relativamente à tipologia de reportório habitualmente interpretado por estes agrupamentos musicais. Consistia fundamentalmente em transcrições de obras orquestrais (aberturas, poemas sinfónicos e seleções de ópera ou zarzuela), bem como marchas, fantasias e rapsódias. As peças de carácter dançante (valsas, polcas, etc.), embora não estejam incluídas nas peças obrigatórias, certamente integraram o reportório opcional de algumas bandas, face à popularidade destes géneros na época. O destaque dado ao reportório de autores portugueses é merecedor de relevo. Na primeira edição do concurso, somente uma das nove peças impostas pela organização, não foi de um autor português. Na segunda edição do concurso a predileção pela música portuguesa, por parte da organização, foi total: as nove peças obrigatórias eram de compositores lusos. Sousa Morais e Duarte Pestana foram os compositores mais interpretados. Em termos de promoção e divulgação da atividade artística das bandas civis, nomeadamente do reportório musical, além da obrigatoriedade de interpretação de reportório de autores portugueses nos concursos que organizou, sabemos que a FNAT disponibilizou gratuitamente algum reportório de compositores lusos às filarmónicas que o solicitassem. Todavia, somente com o regime democrático foram tomadas medidas mais consistentes para a renovação do reportório das bandas, tais como, concursos de composição ou encomendas a compositores.

Ainda no âmbito da promoção da atividade *bandística*, a partir do ano de 1964 a FNAT fomentou a iniciativa Concertos Dominicais, inicialmente apenas com a participação da Banda Sinfónica da Guarda Nacional Republicana (BSG NR) e, posteriormente, a partir dos anos de 1970, com as restantes bandas profissionais. Os concertos, realizados no Teatro da Trindade – proprieda-

obrigatória para as bandas da 3ª categoria. Segundo Susana Barrote, este compositor foi o grande responsável pela iniciativa, desenvolvimento e consolidação das ideias dos concursos nacionais para bandas filarmónicas. Cf. Susana de Brito Barrote, “Pedro de Freitas: a vida e a obra de um escritor e musicógrafo nacionalista”, PhD Diss. (Universidade de Salamanca, 2010), 347ss.

de do INATEL, decorriam nas manhãs de domingo, entre os meses de dezembro e maio, sendo que cada banda efetuava um, dois ou três concertos por ano. Esta iniciativa de promoção e divulgação artística, terminada em definitivo no ano de 2001, era amplamente motivadora para as bandas envolvidas – as quais se empenhavam especialmente em realizar um bom concerto – e contava com a presença assídua de inúmeras personalidades da vida musical lisboeta, como Francine Bênoit, Silva Dionísio ou Joly Braga Santos.

Por volta de 1982 diversas bandas civis foram incluídas nesta iniciativa, anteriormente reservada às congêneres militares e militarizadas. Segundo Tomaz Ribas, entre os anos de 1981 e 1989 o Teatro da Trindade teve uma atividade particularmente diversificada, isto porque, uma parte significativa dos espetáculos foi iniciativa de outras entidades a quem o INATEL cedeu esse espaço. Realizaram-se, entre muitos outros espetáculos, 102 concertos por vinte bandas militares e civis e ainda um concerto de banda e coro.¹⁶ Um número tão elevado de concertos de bandas sugere-nos que a atuação desses agrupamentos não se limitou à iniciativa Concertos Dominicais, sendo plausível a atuação de bandas no Teatro da Trindade noutros eventos performativos, nomeadamente naqueles organizados por outras entidades.

Noutro âmbito, a partir do ano de 1972, a FNAT estimulou anualmente o Curso de Aperfeiçoamento de Regentes Amadores de Bandas Civis, onde algumas centenas de regentes amadores, durante cerca de um mês, colheram ensinamentos – teóricos e práticos – que seguramente se refletiram, posteriormente, nos agrupamentos musicais que dirigiam. Ao longo das várias edições deste curso, com a coordenação de Manuel da Silva Dionísio, os alunos eram igualmente estimulados a compor música para banda. Os cursos de regência eram lecionados por Silva Dionísio e por outros maestros profissionais indicados ou sugeridos por este maestro, tais como, Matos Simões, Ferreira da Silva, Homero Apolinário ou Dimas Barrocoso. Paralelamente, em dezembro de 1973, o Setor Cultural da FNAT elaborou um programa assistencial “de grande envergadura” (música, teatro e artes plásticas) para a realização de cursos de iniciação artística nas Casas do Povo, Centros de Alegria no Trabalho e Centros Recreativos Populares. Porém, apesar da concordância do Diretor, o mesmo não avançou.¹⁷

¹⁶Tomaz Ribas, *O Teatro da Trindade – 125 anos de vida* (Porto: Lello & Irmão Editores, 1993), 79-80.

Finalmente, no terceiro quartel do século XX foram elaboradas diversas obras, de caráter técnico, relacionadas com bandas de música. Neste âmbito merece destaque uma obra editada em 1972 pela FNAT/INATEL e de autoria de Manuel da Silva Dionísio – *Manual de Música* – destinada a servir de guia técnico nos Cursos de Aperfeiçoamento de Regentes Amadores de Bandas de Música Cívica. Esta obra está dividida em 3 partes: a primeira é dedicada à teoria geral da música; na segunda parte, o autor aborda questões ligadas à instrumentação, à direção de banda e à interpretação; finalmente, a terceira parte, é dedicada ao estudo da harmonia e das suas regras fundamentais. Este livro foi um sucessor de *Téoria Geral da Música, Instrumentação e Harmonia: Curso de Aperfeiçoamento para Regentes de Bandas Cívicas*, do mesmo autor e editado em 1962 pela Fundação Calouste Gulbenkian, uma vez que os conteúdos são basicamente os mesmos.

Da FNAT ao INATEL

Pese embora a persistência de alguns problemas, após a revolução democrática de 25 de abril de 1974 uma conjugação de fatores contribuiu para a revitalização da música amadora em Portugal e das filarmónicas em particular. Nesse âmbito destacamos a maior disponibilidade de recursos humanos a fim de integrar as bandas cívicas, a progressiva melhoria da situação financeira e consequente capacidade para renovação de instrumentos musicais e instalações e a melhor preparação musical dos regentes e instrumentistas. Todavia, esse florescimento *bandístico* apenas foi possível com a ação de diversas personalidades suportadas por instituições públicas ou privadas, entre as quais destacamos a Secretaria de Estado da Cultura (SEC),¹⁷ a FCG, a FPC-CR, o Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis (FAOJ), a Associação Portuguesa de Educação Musical (APEM) e, destacadamente, o INATEL.

O período mediado entre a revolução democrática e o ano de 1979 ficou marcado por uma série de indefinições neste último organismo, em paralelo com um certo desfasamento temporal em relação ao regime democrático.

¹⁷Fundo Documental da Banda Sinfónica da GNR, Espólio Silva Dionísio, Envelope CEI, Silva Dionísio, “Carta a um Tenente-Coronel”, Lisboa, II-06-1974.

¹⁸No âmbito das siglas SEC incluímos também outras denominações para o organismo estatal responsável pela tutela da Cultura, alteradas em função da orgânica dos sucessivos governos, nomeadamente, a Secretaria de Estado de Informação e Turismo, a Secretaria de Estado da Comunicação Social ou a Direção-geral de Ação Cultural (DGAC).

Por exemplo, a denominação INATEL só sucedeu à anterior FNAT um ano após a revolução de abril e os novos estatutos foram aprovados somente em finais de 1979. Não obstante, logo em outubro de 1974 a Direção da FNAT foi substituída por uma Comissão Administrativa, a que se juntou uma Comissão de Reestruturação três meses depois e ainda uma Comissão de Trabalhadores. Estas indefinições não parecem ter afetado especialmente a ação do organismo, pelo menos no âmbito cultural, pois foi na década de 1970 que se multiplicaram as iniciativas e projetos de apoio aos grupos musicais amadores, em especial às filarmónicas.

À exceção dos dois concursos nacionais de bandas civis organizados entre 1959 e 1971, até à década de setenta a FNAT / INATEL teve uma ação relativamente discreta ao nível do apoio material e promoção da atividade das bandas civis. A partir desse decénio, o papel deste organismo tornou-se preponderante nesse âmbito, particularmente, no período cujo Setor de Música foi chefiado pelo maestro Silva Dionísio – de 1973 até 1987.¹⁹ Através de Silva Dionísio, a FNAT / INATEL elaborou planos anuais de apoio às bandas, nomeadamente ao nível da distribuição de instrumentos e reportório musical, bem como de subsídios que atingiram vários milhões de escudos. Como referiu Neves Dias, em 1984, “no panorama musical em geral, no que respeita a incentivos para a valorização das filarmónicas e renovação dos reportórios, refira-se a atividade do INATEL (...)”.²⁰ Igualmente, Nuno Domingos considera que, no início dos anos de 1970, a FNAT reorganizou a ação que vinha há algum tempo exercendo em torno da atividade das filarmónicas, dos coros, das tunas e de outros agrupamentos musicais. Este autor confirma que o ingresso de Silva Dionísio no Setor Musical da instituição, em 1973, deu um novo impulso a essas realizações.²¹

Além dos cursos de formação para regentes de banda já mencionados, o INATEL organizou Cursos de Férias para Jovens Músicos, paralelamente a outras atividades de formação, incluindo para diretores de bandas, organi-

¹⁹Silva Dionísio substituiu o musicógrafo Pedro de Freitas, o qual foi nomeado orientador musical da FNAT em 1959, mas somente em 1963 ingressou nos quadros deste organismo.

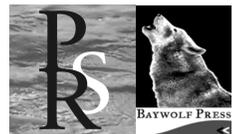
²⁰Neves Dias, “No curso de regentes do INATEL: bandas e filarmónicas lutam pela sobrevivência,” *Diário de Notícias*, 12 de Dezembro, 1984, 22.

²¹Nuno Domingos, “INATEL,” em *Enciclopédia da música em Portugal no século XX*, ed. Salwa Castelo-Branco, (Lisboa: Círculo de Leitores, 2010), 631.

Portuguese Studies Review

PSR

PSR Previews : End of this article's preview



PORTUGUESE STUDIES REVIEW (PSR)

BIBLID | ISSN 1057-1515 print

ONLINE: through EBSCO and Gale/Cengage

JOURNAL HOMEPAGES: <http://www.maproom44.com/psr> (URL permanently valid)

and <http://www.trentu.ca/admin/publications/psr> (URL not valid after 05 June 2020)

© 2014-2019 Portuguese Studies Review and Baywolf Press | All rights reserved

A trajetória político-institucional da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro: da crítica velada à repulsa ao Salazarismo (1930-1939)

Marcello Felisberto Moraes de Assunção
Universidade Federal de Goiás

Introdução

A Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, fundada em 22 de Maio de 1930, na qual emerge o boletim, foi a única associação dedicada exclusivamente à propaganda colonial portuguesa no Brasil. Sua sede localizava-se em um edifício na Treze de Maio, na antiga capital federal¹. Teve como símbolo o escudo de oito castelos, representando as diversas colônias. Seu lema, enunciado em todos editoriais introdutórios do *Boletim*, era o “Pela raça, pela língua”, como fica explícito em seus estatutos, publicados em 1934, no seu último artigo:

Art. 42.º - A sociedade adopta para seu uso as seguintes insígnias:

a) emblema alegórico aos fins da Sociedade constando de um escudo, tendo ao centro um outro menor com as quinas tradicionais do escudo português, cercado por oito castelos, simbolizando as oito províncias portuguesas: - Índia, Angola, Moçambique, Timor, Macau, Cabo-Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe, e com a legenda PELA RAÇA, PELA LÍNGUA².

No artigo 1º dos seus estatutos, proclamava o seu objetivo fundamental enquanto organização da sociedade civil “fazer a propaganda do panlusitanismo e bem assim tornar conhecidas as províncias ultramarinas portuguesas (...)”³. No artigo 2º são expressas as formas de alcançar o doutrinamento panlusitano:

¹*Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* [Rio de Janeiro: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro] 8 (1934): 253.

²*Estatutos da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro: Edições Pan-lusas, 1934), 21.

³*Estatutos da Sociedade Luso-Africana*, 3.



- a) realizando reuniões de carácter científico, literário ou simplesmente recreativo;
- b) promovendo e entretendo correspondências com as autoridades e estações oficiais portuguesas da metrópole e das possessões ultramarinas;
- c) criando biblioteca e uma exposição de produtos das possessões portuguesas;
- d) publicando um boletim ou uma revista que corresponda aos fins da Sociedade e torne conhecidos os seus trabalhos⁴.

Os sócios da Sociedade deveriam pagar uma quantia mínima para se manterem no quadro que variava de acordo com dez categorias (não há os valores de todos): Ativos (cinco mil réis), Protetores (dez mil réis), Vitalícios (300 mil réis), Benfeitores, Beneméritos, Cooperadores, Honorários, Auxiliares, Correspondentes e Delegados⁵. Estes quadros, em diversos níveis, para manterem-se na instituição, tinham o dever de participar das assembleias gerais e aceitar os cargos que fossem decididos pelo voto dos sócios. Detinham também o direito de frequentar as salas de leitura, propor a entrada de novos sócios e de participar dos atos festivos da Sociedade⁶.

Além dos membros associados, a Sociedade era composta por um quadro administrativo permanente: Presidente, Vice-Presidente, 1.º Secretário, 2.º Secretário, 1.º Bibliotecário, 2.º Bibliotecário e o Tesoureiro, eleitos pela assembleia geral em todo 10 de Janeiro⁷. Em uma dessas assembleias (não há uma data específica), Norton de Matos e Nuno Simões foram escolhidos para serem os patronos da Sociedade. Entre os seus quadros administrativos, contavam com uma grande maioria de republicanos, que se engajavam, em diversos níveis, fora e dentro da Sociedade, contra o discurso salazarista para a colônia portuguesa do Rio de Janeiro. Entre eles, podemos citar o caso de Eugenio Martins, diretor do Portugal Republicano, o único jornal a fazer a oposição acirrada ao regime nos anos 30, e de Antônio de Sousa Amorim (1.º Secretário e diretor do boletim), colaborador neste mesmo jornal.

Além destes, podemos citar também os republicanos Ricardo Severo e o recém exilado político Sarmiento Pimentel, Augusto Casimiro e o próprio

⁴*Estatutos da Sociedade Luso-Africana*, 4.

⁵*Estatutos da Sociedade Luso-Africana*, 6.

⁶*Estatutos da Sociedade Luso-Africana*, p.7.

⁷*Estatutos da Sociedade Luso-Africana*, 9.

patrono da Sociedade em Portugal, Norton de Matos, como casos emblemáticos de quadros da Sociedade que faziam parte da oposição ativa contra o salazarismo. Todavia, não iremos tratar, neste momento, especificamente da oposição realizada por eles, pois deixaremos a questão para os próximos subtópicos. A Sociedade também passou a ter, a partir de 1934, um espaço de dez minutos no programa “Horas Portuguesas” da Emissora Nacional, alguns dos quais seriam publicados no *Boletim* da Sociedade. Em 1936, organizaram a Semana do Ultramar em um dos pavilhões das Feiras Internacionais de Amostras.

Além disso, organizavam festividades anuais para comemorar os aniversários da Sociedade, onde geralmente eram realizadas falas e debates sobre questões coloniais – uma parte delas será analisada logo à frente. Comemoravam também datas importantes para a história do colonialismo português, como era o caso do dia da Restauração de Angola por Salvador Correia de Sá. A Sociedade criou um selo editorial em 1936, as “Publicações Pan-Lusas”, publicando dois livros, a saber: a *Cartilha colonial* de Augusto Casimiro⁸ e *O fundador do Império Luso no Oriente*, de Manuel António Ferreira⁹, ambos publicados no mesmo ano da criação do selo.

No entanto, a despeito destas diversas práticas institucionais, foi no *Boletim* que a Sociedade Luso-Africana teve seu principal canal de diálogo com a colônia portuguesa no Brasil (nomeadamente do Rio de Janeiro), com os brasileiros e, também, com uma grande rede de militares “colonialistas” na metrópole e colônias que colaboravam intensivamente com o *Boletim*. O *Boletim* da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro emergiu em 1931 como órgão da referida Sociedade, publicado pela Gráfica de Casa Vilas Boas.

Nas suas diversas capas, apresentava os elementos do já referido escudo de oito castelos, simbolizando sua adesão à visão panlusitana a qual a sociedade almejava. O *Boletim* foi fundamental para a difusão do ideário da Sociedade, mas também para a sua própria sobrevivência financeira – apesar de que nos últimos anos houve uma crise financeira, causada pela perseguição salazarista à instituição e consequente afastamento da “colônia oficial”. A despeito de ser distribuído gratuitamente – reproduzia a frase de Teófilo Braga: “As ideias não se vendem, dão-se” em todos os volumes –, do primeiro ao

⁸ Augusto Casimiro, *Cartilha colonial* (Rio de Janeiro: Edições Panlusitanas, 1936).

⁹ Manuel António Ferreira, *O fundador do Império luso no oriente* (Rio de Janeiro: Edições Panlusitanas, 1936).

último número, os responsáveis pelo *Boletim* angariavam diversas doações e inscrições de novos membros em decorrência da sua imensa rede de contatos. Além disso, também ganhavam recursos com a reprodução de propagandas de produtos brasileiros, portugueses e marcas coloniais de Angola e Moçambique.

Em seu primeiro número, foram publicados os principais propósitos, da Sociedade e do *Boletim*, em forma de três fases distintas. Na primeira fase, a publicação aponta três grandes objetivos em torno do sentido institucional de uma associação colonialista voltada para a intervenção cultural na sociedade civil brasileira, metropolitana e colonial em sua afirmação do ideário “panluso”:

1º – Despertar entre os portugueses da América e entre os seus irmãos brasileiros, o interesse pela vida das colônias portuguesas: a) divulgar as produções intelectuais em torno das questões coloniais e do mundo lusófono; b) transcrição das notícias e artigos da Sociedade no *Boletim* da mesma (fotografias); c) promover artigos de propaganda pan-lusa; d) reuniões de discussão literária e científica sobre o mundo.

2º – Orientar esforços no sentido de ir criando entre a opinião pública brasileira uma atmosfera de carinho e simpatia para com os que habitam as nossas colônias, e para que os brasileiros se vão a pouco habituando considerar realmente como seus irmãos esses outros ramos da raça lusónia de tal maneira que esses filhos mais novos do panlusanismo se encontrem, de futuro, fortalecidos pela ideia de que atrás deles se encontra a sombra protetora deste seu grande irmão mais velho, desta grande nação pan-lusa que é o Brasil, e que este, por sua vez se sinta impelido a proteger os seus irmãos mais novos contra alguma tentativa de agressão ou espoliação, por parte de qualquer outra nação. Em resumo: A Sociedade Luso-Africana esforçar-se-á tanto quanto lhe for possível, por defender, animar e propagar os ideais lusitanos, visando com isto não só a Metrópole e os atuais núcleos lusófonos do Brasil e da Índia, como também os núcleos de Angola, Moçambique, Timor, etc., ainda presentemente em formação

3º – Bater-se pela criação, em tempo oportuno, de uma linha de navegação com viagens triangulares – Lisboa-Rio-Angola-Lisboa – e, se possível, estendido o lado africano do triângulo até Lourenço Marques. Linha sem finalidades comerciais imediatas, terá por objetivo facilitar o intercâmbio entre o Brasil e as nossas colônias, sob o patrocínio do pavilhão português¹⁰.

¹⁰*Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* 1 (1931): 30.

Na sua segunda fase, quando a Sociedade já tivesse angariado recursos, almejavam fundar uma grande biblioteca colonial; ampliar a coleta de recursos por meio da venda de produtos coloniais; estabelecer uma rede de informações com diversos gestores das colônias e, por fim, criar sucursais da sociedade ao longo do Brasil, colônias e metrópole¹¹. Em uma última, a Sociedade criaria um serviço de informações telegráficas entre Angola, Moçambique e Rio, destinado a enviar publicações para a imprensa local, objetivando a troca de informações. Além disso, também seria um núcleo de auxílio para os colonos portugueses recém-chegados, amparando-os e subvencionando-os até sua possível estabilidade¹².

Os objetivos da difusão do panlusitanismo e do auxílio ao emigrante português no Brasil constituíam os principais elementos que mobilizarão os intelectuais do quadro da Sociedade e do seu *Boletim*. No entanto, uma parte significativa desses objetivos não foram alcançados em razão da “cortina de fumaça” que a “colônia oficial” criou, a partir da perseguição do salazarismo a qualquer organização que não reproduzisse pari passu o seu discurso oficial. Voltemos agora para uma análise mais específica do *Boletim*, a partir dos editoriais e intervenções dos seus principais realizadores, em suas duas grandes fases (1931-34/1935-39), para assim investigarmos melhor a sua evolução discursiva.

Em busca de uma grande coalização panlusa (1931-1934): entre a crítica velada e a ufanía nacionalista

Dois personagens emblemáticos foram responsáveis pela produção, publicação e estruturação interna do *Boletim* da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro: Ant3nio de Sousa de Amorim (1º Secret3rio e diretor do boletim) e Francisco das Dores Gonçaves (presidente da Sociedade Luso-Africana). Ambos produziram mais de 20 editoriais introdut3rios do *Boletim*, que s3o propriamente um dos principais espaços para visualizar a concepç3o de mundo da Sociedade Luso-Africana sobre o salazarismo, o ultramar e a col3nia portuguesa do Rio de Janeiro. As suas intervenç3es s3o sempre expressas n3o enquanto produto individual de opini3es particulares, mas como express3o da vontade/vis3o coletiva da instituiç3o.

¹¹*Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* 1 (1931): 31.

¹²*Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* 1 (1931): 31.

António de Sousa Amorim (ou “António de Balfruda”, como também era chamado) foi um republicano de Ponte de Lima emigrado no Brasil em decorrência da perseguição política. Como já colocamos, Amorim teve uma considerável militância no seio da oposição à visão oficial salazarista, na colônia portuguesa do Rio de Janeiro, por meio de publicações no jornal *Portugal Republicano* e no *Boletim* do Centro Português Dr. Afonso Costa. Francisco das Dores Gonçalves, algarviano e comunista, era emigrado no Brasil havia já muito mais tempo, ainda no período monárquico (em decorrência de suas divergências com o regime), sendo um dos fundadores do Grêmio Republicano Português em 1908¹³. Os dois personagens eram, por conseguinte, representantes daquela “outra colônia portuguesa” fora do âmbito da alçada das instituições que reproduzem o discurso da “colônia oficial”.

Entretanto, não é essa visão que ambos expressam nos editoriais dos primeiros quatro anos do *Boletim* (1931-1934). A visão crítica ao salazarismo era secundarizada perante a ideia de uma produção periódica “neutra” que fizesse a “coalização panlusa”, sem se importar em demasia com a visão republicana dos membros da Sociedade. Nesse período, as críticas são muito mais em torno da reforma de aspectos da política colonial do que propriamente um ataque ao regime, como acontece nos anos subsequentes (1935-1939).

Foram também António e Francisco que organizaram uma rede de relações com diversos intelectuais e membros consulares da colônia portuguesa do Rio de Janeiro (Carlos Malheiro Dias, o cônsul Marcelo Matias, o Cônsul Geral de Portugal no Brasil Pedroso Rodrigues), São Paulo (Ricardo Severo), Portugal (Henrique Galvão, Armindo Monteiro, Paiva Couceiro, Nuno Simões, Norton de Matos, etc.) e as colônias em África (Augusto Casimiro, Gastão de Sousa Dias, J. R. Junior, etc.), Timor, Goa (Manuel António Ferreira) e Macau (Jaime do Inso).

Tal rede de gestores e intelectuais estruturou-se ao longo dos anos 30 a partir de solicitações de António de Amorim, que alcançaram figuras notáveis do colonialismo, de todos os espectros políticos, governadores gerais, antigos Altos Comissários, Ministros e Ex-Ministros, intelectuais e militares. Para concretizar esses vínculos, Amorim enviou intensivamente diversas cartas, solicitações para participar do programa “Horas Portuguesas”, na Emissio-

¹³Heloisa Paulo, “O exílio português no Brasil: Os ‘Budás’ e a oposição antisalazarista”, *Portuguese Studies Review* 14 (2) (2006): 126.

ra Nacional, requerimento de gráficos e fotografias para a administração colonial em todas as colônias.

Todavia, foi nos editoriais introdutórios (dessa primeira conjuntura), produzidos por António de Amorim e Francisco das Dores Gonçalves, que ficou cada vez mais explícita a busca por uma política de coalização panlusitana das distintas matizes políticas, que certamente secundariza, ou amortiza, o viés republicano dos seus editores. A conciliação com personagens no espectro político oposto a estes (nomeadamente da “colônia oficial”) só poderia ser alcançada pela invocação de um nacionalismo não somente transnacional, mas também suprapartidário. É nesse sentido que eles invocam o pan-nacionalismo nesse momento.

O editorial Profissão de fé, escrito em nome da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro (certamente por António de Amorim ou Francisco das Dores Gonçalves; não há indicação de autoria), que abre o primeiro número do *Boletim*, uma republicação do Jornal Português de 21 de junho de 1930, faz um balanço elogioso do primeiro ano da Sociedade. Inicia o texto reiterando o papel do *Boletim* frente à comunidade portuguesa no Brasil:

De há muito se vinha fazendo sentir a falta entre nós de um organismo destinado a fazer no Brasil a propaganda das nossas colônias, isto é, tornar conhecidos o seu progresso material e as suas possibilidades atuais e futuras; uma organismo que se esforçasse por dizer aos portugueses do Brasil – e porque não aos brasileiros também – o que aquilo foi; o que aquilo é; e o que aquilo tem forçosamente de vir a ser¹⁴.

De acordo com o texto, o *Boletim* nasceu como um órgão de estudo das “pátrias neolusitanas em formação”, como espaço de propaganda do papel “heroico” que os portugueses cumpriam em Angola e Moçambique, assinando o “alargamento” desta propaganda a partir do surgimento da referida Sociedade:

Ela engloba no seu programa, além da propaganda pura e simples das colônias, a campanha em prol da formação de um ambiente pan-lusitano, tanto aqui, como na metrópole e nas próprias colônias. A Sociedade Luso-Africana, mau grado as aparências utópicas deste seu objetivo, lança-se resoluta e decididamente à luta para alcançar. E que os homens de que ela se compõe sentem que nada há de utópico em sonhar com uma futura união dos povos de descendência lusitana espalhados pelos cinco continentes. Evidentemente, quando falamos nesta

¹⁴*Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* 1 (1931): 1.

união, não temos desde já em vista qualquer união política ou econômica, mas simples união de sangue que unem dois ou mais irmãos. Podem ser esses irmãos, econômica e socialmente falando, inteiramente independentes entre si, e esses laços de parentescos aparentemente fracos¹⁵.

Segundo o autor, essa unidade “espíritual” seria o primeiro passo para uma futura unidade política e econômica das “nações lusíadas”. A Luso-Africana abriria os horizontes para uma comunhão dos “povos de ordem portuguesa”, para sua completa integração¹⁶. Essas “racionalidades de origem portuguesa”, luso-brasileiras e luso-africanas, se aproximaram na medida em que foi “provado” que a ação de Portugal nas colônias foi valorizada perante o público brasileiro, tendo os emigrantes portugueses no Brasil um papel primordial¹⁷.

Após o fim do artigo do jornal, o autor do editorial comenta que após um ano de realizações a luso-africana vinha “provando” a sua capacidade de pôr em prática a doutrinação panlusitana, sendo o *Boletim* a amostra viva deste intento¹⁸. Expressa uma grande felicidade pela recepção positiva da Luso-Africana perante o público, imprensa, e, principalmente, dos governadores das colônias, pois as solicitações de ofícios, mapas, gráficos, estatísticas, fotografias, jornais e livros foram todas cumpridas¹⁹.

Essa avaliação do resultado de um ano de trabalho da Sociedade tem sua parcela de verdade; o grande número de gestores e intelectuais das colônias que publicaram no boletim, nomeadamente, no que se refere a esses primeiros quatro anos, é uma expressão desses vínculos entre a Luso-Africana e as colônias. Além disso, a publicação de quadros de estatísticas, o número elevadíssimo de fotografias, a publicização de livros enviados (muitas vezes com resenhas ou citações que avultavam ao longo dos vários volumes do *Boletim*) e o grande número de trechos elogiosos de jornais sobre a Luso-Africana publicados ao longo dos vinte volumes do *Boletim* da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro revelam a veracidade destas afirmações.

¹⁵*Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* I (1931): 1.

¹⁶*Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* I (1931): 2.

¹⁷*Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* I (1931): 2.

¹⁸*Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* I (1931): 2.

¹⁹*Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* I (1931): 3.

Tal constante autoafirmação deve-se, como veremos melhor logo à frente, a necessidade de se colocar perante a “colônia oficial” portuguesa²⁰, metrópole e colônias com bons olhos para assim conseguir o apoio institucional desejado. Ademais, ao firmar-se com os colonos (fundamentalmente militares) portugueses em África, buscavam um grupo que muitas vezes fugia do controle mais direto do salazarismo. Aliás, é essa a principal preocupação do regime quando este começa a perseguição à Luso-Africana, mas voltemos aos editoriais.

No editorial Cumprindo nosso programa escrito por Francisco das Dores Gonçalves, no número dois, também apreendemos essa mesma visão laudatória da trajetória da Luso-Africana. Gonçalves expressa sua felicidade pelo elevado número de contribuições para o *Boletim* de figuras da administração colonial, enquadrando a Sociedade como um dos maiores núcleos da propagação dos valores coloniais lusitanos²¹. As contribuições financeiras dos associados e de organizações da colônia do Rio de Janeiro revelavam também, para o autor, a vitalidade do projeto panlusitanista²². Os elementos elencados por Francisco das Dores Gonçalves para o gradativo prestígio da Luso-Africana – as comemorações do segundo aniversário da Sociedade, com a presença de personagens ilustres, o início, na ocasião do aniversário, das Palestras Coloniais, sendo o primeiro palestrante o cônsul Marcelo Matias, e as contribuições de membros da Sociedade aos jornais *A pátria* e o *Jornal Português* – evidenciam a tentativa de se aproximar da “colônia portuguesa oficial”, congregando efetivamente nessa primeira fase com diversos elementos dela.

Aliás, como assinala Heloisa Paulo²³, a estratégia de aproximação com personalidades consulares, como é o caso de Marcelo Matias²⁴, é própria de

²⁰Para Heloisa Paulo, em seu estudo seminal sobre a colônia portuguesa no Brasil, houve uma divisão nos anos 1930 entre uma “colônia oficial”, pro salazarista e oficializante, e uma “outra colônia” minoritária e opositora do salazarismo. A Sociedade Luso-Africana faz parte dessa “outra colônia”, ver: Heloisa Paulo, *Aqui também e Portugal?: A colônia portuguesa do Brasil e o salazarismo* (Coimbra: Quarteto Editora, 2000).

²¹Francisco das Dores Gonçalves, “Cumprindo o nosso programa”, *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* 2 (1932): 3.

²²Dores Gonçalves, “Cumprindo o nosso programa,” 4.

²³Paulo, “*Aqui também e Portugal*”.

²⁴Além dele, há a presença de outras personalidades consulares em diversos eventos da Sociedade, como é o caso de Valentim Geral, Encarregado dos Negócios; Pedroso Rodri-

todas as instituições da colônia portuguesa do período (exceto as associações da “outra colônia”, da oposição republicana mais combativa), pois a proximidade com estas personalidades poderia auxiliar na proteção e no apoio institucional. Essa posição fica explícita na organização do primeiro, segundo e terceiro aniversários da instituição, que além de terem sido realizados no Real Gabinete Português de Leitura, espaço por excelência da “colônia oficial”, congregavam personalidades consulares e instituições vinculadas explicitamente ao salazarismo, como é o caso da Federação das Associações Portuguesas do Brasil²⁵.

Na sessão comemorativa do 2º aniversário da organização, em 23 de maio de 1932 no Real Gabinete Português de Leitura, António de Amorim fez um discurso elogioso ao papel da Sociedade Luso-Africana na unidade dos portugueses da colônia do Rio de Janeiro, exortando a conferência inaugural do evento realizada pelo cônsul Marcelo Matias²⁶. Depois desses elogios, reitera o ponto fundamental dessa conferência, qual seja, de discutir o processo de “regeneração de Portugal” em curso:

Mas a quem se deve a ressurreição dessa mocidade que a todos portugueses enche de justiça do orgulho, inflama de otimismo e galvaniza de confiança? A quem se deve, repito, o despontar auroral, magnífico, dessa geração intrépida e forte, dotadas das mais nobres virtudes e de todos os requisitos para o êxito (...) A quem se deve a reencarnação dirigente ousada, dessa mocidade galharda e varonil?²⁷.

Logo em seguida, responde a esta mesma pergunta ressaltando o ressurgimento a partir de sua concepção republicana:

gues, Consul Geral de Portugal no Brasil; Alberto de Faria, Secretário da Embaixada; e o já referido Marcelo Matias, cônsul adjunto de Portugal. No caso deste último, sua presença era tão exortada pelo Boletim que na ocasião de sua transferência para Paris, a Sociedade Luso-Africana o homenageou no Real Gabinete Português de Leitura, com falas de Carlos Malheiro Dias e a presença de Norton de Matos, ver: Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, nº 8, 1934), 48.

²⁵Nos primeiros quatro anos houve uma presença recorrente de figuras importantes dessa Associação, como o secretário Augusto Sousa Baptista e o seu diretor Carlos Malheiro Dias, um assíduo colaborador no Boletim.

²⁶António de Sousa Amorim, “Discurso na sessão comemorativa do Segundo aniversário da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro no dia 23 de maio de 1932”, *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* 2 (1932): 85.

²⁷Sousa Amorim, “Discurso na sessão,” 85.

Portuguese Studies Review

PSR

PSR Previews : End of this article's preview



PORTUGUESE STUDIES REVIEW (PSR)

BIBLID | ISSN 1057-1515 print

ONLINE: through EBSCO and Gale/Cengage

JOURNAL HOMEPAGES: <http://www.maproom44.com/psr> (URL permanently valid)

and <http://www.trentu.ca/admin/publications/psr> (URL not valid after 05 June 2020)

© 2014-2019 Portuguese Studies Review and Baywolf Press | All rights reserved

Combattants Africains de l'Armée Portugaise pendant les Guerres Coloniales (1961-1974): représentations et discours coloniaux

Fátima da Cruz Rodrigues

Universidade Lusíada do Porto e Centro de Investigação Interdisciplinar da Escola de Criminologia – Crime, Justiça e Segurança (CJS) da Faculdade de Direito da Universidade do Porto

Introduction

Le recrutement de soldats africains par les forces coloniales fut une pratique courante parmi les puissances qui se sont installées en Afrique à la fin du XIXe siècle et au début du XXe siècle. Au cours de la Grande Guerre et de la Seconde Guerre Mondiale, ces troupes ont joué des rôles clés dans les combats menés en Afrique et en Europe entre les forces belligérantes et, à partir des années 1950, les Africains ont, de nouveau, été appelés à intégrer les forces coloniales mais, cette fois-ci, pour combattre les mouvements de libérations de l'Afrique colonisée¹.

Le Portugal a aussi utilisé des combattants africains dans son Armée pendant la Guerre qu'il menât en Afrique entre 1961 et 1974 pour combattre les mouvements de libération d'Angola, du Mozambique et de la Guinée-Bissau². Au long de ces guerres, la tendance croissante a été l'augmentation

¹En ce qui concerne l'utilisation d'Africains dans les troupes coloniales pendant la Première et la Seconde Guerres Mondiales voir Christian Koller, « The Recruitment of Colonial Troops in Africa and Asia and their Deployment in Europe during the First World War », *Immigrants & Minorities : Historical Studies in Ethnicity, Migration and Diaspora* 26 (1/2) (2008) : 111-133; Chantal Antier-Renaud, *Les soldats des colonies dans la Première Guerre Mondiale* (Rennes : Ed. Ouest-France, 2008); Marc Bournier et Isabelle Pottier, *Paroles d'indigènes : les soldats oubliés de la Seconde Guerre Mondiale* (Paris : Librio, 2006) ; Jean-Yves Le Naour, *La honte noire : l'Allemagne et les troupes coloniales françaises, 1914-1945* (Paris : Hachette Littératures, 2003) ; Belkacem Recham, *Les musulmans algériens dans l'Armée Française, 1919-1945* (Paris & Montréal : L'Harmattan, 1996) ; David Killingray, *Fighting for Britain : African Soldiers in the Second World War* (Woodbridge : James Currey, 2010).

²Les troupes africaines ont été plusieurs fois utilisées par la puissance coloniale portugaise en Afrique. En ce qui concerne l'utilisation de ces soldats dans les forces portugaises avant et pendant les prétendue 'campagnes de pacification' voir René Pélissier, *Les Campagnes coloniales du Portugal 1844-1941* (Paris : Édition Flammarion, 2004) et Charles Boxer,



progressive des troupes d'origine africaine dans les Forces Armées Portugaises (FAP). Les soldats africains ont été une des principales forces de combat de l'armée portugaise tout au long de la guerre, surtout en ce qui concerne certains groupes spéciaux et, à la fin des conflits, le recrutement local représentait environ la moitié des contingents présents dans les trois territoires africains en guerre.

L'objectif de cet article est d'examiner comment ces combattants noirs étaient représentés et montrer la façon dont ces représentations servirent le discours politique de défense du maintien de la domination coloniale portugaise en Afrique³.

Les Africains et le discours colonial portugais: quelques considérations générales

Pour comprendre les représentations des Africains, véhiculées par le discours colonial de l'époque de la Guerre Coloniale Portugaise (1961-1974), il est intéressant, tout d'abord, de savoir comment ce discours se transforma selon les contextes sociopolitiques du Portugal colonial. Au long de l'histoire de la présence coloniale portugaise en Afrique, les représentations des Africains ont été formulées et reformulées en fonction de plusieurs intérêts et de différentes stratégies nécessaires à la construction et à la manutention du régime colonial.

Au cours de la période de l'esclavage, « [...] la représentation de l'Africain, naturellement esclave, a marqué l'imaginaire portugais »⁴. Cette représentation, soutenue par l'attribution de marques d'infériorité et d'inhuma-

Race Relations in the Portuguese Empire 1415-1825 (Oxford : Oxford University Presse, 1963). À propos des Africains des FAP pendant la Guerre Coloniale (1961-1974) consulter AVVA, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, vol. I, Estado Maior do Exército (Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1988) ; John Cann, *Contra-subversão em África, 1961-1974* (Lisbonne : Prefácio, 2005) ; João Paulo Borges Coelho, « African Troops in the Portuguese Colonial Army, 1961-1974 : Angola, Guinea-Bissau and Mozambique », *Portuguese Studies Review* 10 (1) (2002) : 129-150 ; João Paulo Borges Coelho, « Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta : sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colónias portuguesas », *Lusotopie* (2003) : 175-193 ; Fátima Rodrigues, « Antigos Combatentes Africanos das Forças Armadas Portuguesas : a guerra colonial como território de (re)conciliação », tese doutoramento, Doc. Poli. (Universidade de Coimbra, 2013).

³La recherche a été basée sur une analyse effectuée dans la presse nationale, produite dans la métropole, pendant la période des guerres de libération d'Angola, du Mozambique et de la Guinée sans prétention d'exhaustivité. L'objectif était d'identifier en général la manière donc ces combattants étaient représentés au Portugal afin de soutenir une autre problématique qui fut l'objet de la thèse de doctorat de l'auteure.

nité aux Africains, s'est maintenue pendant qu'elle a permis, au système colonial, de justifier cette forme d'exploitation de la main-d'œuvre africaine.

Avec le déclin de la traite négrière⁵, en présence d'un environnement politique international défavorable à la présence portugaise en Afrique⁶, le XIX^e siècle a assisté, selon Isabel Castro Henriques, à la métamorphose de l'image de l'Africain esclave, en Africain indigène. La logique utilisée pour inférioriser les Africains, indigènes à présent, est reformulée et les qualités de sauvagerie, de cruauté et d'irrationalité, qui lui étaient assignées, sont réajustées pour pouvoir les transformer en travailleurs⁷. Il s'agit, dans ce contexte, de mettre en évidence la nature congénitale de la sauvagerie ce qui explique le recours constant à des explications biologiques, images de sauvagerie qui, à son tour, servent à justifier l'imposition du travail forcé⁸. En quelque sorte cela permet de défendre, une fois encore, l'idée de la mission civilisatrice portugaise⁹.

Avec le XX^e siècle, les critiques internationales envers l'administration portugaise en Afrique se multiplient et s'intensifient, et la puissance coloniale portugaise, une fois de plus, refond son discours et sa politique coloniale. Une des manifestations les plus significatives de ce changement est l'abrogation de l'*Acto Colonial* en 1951, en place depuis 1930 et constitutionnel depuis 1933, qui indiquait que l'essence organique de la nation portugaise était de jouer le rôle historique de posséder et de coloniser des do-

⁴Isabel Castro Henriques, *Os pilares da diferença. Relações Portugal-África. Séculos XV-XX* (Casal de Cambra : Caleidoscópio, 2004), 286.

⁵La traite négrière a été officiellement interdite au Portugal en 1836 par la pression internationale, mais le commerce d'esclaves continua. Sur le commerce des esclaves et de son abolition voir Valentim Alexandre, « Portugal e a abolição do tráfico de escravos (1834-1851) », *Análise Social* 26 (III) (2^o) (1992) : 293-233 ; Valentim Alexandre et Jill Dias, coords., *O Império Africano, 1825-1890* (Lisbonne : Editorial Estampa, 1998).

⁶Contexte défavorable qui culmine dans la Conférence de Berlin (1885) et l'Ultimatum Anglais (1890). Celui-ci oblige le Portugal à abandonner le rêve du *Mapa Cor de Rosa* qui représentait le projet colonial portugais de dominer tout le territoire africain entre l'Angola et le Mozambique.

⁷Henriques, *Os pilares da diferença*, 288.

⁸Henriques, *Os pilares da diferença*.

⁹Il convient de noter que le concept de travail est limité à son application à l'économie de marché capitaliste. Bien que le travail fût considéré comme un élément-clef de l'action de civilisation, l'activité de l'Africain n'est pas reconnue comme travail dans cette économie : l'Africain ne 'travaille pas', donc il faut lui imposer 'le devoir moral du travail'.

maines d'outre-mer et de civiliser ses populations indigènes (Article 2)¹⁰. Pour Fernando Rosas l'abrogation de cette loi « [...] ne fait que renforcer le triomphe du modèle d'intégration et de la conception d'un État pluri-continentale, décrit par la doctrine officielle comme "une unité politique indivisible, unitaire et permanente", ce qui détermine, à partir d'ici, une politique d'attention pour les colonies de grands efforts intégrationnistes»¹¹.

La constitution de 1951 abandonne la désignation de colonie et reprend celle de « Provinces Ultramarines » en vigueur jusqu'en 1926. Avec cette reconfiguration rhétorique il n'y a plus de colonies, ce qui indique tout un effort de recentralisation politique face aux nouveaux dangers et pressions internationales.

Au-delà de la législation, l'image de la présence portugaise en Afrique a été reformulée et consolidée par l'utilisation d'autres stratégies, y compris l'organisation de congrès¹² et d'expositions coloniales¹³, aussi bien que la captation du *luso-tropicalisme* de Gilberto Freyre à partir des années 1950 et la découverte tardive des vertus du métissage¹⁴. Ces stratégies ont promu l'image d'une prétendue spécificité de l'empire portugais mais, ont aussi constitué d'importants instruments de construction et de divulgation de représentations des Africains colonisés par le Portugal.

Bien que pendant cette période les représentations des Africains véhiculées par la puissance coloniale aient été diversifiées, l'analyse de Rosa Cabecinhas et Luis Cunha montre qu'elles varient surtout entre l'idée de l'Afri-

¹⁰Mário Moutinho, *O Indígena no pensamento colonial Português, 1895-1961* (Lisbonne : Edições Universitárias Lusófonas, 2000), 23.

¹¹Fernando Rosas *apud* Margarida C. Ribeiro, *Uma história de regressos : império, guerra Colonial e pós-colonialismo* (Porto : Afrontamento, 2004), 152.

¹²« [...] où des scientifiques, des universitaires, des politiciens, militaires et religieux présentaient et discutaient les arguments relatifs à la mission civilisatrice du peuple portugais et les pratiques à mettre en œuvre dans les territoires coloniaux pour les rapprocher de la civilisation [...] ». Rosa Cabecinhas et Luís Cunha, « Colonialismo, identidade nacional e representações do 'negro' », *Estudos do Século XX* 3 (2003) : 10-11.

¹³Y compris l'Exposition Coloniale de 1934, à Porto, et l'Exposition du Monde Portugais en 1940, à Lisbonne. Voir Nadia Vargavtig, « Les expositions coloniales sous Salazar et Mussolini (1930-1940) », *Vingtième siècle : Revue d'Histoire* 108 (décembre 2010) : 39-52, et Patrícia Ferraz Matos, *As 'Côres' do império : representações raciais no império colonial Português*, 2.^a ed. (Lisbonne : Imprensa de Ciências Sociais, 2012).

¹⁴Voir Cláudia Castelo, *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)* (Porto : Afrontamento, 1999).

cain pacifié – pour s'être soumis –, de l'Africain civilisé – pour avoir adopté des habitudes portugaises –, et de l'Africain sauvage, dangereux, sensuel, infantile et primitif. Ces images, certaines en conflit les unes avec les autres, où l'Africain civilisé par le portugais apparaît en opposition à l'Africain encore primitif, ne font plus que réaffirmer l'idéologie coloniale du régime justifiée par la défense de sa mission civilisatrice.¹⁵

Le déclenchement de la guerre coloniale, en mars 1961 en Angola, marque le début d'une nouvelle étape dans la configuration d'images et de représentations de la « façon portugaise d'être dans le monde »¹⁶. Une fois de plus, le pouvoir colonial portugais est obligé d'appliquer des changements à sa politique coloniale et, avec ceux-ci, il produit des représentations renouvelées des Afro-portugais. On assiste, fondamentalement, au renforcement de l'idée que le Portugal est une nation multi-continentale et multiraciale, ce qui se manifeste, dès lors, dans la thèse *luso-tropicaliste* de Gilberto Freyre. Cette thèse serait adoptée par la puissance coloniale comme l'idéologie du régime étant donné que:

[...] en identifiant les fondements du Luso-tropicalisme (métissage, fusion culturelle, absence de préjugés racistes) avec le rôle historique du Portugal, présenté comme 'mission d'évangélisation' elle formait le nœud sacré entre cet héritage et ce qui, selon ses observations, était un style particulier et unique du Portugais pour fraterniser de façon lyrique, chrétienne et franciscaine avec les réalités des tropiques, donnant ainsi les pas nécessaires pour transformer ce qui avait été défini dans les années 30 et 40 comme une 'mystique coloniale' dans une 'mystique luso-chrétienne d'intégration'¹⁷.

¹⁵Pour voir comment sont représentés des soldats africains d'autres armées coloniales, voir, par exemple, l'article sur les représentations des tirailleurs sénégalais pendant la Première et Seconde Guerres Mondiales, Alison S. Fell et Nina Wardleworth, « The Colour of War Memory: Cultural Representations of Tirailleurs Sénégalais », *Journal of War & Culture Studies* 9 (4) (2016): 319-334. En ce qui concerne la construction de ces représentations, notamment quant à la façon dont elles conjuguent des fragments pas nécessairement coïncidents et pas toujours conciliables, et des traces de passé et de présent, entre autres, consulter Max Silverman, *Palimpsestic Memory. The Holocaust and Colonialism in French and Francophone Fiction and Film* (New York & Oxford: Berghahn, 2013).

¹⁶C'est une expression portugaise qui représente l'idée d'un colonialisme spécifique, que l'on peut traduire comme un colonialisme doux. Voir Castelo, *O luso-tropicalismo*.

¹⁷Yves Léonard, *apud* Ribeiro, *Uma história de regressos*, 157. Pour une perspective critique du Lusotropicalisme voir *Lusotopie* (1997), en particulier Conceição Neto, « Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX », *Lusotopie* (1997): 327-359.

Une des mesures législatives les plus importantes de cette période a eu lieu sept mois après le début de la guerre, en septembre 1961, avec la suppression du Statut Administratif, Civil et Pénal des Indigènes, en vigueur depuis les rénovations de l'administration coloniale accomplies en 1926. Cette mesure a été suivie de l'annulation du statut des travaux forcés en 1962. Avec l'abrogation de ces lois « [...] l'utilisation de la carte d'identité s'est généralisée, ce qui signifiait attribuer aux noirs un symbole de citoyenneté »¹⁸. Ainsi la puissance coloniale portugaise essayait de montrer que la distinction entre les indigènes, les Portugais et les assimilés cessait d'exister et donc elle cherchait à corroborer l'idée que le Portugal intercontinental était une nation multiraciale fondée sur des principes égalitaires¹⁹.

La guerre et les combattants africains des FAP dans la presse

En dehors de la suppression du Statut Administratif, Civil et Pénal des Indigènes, en septembre 1961, en vigueur depuis les rénovations de l'administration coloniale accomplies en 1926, suivie de l'annulation du statut des travaux forcés en 1962, promulgués pour promouvoir l'idée que le Portugal n'exerçait pas de discrimination selon l'origine raciale dans ses territoires d'outre-mer, le régime colonial utilisa d'autres stratégies de propagande. La presse nationale a été l'un des instruments utilisés pour divulguer ce genre de représentations à travers la diffusion d'images, de discours et d'informations²⁰.

On a effectué une recherche empirique dans la presse portugaise, publiée depuis le début de la guerre jusqu'au 25 avril 1974, avec l'objectif central

¹⁸Aniceto Afonso ET Carlos de Matos Gomes, *Guerra colonial* (Cruz Quebrada : Editorial Notícias, 2005), 69.

¹⁹L'attitude envers le métissage a seulement changée à la fin des années 1940. Avant la Seconde Guerre Mondiale, le Portugal interprète le métissage comme risque d'abâtardir la race blanche. C'est à la fin des années 1940 et surtout lors des années 1950 que le Portugal capte la thèse luso-tropicaliste de Gilberto Freyre. À partir de ce renversement, dans les années 1960, l'attitude portugaise vantera le métissage. Voir Castelo, *O luso-tropicalismo*.

²⁰Il est connu que les médias ont une influence importante sur l'opinion publique, en particulier pendant les régimes totalitaires qui investissent en eux pour chercher à éliminer toutes les représentations et les opinions qui remettent en question leurs idéologies. À propos de la puissance de la manipulation des médias, en particulier en temps de guerre, voir Noam Chomsky *Media Control : The Spectacular Achievements of Propaganda* (New York : Seven Stories Press, 1997).

d'identifier comment elle a représenté le combattant africain²¹. Pour comprendre le rôle qui est assigné au combattant africain dans les rapports des nouvelles de la guerre, il faut d'abord préciser que, en mars 1961, on comptait 6500 militaires mobilisés en Angola, 5000 d'entre eux faisaient partie du recrutement local. Peu de temps après, en janvier 1963, la guerre éclatait en Guinée et en août 1964 au Mozambique. Pendant que les conflits se prolongeaient, la tendance a été l'augmentation progressive des troupes d'origine Africaine dans les FAP. À la fin du conflit, les militaires africains représentaient environ la moitié des militaires présents dans ces trois territoires²².

Cette africanisation croissante de la guerre coloniale a servi, sans aucun doute, des objectifs militaires, mais elle a aussi été présentée comme un exemple d'intégration des Africains divulgué au Portugal, dans les territoires africains sous sa domination et parmi la communauté internationale. L'analyse effectuée à la presse portugaise, publiée pendant les années des guerres, indique, avant tout, qu'elle ne méconnaît pas la guerre. Bien qu'elle ne parle pas ouvertement de guerre coloniale ou de guerre de libération, elle a accompagné plusieurs épisodes des conflits qui ont duré quatorze ans en Angola, onze ans en Guinée et dix ans au Mozambique. Les articles publiés, filtrés par la censure, ne laissent aucun doute sur l'existence et la persistance d'une guerre en Afrique, mais, au Portugal, celle-ci était appelée une guerre de subversion ou terrorisme.

Globalement l'année 1961 est la plus riche en ce qui concerne la quantité d'information et la diversité des nouvelles sur les conflits. L'année 1961 cor-

²¹On a analysé les quotidiens *Diário de Notícias* et *O Século* tout au long de la première année de la guerre. À partir 1962, on a analysé chaque mois de juin du *Diário de Notícias*, quelques mois de juin du *O Século* et d'autres mois sélectionnés aléatoirement pour établir une comparaison. Le mois de juin a fait l'objet d'une analyse systématique, car c'était le mois pendant lequel se commémorait le jour du Portugal, en anticipant que les célébrations inscrites ce jour-là représenteraient des aspects importants de l'idéologie du régime.

²²En Angola, en 1961, 14,9% du personnel de l'armée portugaise a été recruté localement, un chiffre qui augmente au long des treize années de guerre, sauf en 1964 (28,7%) et en 1965 (27,1%), quand les valeurs souffrent une légère diminution jusqu'à ce qu'ils atteignent 42,4%, en 1973 ; au Mozambique, malgré quelques fluctuations, la tendance générale, depuis le début de la guerre, est son augmentation jusqu'à atteindre 53,6%, en 1973 ; en Guinée, surtout à partir de 1966, le numéro du personnel local augmentera jusqu'à 20,1% en 1973. Pedro Correia, « A participação local no desenvolvimento das campanhas », en AAVV, *Estudos sobre as Campanhas de África (1961-1974)* (S. Pedro do Estoril : Antena e Instituto de Altos Estudos Militares, 2000), 155. Voir aussi Borges Coelho, « Da violência colonial », 129-150.

Portuguese Studies Review

PSR

PSR Previews : End of this article's preview



PORTUGUESE STUDIES REVIEW (PSR)

BIBLID | ISSN 1057-1515 print

ONLINE: through EBSCO and Gale/Cengage

JOURNAL HOMEPAGES: <http://www.maproom44.com/psr> (URL permanently valid)

and <http://www.trentu.ca/admin/publications/psr> (URL not valid after 05 June 2020)

© 2014-2019 Portuguese Studies Review and Baywolf Press | All rights reserved

Subscription Information: The *Portuguese Studies Review* (an imprint of *Baywolf Press* ✻ *Éditions Baywolf*) appears in two issues a year, in (1) August-September and (2) January. The *PSR* Editorial Office is presently located at Trent University, Peterborough, Ontario, K9L 0G2, Canada. The *Portuguese Studies Review*'s e-mail address is psr@trentu.ca. To contact *Baywolf Press*, direct inquiries also to psr@trentu.ca. All e-mail relating to the *PSR* is automatically copied to the *Baywolf Press* office. Please visit our website at <http://www.trentu.ca/psr> or <http://www.maproom44.com/psr> for more information on subscriptions. Special rates are featured on our website, as is information for subscription agencies and resellers.

Manuscript Submissions: The *PSR* is a peer-reviewed journal (double-blind review process) devoted to promoting interdisciplinary scholarly study of the countries, regions, and communities that share, build on, or are transforming a Portuguese or Brazilian legacy. The *PSR* promotes a critical understanding of the historical and current evolution of political, economic, social and cultural networks incorporating Portugal, Brazil, and the various global or regional actors affected by Luso-Brazilian exploration, colonization, emigration, policy trends, trade agreements, and other linkages. The scope extends to all relevant parts of Europe, Asia, Africa, and the Americas. Contributions are invited from all disciplines. The *PSR* accepts papers combining pure and applied research. All articles are expected to be accessible to readers from diverse backgrounds.

Proposals and digital manuscripts should be sent to Prof. Ivana Elbl, Chief Editor, *Portuguese Studies Review*, Trent University, Peterborough, Ontario, K9L 0G2, Canada. Articles not exceeding 8,000 words are preferred (8,000 words exclusive of notes, tables, and graphics). Longer manuscripts will be considered, at the discretion of the Editors. The note format should follow the *PSR* house style (check our website). All manuscripts must include a 150-word abstract (articles in Portuguese, French, and Spanish should include an abstract both in the language of the paper and in English).

Submissions are to be made by e-mail, in a digital file. Reflecting open (recoverable/non-proprietary) format approaches, *OpenOffice* is the journal's *preferred* standard for submissions (*i.e.* .odt data file format, native or saved as .odt from other software), followed by MS-Word (.doc, .docx), or (only in emergency) as an RTF file. PDF (encoded) submissions are not accepted. The files *must* be IBM-compatible (Macintosh file formats will not be accepted). The *PSR* will not consider manuscripts currently submitted to another journal or press, or published or forthcoming elsewhere. If accepted, articles that do not follow the *PSR*'s style (capitalization, note format, *etc.*) will be required to conform prior to publication. Unsolicited book reviews will be accepted only at the discretion of the Editors.

The *Portuguese Studies Review* declines all responsibility, direct, imputed, derivative, or otherwise legally construed, for statements of fact or opinion made by contributors to the *PSR*.

© Baywolf Press ✻ Éditions Baywolf and *Portuguese Studies Review*, 2017-2018. All rights reserved.

Claims for issues not received must be sent to the Editorial Office within three months of the date of publication of the issue. Changes of address should be reported promptly. The *Portuguese Studies Review* will not be responsible for copies lost owing to a failure to report a change of address. The *Review* cannot mail subscription copies to temporary summer or field research addresses.

Correspondence regarding editorial matters, contributions, and books for review should be sent to Prof. Ivana Elbl, Chief Editor, *Portuguese Studies Review*, Trent University, Peterborough, Ontario, K9L 0G2, Canada. **Permissions to Reprint:** Contact Martin Malcolm Elbl, Managing Editor, *Portuguese Studies Review*, Trent University, Peterborough, Ontario, K9L 0G2. **Advertising:** The *PSR* has ceased to accept advertising for the foreseeable future.

Articles appearing in this journal are abstracted and indexed in the *Historical Abstracts*, *America: History and Life*, *Sociological Abstracts*, and *Worldwide Political Science Abstracts*. The *Portuguese Studies Review* is networked through EBSCO, Gale/Cengage, and has reached an agreement with ProQuest.

Previews of this journal are available on Google Books (up to spring 2016) and on our own site (trentu.ca/psr or maproom44.com/psr).



Baywolf Press

VOLUME 25 • NUMBER 2

PORTUGUESE STUDIES REVIEW

WINTER 2017



9 771057 151007

ISSN 1057-1515